



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Artes Aplicadas



Faculdade de Belas-Artes
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reabilitação de uma Habitação Quinhentista na Zona Histórica de Castelo Branco



Mestrado em Design de Interiores

Sara Nunes de Oliveira

Orientador
Fernando Miguel Marques

Julho de 2013



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Artes Aplicadas



Faculdade de Belas Artes
Universidade de Lisboa

Reabilitação de uma habitação quinhentista na Zona Histórica de Castelo Branco

Sara Nunes de Oliveira

Orientador

Fernando Miguel Marques

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco em parceria com a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Design de Interiores, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Miguel Marques, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Julho 2013

Composição do júri

Presidente do júri

Especialista Joaquim Bonifácio

Vogais

Doutor Fernando Miguel Marques

Professor adjunto convidado, Escola Superior de Artes Aplicadas

Doutora Graça Pedroso

Professora auxiliar, Escola Superior de Artes Aplicadas

Especialista Nelson Antunes

Professor adjunto, Escola Superior de Artes Aplicadas

“Primitiva ou complicada, a existência do Homem não pode prescindir da cabana, gruta ou casa que lhe sirva de abrigo, garantindo-lhe, pelo menos, relativa tranquilidade e repouso retemperador.

In LINO, Raul, *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*.
Edições Cotovia, Lisboa, 1992.

Resumo

O presente documento é uma compilação do trabalho levado a cabo pela autora, Sara Oliveira, no âmbito da finalização do ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Design de Interiores, pela Escola Superior de Artes Aplicadas (ESART) do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). Nele estão presentes um projeto de reabilitação de uma habitação da zona histórica da cidade de Castelo Branco bem como o estágio no Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco | Câmara Municipal de Castelo Branco (GRZHDCB | CMCB).

Este estágio abordou, como principais temas, a proteção do Património e a reabilitação de espaços degradados de uma zona histórica, neste caso, de Castelo Branco.

Foram, assim, desenvolvidos, pela equipa de estagiários, vários trabalhos de auxílio aos projetos desenvolvidos pelo gabinete, no sentido de fomentar uma maior sensibilidade relativa aos referidos temas, mas também de desenvolver uma maior capacidade de trabalho no terreno.

O projeto que dá nome a este relatório consiste, pois, na reabilitação de uma habitação quinhentista, propriedade da câmara municipal, situada na Zona Histórica da cidade cujo uso foi reinterpretado – habitação para estudantes. Esta opção teve que ver com a urgente necessidade de dinamização e rejuvenescimento desta zona, mas também visa o despertar de sensibilidade dos mais jovens para a importância do repovoamento de espaços antigos para que estes possam continuar a contar a história das suas cidades.

Parte deste documento é, então, constituída por uma descrição de todo o trabalho desenvolvido durante o estágio, bem como as várias fases de desenvolvimento do projeto central, quer durante, quer após o período de estágio, juntamente com a justificação de todas as opções tomadas.

Abstract

The present document is an author's compilation work, and it's the conclusion of studies on degree of Master of Interior Design by ESART, IPCB. Here, the document presents a rehabilitation project of a house in Castelo Branco's old town, as an internship at "Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco | Câmara Municipal de Castelo Branco".

This internship's main topics were the *Patrimony's Protection* and the *Rehabilitation of Old Town's Degraded Areas*, in this particular case, the city of Castelo Branco.

Interns have developed various jobs to support projects developed by the Office (GRZHDCB | CB). This was to promote a bigger sensitivity to those topics and also to develop a better capacity of field work on those projects.

The project that names this text consists in a restoration of a fifteenth century home, which is Municipality property, and is located in the *Historic Area* (Zona Histórica) which use here is proposing to amend – students' housing. This choice is due to the urgent need of optimising and renewing this area, but also as a way to conscientize the young population for the importance to repopulate old places, so they can continue to tell the stories of their cities.

Part of this document is then composed of a description of all the work done during the internship as well as the various stages of project development, both during and after the training period, along with the justification of all the choices made.

Palavras-chave

Desenho

Design

Habitação para estudantes

Interiores

Património

Projeto

Reabilitação

Zona Histórica

Keywords

Design

Drawing

Interiors

Old town

Patrimony

Project

Rehabilitation

Student's housing

Agradecimentos

Quero, em primeiro lugar, agradecer à minha família pelo apoio pronto que me deu quando tomei a decisão de iniciar este ciclo de estudos, e pelo esforço que sempre fez em prol da melhor educação e instrução para mim. Mãe e marido e amigo Delfim, ao meu irmão Gabriel, à minha avó e madrinha Maria Fernanda e ao meu tio e padrinho José Fernando; e a todos aqueles amigos que são como se fossem família.

Agradeço também ao Tiago Silva, companheiro de curso e de vida por todo o apoio e aconselhamento.

Ao GRSHZH e a todos os seus elementos, sobretudo aos colegas estagiários, ao arquiteto José Afonso que nos acolheu e que tanto nos ensinou, e ao arquiteto José Paulo Leite, por tanto me ter ajudado ao longo de todo o projeto, quer durante quer após o estágio. Obrigada à arqueóloga Sílvia Moreira, também pertencente ao GRZHDCB | CMCB com quem também aprendi bastante, e ao, também estagiário, mas sobretudo amigo, Fábio Ponteira.

Obrigada aos primeiros orientadores deste projeto, Mestre Miguel Estima e Doutor Raul Cunca que tiveram uma grande importância numa fase inicial e decisiva do projeto, enquanto surgiam as ideias (e dúvidas) que viriam a consolidar este projeto.

Obrigada ainda ao professor Nelson Antunes, coordenador do curso de Mestrado em Design de Interiores, que foi incansável durante todo este tempo, perante todas as adversidades que foram aparecendo.

Por fim, agradeço ao meu orientador, o professor Fernando Miguel Marques, que assina este documento, e que acompanhou atenta e disponibilmente a fase final, analisando atentamente e aceitando todo o trabalho desenvolvido até então, aconselhando e ajudando da melhor forma.

Obrigada!

Acrónimos

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

ESART – Escola Superior de Artes Aplicadas

GRZHDCB | CMCB – Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco | Câmara Municipal de Castelo Branco

ICCROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*)

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (*International Council on Monuments and Sites*)

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco

ONG – Organização não governamental

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*)

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature*)

Índice	
1. Introdução	8
2. Objetivos	10
PARTE I	11
3.1. Contextualização da cidade de Castelo Branco	11
PARTE II	32
4. Estágio	32
5. Trabalhos realizados no GRZHDCB CMCB	33
5.1. Levantamento de troço de muralha	33
5.2. Projeto de reabilitação do Passadiço e do Jardim do Paço - Castelo Branco	35
5.3. Projeto de mapa quinhentista da cidade	36
5.4. Alteração de Mapa	41
6.1. Solução proposta	49
6.2. Estado da arte	49
6.2.2. <i>Maison du Brésil, Paris</i>	53
6.2.3. <i>Nakagin Capsule Tower</i>	54
6.2.4. <i>Quinta da Malagueira</i>	55
6.2.5. <i>Funções e Exigências de Áreas de Habitação</i>	56
6.3. Desenvolvimento do Projeto de Reabilitação de uma casa partilhada para estudantes	59
7. Conclusão	82
Bibliografia	84
Anexos	87

Índice de Imagens

Imagem 1 - Mapa da Zona Histórica onde é possível ver a distribuição dos arruamentos segundo o modelo Dionisino. As linhas a azul desenhavam a união de diferentes portas da muralha.	13
Imagem 2 - Desenho de Duarte D'Armas da vista noroeste da Vila de Castelo Branco	14
Imagem 3 - Vista do Miradouro de S. Gens após intervenção do programa POLIS	15
Imagem 4 - Vista da envolvente da igreja de Santa Maria do Castelo e da zona do castelo após intervenção do programa POLIS	15
Imagem 5 - Zona do castelo após intervenção do programa POLIS	15
Imagem 6 - Acesso à Praça Postiguinho de Valadares pelo Largo da Sé, após intervenção do programa POLIS	16
Imagem 7 - Vista da praça intervencionada pelo programa POLIS. Ao fundo, o acesso pela rua das Olarias	16
Imagem 8 - Vista da parte sul do Largo da Sé, após intervenção do programa POLIS	17
Imagem 9 - Largo da Sé intervencionado, com o antigo edifício dos CTT como plano de fundo	17
Imagem 10 - Largo da Devesa após intervenção do PP. Por ser uma zona de bares, esta também é conhecida como “Docas”	18
Imagem 11 - Centro de Arte e Cultura Contemporânea (fotomontagem da implementação)	18
Imagem 12 - Centro de Arte e Cultura Contemporânea: obra em curso	18
Imagem 13 - Medição da muralha com auxílio de um metro de madeira	33
Imagem 14 - Medição da altura da muralha com auxílio de um metro de madeira	33
Imagem 15 - Planta da muralha e respetiva envolvente com desenho de curvas de nível	33
Imagem 16 - Planificação dos alçados da muralha dividida por segmentos. A cada segmento corresponde uma fotografia identificada que ajuda à compreensão do desenho	34

Imagem 17 - Alçado sul do troço de muralha	34
Imagem 18 - Alçado norte do troço de muralha	34
Imagem 19 - Passadiço entre o Jardim do Paço e o Parque da Cidade (Rua Bartolomeu da Costa)	35
Imagem 20 - Desenho tridimensional do portão pré-existente de acesso ao Parque da Cidade	35
Imagem 21 - Desenho de edifícios relevantes da Cidade, para inserção no mapa. (Torre do Relógio, Sé, Igreja de Santa Maria). Autora: Sara Oliveira	37
Imagem 22 - Pormenor de mapa fornecido, indicador da localização das diferentes marcas	37
Imagem 23 - Primeiras experiências de diferenciação de elementos no mapa e respetiva legenda	37
Imagem 24 - Desenho das diferentes marcas no mapa	38
Imagem 25 - Marca «Mezuzah» num portado da Rua Nova – Castelo Branco	39
Imagem 26 - Marca «Menorah» num portado da Rua D’Ega – Castelo Branco	39
Imagem 27 - Marca Cruciforme num portado da Rua de Santa Maria – Castelo Branco	39
Imagem 28 - Inscrição com o nome “Lourenço Vaz” num portado da Rua do Arressário (na casa a intervencionar) – Castelo Branco	40
Imagem 29 - Lintel decorado com motivos identificadores da profissão exercida nesta casa da Rua dos Peleteiros – Castelo Branco	40
Imagem 30 - Pormenor da proposta de alteração da planta	40
Imagem 31 - Pormenor do desenho tridimensional da muralha	40
Imagem 32 - Mapa fornecido como base para alteração	41
Imagem 33 - Proposta de alteração do mapa	42
Imagem 34 - Fachada da Travessa da Rua Nova	43
Imagem 35 - Fachada da Rua do Arressário	43
Imagem 36 - Vista do piso térreo. Fotografia tirada da porta da entrada da	44

Travessa da Rua Nova

Imagem 37 – Piso térreo. Porta de acesso à escadaria que liga ao primeiro piso e vão de acesso à parte de baixo da escadaria	44
Imagem 38 – Tulha em pedra no piso térreo	44
Imagem 39 - Piso térreo. Vista de dentro para a porta	44
Imagem 40 – Piso superior. Quarto interior	44
Imagem 41 – Piso superior. Porta de acesso à escadaria e vão que faz ligação ao anexo	44
Imagem 42 – Piso superior. Escadaria	44
Imagem 43 – Piso superior. Janela com namoradeiras	44
Imagem 44 - Desenho da fachada da Travessa da Rua Nova	45
Imagem 45 – Desenho da fachada da Rua do Arressário	45
Imagem 46 - Aplicação do processo de triangulações durante o desenho da planta do piso térreo	46
Imagem 47 – Levantamento métrico do piso inferior com os estagiários Fábio Ponteira, Sara Oliveira e Sérgio Oliveira	47
Imagem 48 - Levantamento métrico do piso inferior com os estagiários Iolanda Ferreira e Sérgio Oliveira	47
Imagem 49 – Desenho, de acordo com o levantamento da planta do piso inferior com a indicação da localização dos cortes transversais e longitudinais a realizar	47
Imagem 50 – Desenho da planta do piso superior	47
Imagem 51 - Desenho em curso do primeiro corte: Corte AA'	48
Imagem 52 – Desenho em curso do Corte BB'	48
Imagem 53 – Desenho em curso do Corte CC'	48
Imagem 54 – Desenho em curso do Corte DD'	48
Imagem 55 - Módulo de quarto/ escritório (Matroshka Furniture)	49
Imagem 56 – Projeto de quartos para estudantes em contentores (Olgga Architects)	49

Imagem 57 - Exterior da <i>Unité d'Habitation</i>	50
Imagem 58 - Vista de um corredor	50
Imagem 59 - Interior de uma das habitações	51
Imagem 60 - apartamento da cidade radiante recriado no museu de arquitetura de Paris: vista dos dois pisos com cozinha e sala no inferior e quarto no superior	52
Imagem 61 - espaço de cozinha da mesma recriação	52
Imagem 62 - sala de estar e de refeições com varanda	52
Imagem 63 - vista para o corredor	52
Imagem 64 - vista do quarto situado por cima da cozinha	52
Imagem 65 - Casa do Brasil, Paris: fachada	52
Imagem 66 - <i>Nakagin Capsule Tower</i> : fachada	53
Imagem 67 - Interior de uma cápsula de habitação	54
Imagem 68 - Interior de uma cápsula de habitação	54
Imagem 69 - Pormenor do exterior que mostra a união das cápsulas às torres centrais	54
Imagem 70 - Planta de pavimento do edifício	55
Imagem 71 - Moradias unifamiliares na Quinta da Malagueira	56
Imagem 72 - Aqueduto	56
Imagem 73 - Um dos primeiros esboços da organização do espaço no piso térreo	60
Imagem 74 - Um dos primeiros esboços da organização do espaço no piso superior	61
Imagem 75 - Estudo das possibilidades de divisão do espaço numa orientação vertical, com base na medição das alturas feita no local	61
Imagem 76 - Módulo de escada com arrumação	62
Imagem 77 - Armário pré-existente sobre a escadaria	63
Imagem 78 - Pormenor da porta de um dos quartos	63
Imagem 79 - A outra face da mesma porta	63

Imagem 80 - Módulo de arrumação e secretária para quarto	64
Imagem 81 - Vão em vidro no quarto 1 visto do lado de fora do quarto (solução final)	64
Imagem 82 - Vão em vidro no quarto 1 visto do lado de dentro do quarto (solução final)	64
Imagem 83 - Corredor que liga a entrada do piso superior aos quartos 1 e 2, à escadaria e ao corredor do anexo (solução final)	65
Imagem 84 - Planta e pormenor das alterações feitas nos vãos pré-existentes	65
Imagem 85 - Planta de zonamento do piso superior	66
Imagem 86 - Vista da casa de banho em planta	67
Imagem 87 - Vistas da casa de banho do piso superior (solução final)	67
Imagem 88 - Primeiro esboço do piso térreo com quadro de ardósia na parede estrutural e com a casa de banho de serviço ao fundo, logo a seguir ao “L” descrito pela cozinha e a despensa	68
Imagem 89 - Esboço, em planta, da distribuição dos elementos constituintes da cozinha	68
Imagem 90 - Primeira proposta de intervenção na tulha	69
Imagem 91 - Esboços de soluções rebatíveis	70
Imagem 92 - Proposta de sala para a área social	70
Imagem 93 - Última proposta para o rés-do-chão, anterior à proposta final	71
Imagem 94 - Planta de zonamento do piso inferior em desenvolvimento	71
Imagem 95 - Aproveitamento da tulha de pedra para base de duche (solução final)	72
Imagem 96 - Proposta final para a casa de banho do piso inferior	72
Imagem 97 - Proposta para escadaria anterior à criação de corrimão e de uma barreira visual entre a entrada e o segundo lanço de escadas	73
Imagem 98 - Proposta final para o piso inferior: vista para zona de trabalho/ refeições; ao fundo zona de estar e cozinha; e casa de banho à direita	73

Imagem 99 – Proposta final de planta para o piso inferior	74
Imagem 100 – Parede em cortiça e escadaria com corrimão	75
Imagem 101 – Cozinha: vista do armário	76
Imagem 102 - Cozinha	76
Imagem 103 – Zona de estar	77
Imagem 104 – Quarto 1: cama e cabeceira	78
Imagem 105 – Quarto 1: vista para a janela e secretária	78
Imagem 106 – Quarto 3: vista para o exterior	79
Imagem 107 – Quarto 3	80
Imagem 108 - Logradouro	81

1. Introdução

Este relatório descreve o trabalho desenvolvido durante um estágio realizado no Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco | Câmara Municipal de Castelo Branco entre Novembro de 2011 e Julho de 2012, bem como do projeto aí iniciado e parcialmente desenvolvido, que se tornou no principal projeto para a conclusão do ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Design de Interiores, na Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

No capítulo 3.1. deste trabalho, na sua «Parte I», é feita uma contextualização da cidade de Castelo Branco, que começa por abordar o que é conhecido até hoje sobre a sua fundação, passando pela sua importância defensiva e militar, devido à proximidade da fronteira, e termina com a descrição dos seus espaços mais importantes na atualidade, com um foco especial na cidade intramuros. Esta abordagem resulta da pesquisa feita sobre os tópicos: reabilitação, arquitetura popular, património e zonas históricas.

No capítulo seguinte – 3.2 – é feita uma apresentação do Gabinete de Reabilitação Sócio – Habitacional e da Devesa de Castelo Branco bem como das funções que desempenham as pessoas que lá trabalham.

De seguida, em 3.3 e 3.4, é abordado o património cultural e as diretrizes para a sua conservação, tais como a «Carta de Veneza» ou a «Carta de Cracóvia». É ainda mencionada a legislação local em vigor relativa ao assunto em questão.

A «Parte II» deste relatório aborda o estágio bem como o trabalho desenvolvido durante e após o mesmo, relativo ao projeto de proposta de reabilitação levado a cabo. Sendo assim, o capítulo 4. justifica a escolha do local ao qual foi entregue a proposta de estágio, e são apresentados os estudantes do curso de Mestrado em Design de Interiores, também candidatos a este mesmo estágio. O capítulo 5 é composto por subcapítulos que apresentam, então, os trabalhos desenvolvidos no gabinete a par do desenvolvimento do projeto de reabilitação.

O seguinte capítulo, o número 6, foca-se no projeto em si, e dá pelo nome de “projeto de intervenção em habitação unifamiliar. Primeiramente é definido aquilo a que o autor se propõe com este projeto, seguido da apresentação do edifício a intervir. É ainda feito um resumo do levantamento fotográfico e métrico que foi feito, bem como dos métodos utilizados durante esta fase. No subcapítulo seguinte é explicado o conceito da solução de reabilitação proposta. E, antes de se passar ao desenvolvimento do projeto, faz-se o estado da arte, para enquadrar este projeto com projetos com conceitos semelhantes – rentabilização de espaços reduzidos – tais como a «Unité d’habitation» em Marselha, ou a *Casa do Brasil* em Paris, projetos levados a cabo pelo conceituado arquiteto e designer, Le Corbusier, ou a «Nakagin

Capsule Tower» um conceito de habitação/ escritório em cápsula, desenvolvido pelo japonês Kisho Kurokawa. É ainda referida uma obra nacional de grande impacto a nível mundial – a Quinta da Malagueira – projeto da autoria do arquiteto Siza Vieira, bem como uma obra escrita pelo arquiteto Nuno Portas – *Funções e Exigências de Áreas de Habitação* – uma importante referência nacional orientadora para a organização de espaços habitacionais reduzidos.

Por fim, é apresentado o desenvolvimento do *Projeto de reabilitação de uma casa partilhada para estudantes*, onde as ideias são apresentadas e explicadas por ordem cronológica, guiando até à solução que é por fim proposta. O texto é acompanhado por imagens – quer por visualizações realistas do espaço, quer por pormenores de desenho técnico – que o vão ilustrando.

Existe ainda uma conclusão, que é uma reflexão acerca de todo o trabalho levado a cabo quer em torno deste projeto, quer durante os meses de estágio no GRZHDCB | CMCB.

2. Objetivos

O objetivo principal do estágio, ou seja, a principal razão que me levou a propor-me estágio no GRSZH, foi a curiosidade e a vontade de trabalho na área da reabilitação. O parque residencial construído no nosso país é, de facto, muito extenso, por isso, deve reabilitar-se aquilo que já existe, em oposição à construção nova, por forma a acabar com os edifícios devolutos e degradados que se tornam desagradáveis em termos de salubridade e de paisagem, mas também de preservar a memória e a história das gentes e das cidades.

O contato com outras áreas era também importante, uma vez que nos trabalhos académicos, a área de atuação dos diferentes membros é a mesma: o design. Havia, portanto, uma curiosidade, mas também uma necessidade do trabalho conjunto com áreas complementares às várias fases projetuais.

E, por fim, a diferenciação do projeto académico, ou seja, o trabalho no terreno: as visitas ao local, o levantamento do espaço, e o acompanhamento do desenvolvimento do projeto em obra como forma de consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo das unidades curriculares nas áreas de design de interiores e de equipamento.

PARTE I

3.1. Contextualização da cidade de Castelo Branco

Não há certezas relativas à fundação da cidade. Escavações arqueológicas, levadas a cabo em 2008, comprovam que a região já é habitada desde o Paleolítico. Anteriores a estas, outras ações arqueológicas demonstraram, também, uma presença romana, crença reforçada pela existência, ainda, de inscrições romanas na cidade, referidas por alguns autores¹, e pela evidência de uma *villa* romana – identificável pela prática comum deste povo que estabelecia as vilas na base dos morros – cujos domínios senhoriais começam na residência na costa do castelo e terminam nos campos de Mércoles.

Aquando da conquista do território aos mouros, em 1165, esta zona, até então chamada Vila Franca da Cardoso, é doada por D. Afonso Henriques à Ordem do Templo (fundada em 1119, com a missão de defender o reino de Jerusalém) para povoamento e defesa dos ataques dos infiéis. Doação, esta revista e confirmada pelo seu filho, D. Sancho I, em 1198, no seguimento da sua política de militarização e defesa do território conquistado, levada a cabo sobretudo nas zonas fronteiriças. No entanto, a um nobre chamado Fernando Sanches, pertencia metade do território, tendo este estabelecido que apenas após a sua morte, e caso os seus descendentes o autorizassem, os monges teriam direito à sua total aquisição.

Em 1214, a Cardoso é doada, na sua totalidade à Ordem do Templo, por D. Afonso II, pois, era inerente a este monarca, o sentido de organização territorial, através de uma centralização régia (ao contrário das grandes campanhas militares de conquista) da qual resultaram importantes decisões como as primeiras inquirições e a lei da desamortização, tendo sempre como objectivo a defesa do país, através do apoio dos Templários para proteger a Beira Baixa dos mouros vindos de Cáceres e Badajoz.² Esta doação foi confirmada mais tarde, em 1245, pela bula do Papa Inocêncio III, na qual a parece, pela primeira vez, o nome “Castelo Branco”.³

Ainda que baseada apenas numa analogia toponímica dos dois nomes (Castelo Branco), há uma tese que tem vindo a ser difundida por diversos autores, desde o século XVIII, que suporta a ideia de que Castelo Branco seja herdeira de um castro-luso-romano de nome *Castra Leuca*. Em relação a este assunto os autores António Silveira, Leonel Azevedo e Pedro Quintela D’Oliveira dizem que “ao longo do tempo

¹ BNL - Reservados, Códice 927, fl. 5. Neste manuscrito, da autoria de Paulo Craesbeck e datado de 1644, referem-se vários “*letreiros que se achão na vila de Castelo Branco: na torre fora da porta a mam esquerda [numa vinha] (...) numas casas (...) na Rua de Santa Maria (...) debaixo da torre dos sinos de Santa Maria do Castelo no arco e na torre da mam esquerda*”. A este respeito e a título de exemplo, Manuel Tavares dos Santos [*Castelo Branco na História e na Arte*, Edição do Autor, 1958, p.15] refere a existência de um peixe esculpido numa das paredes da alcáçova.

² Cf. Mattoso, José - “A Monarquia Feudal”, in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. II-A *Monarquia Feudal (1096-1480)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p.117.

³ SILVEIRA, António, AZEVEDO, Leonel e D’OLIVEIRA, Pedro Quintela - O Programa POLIS em Castelo Branco - álbum histórico, Castelo Branco, 2003, p.16.

apareceram ideias tão díspares como a de Castra Leuca, que de acordo com Pina Lopes se devia ao aparecimento no local, durante a Primavera, de Leucas, ou a de José Hermano Saraiva, para quem os mantos brancos sobre as ameias do castelo, dariam ao mesmo uma cor alva, levando aos habitantes a chamá-lo Castelo Branco. A única opinião que se aproxima da nossa é a do Pe. Luiz Conzaga de Azevedo, ao apontar que este nome fora dado pelos Templários em lembrança de um outro castelo situado na Síria.⁴

Sob responsabilidade do então Mestre da Ordem do Templo, D. Pedro Alvito, é erigido, durante a primeira metade do século XII, o castelo templário à cota de 430 metros, resultado da necessidade de um ponto de observação que garantisse um mínimo de segurança e tendo em conta a existência de bons terrenos para cultivo, o acesso a locais com água e a passagem de rotas de mercadorias. Esta edificação do castelo em conjunto com a da primeira muralha faz com que a cidade, a partir de 1230 passe a formar em conjunto com Tomar, Monsanto, Zêzere, Almourol e Pombal, uma importante linha defensiva.

Nesta fase de ocupação templária, o território albicastrense limitava-se, num contexto urbano, à zona da alcáçova, na qual o castelo desempenhava funções de Casa da Câmara. A tipologia do terreno era acidentada e a sua ocupação era de cariz rural. Já a parte sudoeste havia sido ocupada primeiramente, pois embora mais acidentada, teria melhor exposição solar e melhor proteção contra os ventos. Até aqui é visível o surgimento dos arruamentos segundo um movimento expansivo perpendicular às curvas de nível e em anéis concêntricos. A rua de maior importância quer social, quer comercial, é a Rua dos Mercadores (atual Rua do Mercado).

Entretanto, a vida na cidade, que se vai desenvolvendo intramuros, no decurso do século XIII é alvo de um considerável desenvolvimento. Assim, quando em 1285 D. Dinis visita a vila na companhia da Rainha Santa Isabel, observa que as muralhas constituem um obstáculo à expansão, pelo que no reinado seguinte, em 1343, sob a ordem de D. Afonso IV, são levadas a cabo as obras de alargamento, surgindo, desta forma, uma segunda muralha, que passa a ter sete portas, em vez das quatro primitivas⁵, reforçando a defesa da vila e regrido o seu crescimento; para além da execução da torre de menagem adossada à muralha, que possuía várias subdivisões internas distribuídas por vários andares e era o último reduto de resistência, depois de vencidos as muralhas e a alcáçova.

⁴ SILVEIRA, António, AZEVEDO, Leonel e D'OLIVEIRA, Pedro Quintela - O Programa POLIS em Castelo Branco - álbum histórico, Castelo Branco, 2003, p.17

⁵ A primeira cinta de muralha tinha quatro portas: S. Tiago, Ouro, Traição e Pelame. Após a ampliação da vila, a Porta do Pelame desaparece, ficando dentro do novo perímetro das muralhas, e passam a ser, assim, sete portas: Porta de S. Tiago, a norte pela Calçada da Alegria, dando acesso aos caminhos de Cafede e São Vicente da Beira; Porta do Ouro, em frente à capela de São Brás, junto à alcáçova; Porta da Traição, a S. Gens; Porta da Vila, que dava entrada para a Rua dos Ferreiros; Porta do Esteval, em local indefinido, entre as portas de Santiago e da Traição; Porta de Santarém, a poente, em frente da igreja de Santa Maria, fazendo a ligação aos caminhos de Sarzedas; Porta do Espírito Santo, dando entrada para a Rua de Santa Maria aos provenientes dos caminhos de Açafa (herdade sita no termo de Ródão, em ambas as margens do Tejo) do Alentejo.

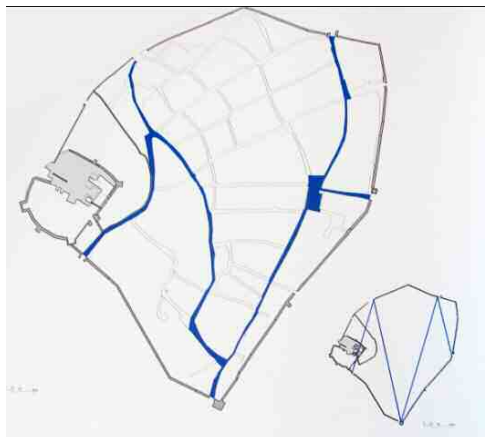


Imagem 1 - Mapa da Zona Histórica onde é possível ver a distribuição dos arruamentos segundo o modelo Dionisino. As linhas a azul desenhavam a união de diferentes portas da muralha.

É por esta altura que surge o modelo «Dionisino», que consiste em promover um conjunto de arruamentos rectos de maior declive e paralelos entre si e perpendiculares à direção dominante dos ventos – nor-nordeste.

Durante os séculos XIV e XV ocorreram significativas mudanças táctico-militares, pois não era só nesta vila que embora cercada por altos muros, estas estruturas se encontravam mal apoiadas ao nível da defesa estrutural. Chamado de *estilo de transição*, estas mudanças foram lentas e progressivas, transformando o castelo medieval (de sistema defensivo *passivo*) em castelo gótico (de sistema defensivo *ativo*).

No século XVI regista-se um aumento populacional na região beirã, fruto da expulsão dos judeus por parte dos reis católicos de Espanha. Esta presença vai ser benéfica, na medida em que as atividades comerciais da comuna judaica, mesmo após o decreto de expulsão dos judeus, vão criar uma base económica que permitirá um grande volume de construção. É também por esta altura – 1535 – que durante o seu reinado, D. João III dá à vila o título de *Notável*.

Consequentemente, é na segunda metade do século que é edificada a Igreja de São Miguel – atual Sé – e o Paço Episcopal, do qual conhecemos hoje os seus belos jardins (Jardim do Paço). Para além desta herança, a presença judaica é ainda hoje visível em muitos portados quinhentistas na zona histórica da cidade.

Ao nível institucional, após receber o título de Vila Notável, Castelo Branco é elevada a cidade, mas não no sentido que conhecemos hoje que se baseia em indicadores económicos e sociais que permitem distinguir meios urbanos de meios rurais, mas antes num sentido de uma política religiosa, sendo o título de cidade indicador de sede episcopal. No entanto, é importante saber que esta distinção foi concedida a Castelo Branco numa época anunciadora de grandes modificações em áreas como a ciência, a economia, a política e a sociologia.

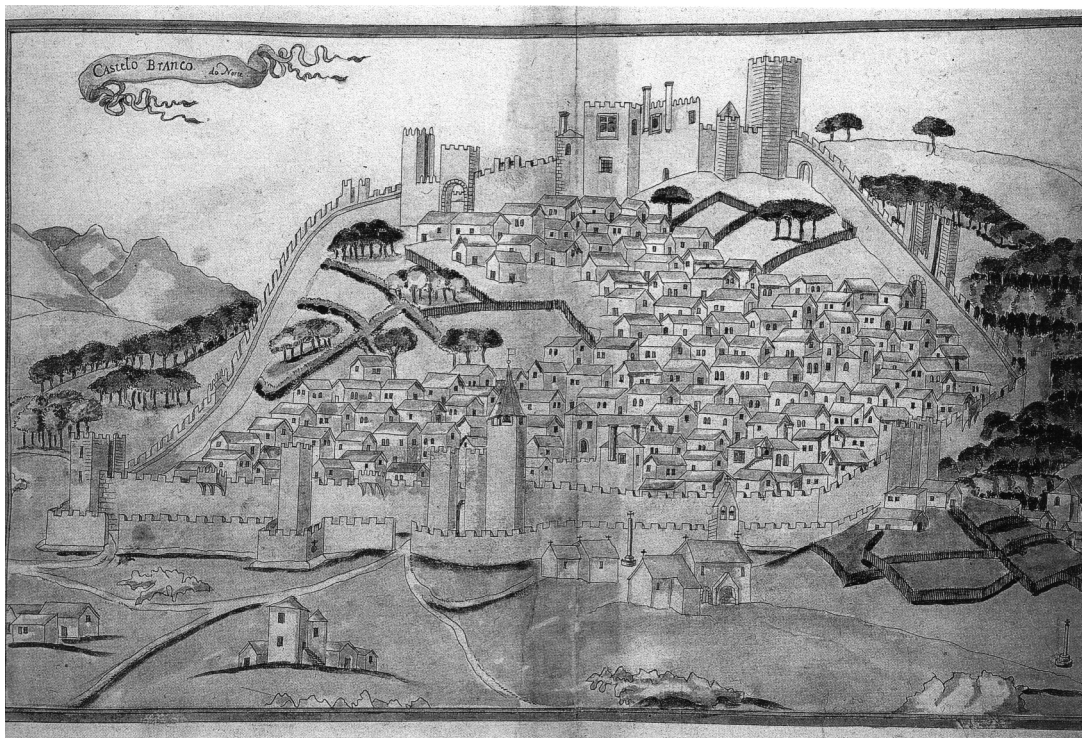


Imagem 2 - Desenho de Duarte D'Armas da vista noroeste da Vila de Castelo Branco

A partir do início do século XIX, as muralhas começam a ser destruídas na sequência das invasões francesas: após a partida da família real para o Brasil e com o reino entregue a um Conselho de Regência, iniciam-se as invasões napoleónicas, cuja primeira vaga foi muito violenta nesta zona, mais propriamente, a invasão liderada pelo general Junot, no ano de 1807, no caminho para Lisboa, deixou o castelo arruinado; mas também da própria ação de autarcas e habitantes que entre 1821 e 1839 vão retirando pedras do castelo, da muralha e dos arcos das portas da muralha, para construírem as suas habitações bem como para obras públicas. Esta atitude é consequência de um grave empobrecimento da zona raiana causado pela destruição dos campos e pela falta de animais, que levaram a uma situação de fome e desespero; e era, portanto, uma ação lógica que não prejudicava ninguém, na medida em que ajudava a construir, destruindo algo que já não tinha utilidade: *“os mesmos muros se achão arruinados, e em parte ocupados pelos habitantes em cazas, e quintais, não sofrendo por isso o publico prejuízo algum em que se consuma a pedra (...) em obras eu tenham por fim augmentar e aformozear a Cidade”*⁶ Assim, teve início uma vaga de total desrespeito pelo património edificado.⁷

No entanto, na segunda metade do século, foram reconstruídas algumas muralhas, bem como algumas estruturas do palácio, pela ação do governador-civil Guilhermino

⁶ ADCB - Actas da Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB), mç. 33, lv. 15, fls 213v a 214.

⁷ SILVEIRA, António, AZEVEDO, Leonel e D'OLIVEIRA, Pedro Quintela - O Programa POLIS em Castelo Branco - álbum histórico, Castelo Branco, 2003, p.32.

de Barros. Entretanto, parte da alcáçova e da muralha, e mais tarde a última torre da muralha, desabaram na sequência de uma violenta tempestade que se abateu sobre a cidade.

O século XIX foi, pois, um período de profundas evoluções sociais e económicas, que trouxe à cidade a primeira fase de modernização, com a abertura da primeira biblioteca pública, em 1870, fruto da doação do Dr. José António Morão, da sua livraria à cidade; a publicação do primeiro jornal em 1846; a abertura do liceu (ca. 1848); a inauguração do telégrafo eléctrico entre Abrantes e Castelo Branco (1858); e, em 1849, a construção da primeira estrada moderna. A revolução industrial teve, pois, as suas repercussões: a primeira máquina a vapor aparece entre os anos de 1890 e 1892.

Ao longo do século XX inicia-se, então a recuperação da alcáçova, do castelo e de todos os elementos significativos presentes na Zona Histórica. A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) inicia, em 1936, a recuperação da zona da alcáçova tendo em vista um miradouro; em 77, também pela ação da DGEMN são demolidas várias casas que se encontravam adossadas à muralha, pondo mais troços desta a descoberto; este processo foi-se repetindo até aos dias de hoje.

A evolução da cidade de Castelo Branco foi, em grande parte, da responsabilidade do programa POLIS. São apresentados, em seguida, algumas das intervenções mais marcantes:

- Castelo e Miradouro de S. Gens, abrangendo o Miradouro de S. Gens, Encosta do Castelo, Espaço Público da Igreja de Sta. Maria e Envolvente às Muralhas. Esta intervenção teve como base três preocupações fundamentais: os percursos (que ligam esta zona alta ao resto da Zona Histórica e a qualidade dos próprios acessos); a plataforma (a zona ampla onde se implanta o miradouro) e a envolvente à igreja (no ponto mais alto, no final do percurso).



Imagem 3 - Vista do Miradouro de S. Gens após intervenção do programa POLIS



Imagem 4 - Vista da envolvente da igreja de Santa Maria do Castelo e da zona do castelo após intervenção do programa POLIS



Imagem 5 - Zona do castelo após intervenção do programa POLIS

Assim, estas zonas passaram a ter um interesse cultural e turístico qualitativo, na medida em que foi criada uma escadaria que liga a Rua da Sobreira ao miradouro, tal como uma outra que liga este à zona da alcáçova, e os próprios espaços passaram a ser zonas harmoniosas que proporcionam um agradável convívio com a natureza, ao mesmo tempo que permitem uma privilegiada vista sobre a cidade.

- Praça Postiguinho de Valadares – Esta área constitui um acesso à Zona Histórica, com entrada pela Rua Postiguinho de Valadares a partir do Largo da Sé ou pela Rua das Olarias. A intervenção neste local consistiu na demolição parcial do edifício da Torre da PT, na construção de uma praça pública para convívio e serviços, enquadrada por um troço de muralha reabilitado, e ainda na criação de um parque de estacionamento subterrâneo.



Imagem 6 - Acesso à Praça Postiguinho de Valadares pelo Largo da Sé, após intervenção do programa POLIS



Imagem 7- Vista da praça intervencionada pelo programa POLIS. Ao fundo, o acesso pela rua das Olarias

- Do centro da cidade, em direção à Zona Histórica, imediatamente antes desta praça, situam-se três grandes edifícios de amplo valor histórico e patrimonial: a Sé, o Conservatório, e o Antigo Edifício dos CTT. O Largo da Sé, o espaço entre estes edifícios, foi também intervencionado pelo Programa POLIS. Esta intervenção consistiu, sobretudo, num reforço da identidade do Eixo Beirão, através da utilização em força do granito nos pavimentos. Foram ainda construídas rampas, a pensar nas pessoas com mobilidade reduzida, e o busto em memória de Vaz Preto foi limpo e recolocado sobre uma base nova formada a partir das pedras do plinto recuperado.



Imagem 8 - Vista da parte sul do Largo da Sé, após intervenção do programa POLIS



Imagem 9 - Largo da Sé intervencionado, com o antigo edifício dos CTT como plano de fundo

- Devesa e Alameda da Liberdade – Por baixo da Alameda da Liberdade abriram bares e restaurantes, com amplas esplanadas viradas para a, também nova, Biblioteca Municipal, e para o espaço que atualmente se encontra em obras, mas no qual irá nascer o Centro de Cultura Contemporânea, cujo interior receberá exposições, terá um auditório para música de câmara e abrigará uma pista de gelo durante o inverno, que se transformará, em dias quentes, em pista de patins de rodas.

Esta praça possui, ao centro, um lago com automatizadores que refrescam o ar em tempo de calor e é polvilhada por árvores de espécies diversas. A escadaria, de frente para o edifício da Câmara Municipal, conduz ao Jardim Amato Lusitano, com uma estátua em homenagem a este ilustre médico albicastrense do século XVI.

Por baixo, existe um parque de estacionamento subterrâneo e foi construído, ainda, um túnel, para que a circulação automóvel não seja interrompida no centro da cidade.

Para além das já referidas Biblioteca Municipal e Câmara Municipal, a Praça da Devesa é ainda rodeada por edifícios de serviços como o Tribunal, a esquadra da PSP, Bancos, o Cine-Teatro, o Cybercentro e o futuro Centro de Cultura Contemporânea. Esta intervenção permitiu, pois, articular e dar utilidade a um amplo espaço urbano central que antes se encontrava degradado.



Imagem 10 - Largo da Devesa após intervenção do PP. Por ser uma zona de bares, esta também é conhecida como “Docas”



Imagem 11 - Centro de Arte e Cultura Contemporânea (fotomontagem da implementação)



Imagem 12 - Centro de Arte e Cultura Contemporânea: obra em curso

3.2 O Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco | Câmara Municipal de Castelo Branco

O GRZHDCB | CMCB funciona desde setembro de 2009, sob a direção do arquiteto albicastrense José Afonso, nas instalações do, bem conhecido na cidade, antigo edifício dos CTT, em frente à Sé. Este edifício alberga ainda a Oficina-Escola de Bordados de Castelo Branco, e é palco de exposições de artes plásticas, fotografia, design, multimédia e instalações, sob a responsabilidade do gabinete, que mostram ao público a obra de diversos artistas portugueses e internacionais.

Devido a uma vasta Zona Histórica de cidade, que necessita constantemente de ser reabilitada e preservada, nasce o GRZHDCB | CMCB no sentido de cumprir esta mesma função.

O Gabinete tem, então, como principal objetivo sensibilizar a população ao mostrar que existem determinadas regras para a reabilitação do Património existente na Zona Histórica, que pretendem melhorar, requalificar e reabilitar, quer o Património, quer as suas vivências, para que a cidade não seja descaracterizada, e haja uma uniformização de critérios. Estes critérios encontram-se estipulados no Art. 25 do Plano de Pormenor⁸ (em anexo).

O trabalho no GRZHDCB | CMCB é desenvolvido no âmbito de orientar proprietários bem como a sua equipa projetista no sentido de se fazer cumprir o regulamento, tentando sempre ir de encontro às “novas” necessidades dos proprietários, ou seja, tentar conjugar o respeito pelo património, ao mesmo tempo que se beneficia e melhora o estado e as condições do edifício, aproximando-o das necessidades atuais.

Para além do acompanhamento de obras privadas, o gabinete tem também a seu cargo a elaboração de projetos, fiscalização de obras relativas a qualquer tipo de intervenção (que são, normalmente de reabilitação, uma vez que a construção nova na zona histórica está interdita), a avaliação de propostas de projetos de intervenção apresentadas por particulares, e realização de estudos a cargo da autarquia, quer de edifícios habitacionais e comerciais adquiridos pela Câmara, quer de património classificado que requer obras de recuperação e reabilitação – Muralha, Jardim do Paço, Património Religioso – assim como intervenções de requalificação de espaços públicos, a cargo de uma equipa projetista que junta as áreas da arquitetura, da arqueologia e do design.

⁸ Planos Municipais que regulamentam o ordenamento do território, (neste caso a edificação da Zona Histórica de Castelo Branco) e que têm em linha de conta a realidade local, embora também haja pontos em comum com as diretrizes instituídas por outras cidades.

Esta equipa é então composta pelo arquiteto responsável e coordenador do gabinete José Afonso, os arquitetos José Paulo Leite, arquiteta Ana Francisca Valente e arquiteta Raquel Lourenço, que trabalham em função das diretrizes do coordenador do gabinete e que são responsáveis por fazer com que os projetos sigam as diretrizes apresentadas inicialmente, sem causar mais prejuízo para a autarquia e cumprindo sempre a legislação nacional e os regulamentos municipais; em conjunto com a arqueóloga Sílvia Moreira que integra a equipa projetista; e a assistente social Elisabete Correia, que lidava com questões relacionadas com problemas sócio económicos e habitacionais dos moradores da zona histórica, quer habitem em casas da câmara ou de particulares.

3.3 O Património Cultural e a importância da sua conservação

O Património é a herança que a geração atual recebeu das gerações antecedentes, é a identidade de um país, de uma região ou comunidade. O património testemunha a cultura, o trabalho e a vida de um passado que permite a distinção de sociedades e o conhecimento das mesmas para a preservação não só da memória do que já foi, mas de conhecimentos que permitem a transmissão destes testemunhos às gerações futuras.

Contudo há regras, ditadas por organismos nacionais e internacionais, que definem o estatuto de Património e fazem distinções entre diferentes tipos. Assim, distingue-se o Património Cultural, do Património Natural.

De acordo com a *Convenção do Património Mundial*, como património cultural consideram-se:

- *Os monumentos: obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

- *Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos, que em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

- *Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.*

E como património natural:

- *Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;*

- *As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;*

- *Os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.*⁹

O *valor universal excepcional* referido em todos os itens como característica obrigatória de algo considerado património, significa que esse elemento possui uma importância cultural e/ou natural completamente excepcional, de tal modo que se torna imperativa a sua conservação.

A noção de Património foi evoluindo ao longo dos tempos. E atualmente, há uma consciência colectiva, que continua em expansão, do valor histórico e da riqueza etnográfica do património colectivo como reflexo de uma identidade cultural. Neste sentido, de conservação do património, tem havido um crescimento do estudo e da investigação histórico-artística e arquitectónica no âmbito disciplinar do património, da reabilitação e da conservação e restauro. No entanto, esta tomada de consciência da importância da Herança Cultural, verificou-se um pouco tardiamente, o que levou à perda irreversível de alguns bens de grande importância histórica e cultural.

É, pois, de uma grande importância proteger e conservar todo este legado histórico, num âmbito de continuidade histórica, pois é possivelmente bastante difícil haver evolução sem conhecimento do passado, *a lembrança da História, de necessidade vital para o futuro do Homem como essência histórica, não pode extinguir-se* (Virgolino Ferreira Jorge, 2000).

A importância da sua preservação deve-se também ao facto de o Património se poder tornar um forte impulsionador económico, na medida em que o turismo e o lazer são áreas que estão, atualmente, em forte expansão, e a existência de um marco emblemático torna-se foco de atenção num determinado local, fazendo com que este seja visitado e, conseqüentemente, passa a ter uma ação pedagógica, alertando e fazendo com que os visitantes tomem consciência de valores estéticos e funcionais e de características formais e históricas, tenham contacto com materiais de construção tradicionais e com novas tecnologias e, conseqüentemente «façam uma visita ao passado».

A honra de Portugal possuir alguns monumentos e conjuntos de reconhecido valor universal inscritos na Lista de Património Mundial da UNESCO, deve também servir de incentivo à preservação do Património, e à divulgação do mesmo além fronteiras, como forma de expressão cultural e de orgulho nacional.

⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (Comité Intergovernamental para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural): "Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial". 2008

3.3.1 Análise Histórica

A preocupação com a preservação de antiguidades e as noções de património têm, como já foi referido, vindo a evoluir ao longo dos tempos.

No período renascentista surge, por parte de alguns humanistas, o interesse na conservação e restauro de alguns edifícios antigos mais significativos, no geral, de carácter religioso. Podemos referir Alberti (1404-1472) que começa a esboçar ideias de intervenções em edifícios existentes.

No século XIX, em plena Revolução Industrial, renova-se o interesse pela construção da Idade Média, passando a haver, pela primeira vez, uma sistematização das pesquisas feitas no âmbito da proteção e conservação do património arquitectónico, bem como das respectivas identificações.

Eugène- Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) ficou famoso pelo princípio da Unidade de Estilo, pois as suas ideias defendiam o equilíbrio entre a forma e o seu comportamento enquanto matéria e, portanto, a necessidade do processo de restauro abranger o todo e não apenas partes. Ainda no século XIX, o crítico de arte John Ruskin (1819-1900) dizia “cuidem dos vossos monumentos e não terei necessidade de os restaurar”, defendendo que a arquitetura era o elo de ligação com o passado, que impedia o esquecimento, assegurando a identidade de uma civilização, mas também a morte inevitável do monumento. Também William Morris (1834-1896) se interessou pela conservação do património e criou, em 1877, a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (Associação para a proteção de edifícios antigos).

Em 1902, o vienense Alois Riegel (1858-1905) é eleito presidente da Comissão austríaca dos monumentos históricos, e cria a distinção entre monumentos e monumentos históricos, atribuindo duas categorias de valores distintas a estes últimos: *rememorização (passado)* em que o monumento possui valor histórico e valor de antiguidade; *contemporâneos (presente)* em que o monumento possui valor artístico, valor de novo e valor de utilização.

Camilo Boito (1836-1911) ficou conhecido como pioneiro do restauro científico, dividindo-o em três tipos consoante a idade dos edifícios: *restauro arqueológico* (monumentos da antiguidade), *restauro pitoresco* (monumentos medievais), *restauro arquitectónico* (monumentos renascentistas e barrocos); e por recorrer a técnicas construtivas modernas para a conservação do património.

O restauro histórico surge com Luca Beltrani (1854-1933) que reivindicava a individualidade de cada intervenção, fomentando a ideia de uma pesquisa documental exaustiva.

O século XIX fica então marcado por estes nomes e pela introdução da noção de monumento histórico, baseada nos valores estéticos e culturais e na memória viva da educação civilizacional.

Já no século XX, quatro tipos de restauro forma definidos por Gustavo Giovannoni (1873-1947): *Consolidação; Recomposição/ anastilose; Libertação; Renovação*. Cesare Brandi (1906-1988) falou de autenticidade, patina, ornamentação, importância do tempo, entre outros conceitos, e criou uma teoria de restauro na qual distinguiu o processo criativo do restauro propriamente dito.

A nível nacional, a história do património edificado não coincide com a do resto da Europa, uma vez que o nosso país não sofreu os efeitos devastadores da guerra.

Portugal é, pois, portador de uma grande riqueza edificada que prima pela simplicidade e pela herança de processos construtivos de excelência por parte de árabes e romanos, mas também por processos próprios. A evolução do património começa a dar-se com a tímida industrialização dos anos 60, passando pela implementação de políticas de construção de habitação social pós 25 de Abril. Ainda durante o Estado Novo começa a haver um certo interesse na preservação e recuperação arquitectónica, mas só em relação aos monumentos, ficando esquecido o património habitacional. Este apenas começa a ser foco de algum interesse no final da década, altura em que é lançado o *Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados* (PRID – Decreto-Lei nº 704/76).

Na década seguinte, mais concretamente em 1985, surge o *Programa de Reabilitação Urbana* (PRU), com o objectivo de apoiar as autarquias, através de apoios financeiros à reabilitação e da criação de gabinetes técnicos focados no lançamento e gestão de processos de reabilitação urbana.

Um problema enorme que afectou seriamente o nosso país e é, provavelmente o maior responsável pelo estado degradado do parque habitacional, foi o congelamento das rendas durante longos anos que fez com que se construísse bastante e se recuperasse e conservasse muito pouco. Assim, como objectivo de travar esta situação, é lançado, no ano de 1988, um programa chamado *Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados* (RECRIA – Decreto-Lei nº 4/88, de 14 de Janeiro, alterado em 1992).

É, ainda durante a década de 80, que surgem cursos, pós-graduações, mestrados e doutoramentos, bem como congressos, seminários e debates nas áreas relacionadas com a conservação do património, fruto deste interesse crescente pela renovação e reabilitação.

Atualmente *“torna-se imperativo dotar o parque residencial mais antigo com requisitos mínimos de conforto interior e torná-lo exteriormente mais agradável, enquadrando-o naturalmente e de forma harmoniosa no espaço envolvente, respeitando-se os valores históricos e arquitectónicos que nos foram legados.”*¹⁰

¹⁰ PIMENTEL, A. FRAGA; MARTINS, J. GUERRA: “Reabilitação de edifícios tradicionais”. Série Reabilitação. 2005

3.4 Documentos e Legislação nacional e internacional

Em Atenas, a 30 de Outubro de 1931 é publicada a Ata da Conferência promovida pelo Conselho Internacional dos Museus, da qual resulta a “**Carta de Atenas**” que pede que as novas edificações se adequem ao existente, que as ações de reforço no existente sejam dissimuladas para que não haja alterações estéticas, e que haja respeito pela envolvente, pelo carácter e fisionomia das cidades. Esta apresenta sete resoluções principais:

- 1. Devem ser criadas organizações internacionais de carácter operativo e consultivo na área do Restauro;*
- 2. Propostas de projetos de Restauro devem ser submetidas a crítica fundamentada, para prevenir erros que causem perda de características e valor histórico nas estruturas;*
- 3. Os problemas de preservação dos sítios históricos devem ser resolvidos legislativamente ao nível nacional em todos os países;*
- 4. Sítios escavados que não sejam submetidos e programas imediatos de restauro devem ser recobertos para proteção;*
- 5. As técnicas e materiais modernos podem ser usados no trabalho de restauro;*
- 6. Os sítios históricos devem merecer estritas medidas de custódia e proteção;*
- 7. Uma atenção particular deve incidir sobre as zonas de proteção dos sítios históricos.*

*A recuperação tem de louvar o existente e não a intervenção, tem de salientar o edificado antigo e não afogar a peça com um projeto exuberante.*¹¹ Embora adoptados em 1932 pela Sociedade das Nações, estes conceitos apenas se assumem verdadeiramente no dia 31 de Maio de 1964 no II Congresso dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, com a notável «**Carta de Veneza**», que passa a integrar não só a criação arquitectónica isolada, mas também os conjuntos urbanos e rurais que representem uma civilização em particular, um movimento significativo, ou um acontecimento histórico. Os princípios desta carta são a investigação (histórica, arqueológica e artística) a anteceder e a acompanhar as ações de restauro, o respeito pelas contribuições de todas as épocas históricas e a integração harmoniosa de elementos substitutos de partes destruídos, com distinção, no entanto, das partes originais.

A «Carta de Veneza» é complementada, mais tarde, em 1986, pela «**Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas**», que “define os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de ação adequada para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, favorecer a harmonia da vida individual e social e perpetuar a conjunto dos bens, mesmo modestos, que constituem

¹¹ COSTA, A. A.: “Notas sobre Reabilitação para usar quando der jeito”. Junho de 1993

a memória da Humanidade”. Esta define como valores a preservar o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem (forma urbana, relação entre os diversos espaços urbanos, forma e aspecto dos edifícios, relação da cidade com o respectivo enquadramento, as suas vocações diversas). As suas principais diretrizes apontam para:

- a fundamental envolvência dos habitantes nos planos de salvaguarda;
- a precedência dos planos de salvaguarda por estudos pluridisciplinares;
- a manutenção permanente do que está construído;
- a toma de medidas preventivas contra catástrofes naturais, bem como poluições e vibrações.

A «**Declaração de Amesterdão**» sobre Património Arquitectónico Europeu surge em 1975 na cidade com o mesmo nome, e reflete uma preocupação com a conservação e restauro, porque o que é antigo se encontra ameaçado pela deterioração, mas também pela negligência e pela ignorância e com a sociedade. Esta tem, também, como princípios a proteção do enquadramento dos monumentos para que não percam o seu carácter; a preservação das estruturas dos conjuntos históricos, a fim de promover a integração das populações; a educação dos jovens no sentido de desenvolver, nestes, um espírito protetor em relação aos testemunhos de épocas e experiências. Esta declaração caracteriza-se, sobretudo, pela defesa da conservação integrada através de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

O enquadramento do edificado com a envolvente e a conjugação harmoniosa do novo com o antigo são ideias presentes na «Recomendação de Nairobi», realizada a 30 de Novembro de 1976.

Em 1999, surge a «**Carta Internacional do Turismo Cultural**» para a Gestão do Turismo nos Sítios com Significado patrimonial. Esta, no geral, defende Património como um conceito amplo que inclui paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos, bem como a biodiversidade, coleções, práticas culturais passadas e continuadas, conhecimentos e experiências vividas, e propõe diretrizes para uma interação dinâmica entre Turismo e Património Cultural, para que o primeiro possa promover o segundo e a relação entre estes não seja conflituosa, mas proveitosa para ambos, bem como para visitantes, e residentes. Os seus princípios são 6:

1. *Como o turismo doméstico e internacional estão entre os principais veículos das trocas culturais, a conservação deve proporcionar oportunidades responsáveis e bem geridas para os membros da comunidade residente e para os*

visitantes experimentarem e compreenderem em primeira mão o património e a cultura dessa comunidade.

2. O relacionamento entre os Sítios Património e o Turismo é dinâmico e pode envolver valores em conflito. Ele deve ser gerido de uma forma sustentada para as gerações actual e futuras.

3. A Conservação e o Planeamento do Turismo para os Sítios Património deve garantir que a Experiência do Visitante valha a pena, seja satisfatória e agradável.

4. As comunidades residentes e os povos indígenas devem ser envolvidos no planeamento para a conservação e para o turismo.

5. As actividades do turismo e da conservação devem beneficiar a comunidade residente.

6. Os programas de promoção do turismo devem proteger e valorizar as características do Património Natural e Cultural.

Neste mesmo ano é publicada a «**Carta sobre o Património Construído Vernáculo**», que nasce de uma preocupação com os problemas de obsolescência e de integração que o património construído vernáculo enfrenta nos dias de hoje, em consequência de uma homogeneização da cultura e de consequentes transformações socioeconómicas.

Este documento defende:

- a atuação de uma equipa multidisciplinar na conservação do património vernáculo que tenha sempre em conta a relação deste com a paisagem cultural;
- para além do palpável, o vernáculo abrange as formas pelas quais os edifícios são usados e interpretados, bem como as tradições e associações intangíveis, a estes associadas;
- as intervenções, bem como as adaptações dos edifícios aos novos usos, devem respeitar e manter a integridade da localização, da relação com a paisagem física e cultural, e das estruturas entre si;
- é fundamental haver uma continuidade dos sistemas construtivos tradicionais e das competências artesanais inerentes ao vernáculo, para uma expressão total deste;
- as alterações ocorridas ao longo do tempo devem ser aceites e compreendidas para serem apreciadas como aspectos importantes da arquitetura;
- os governos e demais autoridades devem dar especial importância a programas de formação, educação e informação para a consciencialização e apoio das comunidades, bem como formação e trocas de competências e experiências entre profissionais.

A «**Carta de Cracóvia**», resultante da Conferência Internacional sobre Conservação, que aconteceu em Outubro de 2000, tem como principal objectivo a conservação do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, através de vários tipos de intervenção. Esta carta tem também como princípios:

- a manutenção e a reparação como partes fundamentais do processo de conservação;
- a conservação, preservação e desenvolvimento das paisagens reconhecidas como património cultural com o objectivo de testemunhar a relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente;
- defende e define o «projeto de restauro» segundo um processo que integra recolha de informações para a compreensão do edifício bem como do sítio;
- alerta para que a autenticidade e a integridade dos edifícios com valor histórico sejam mantidas, incluindo espaços interiores, mobiliário e decoração originais;
- considera como um todo as cidades e aldeias históricas, defendendo que qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população;
- aconselha, ainda, a intervir respeitando o mais possível as técnicas e os materiais originais.

A nível nacional, a legislação mais significativo é o Decreto de Lei nº 107/ 2001, que é o mais recente na área.

Este define o conceito de património como “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objecto de especial proteção e valorização e diz ainda que o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”

No que diz respeito ao papel do Estado, a lei diz que este deve proteger e valorizar o património cultural, a fim de assegurar a transmissão de uma herança cultural; e ao papel de todos os cidadãos, que devem zelar pela proteção e preservação do património cultural.

Esta também refere que a política do património cultural obedece a princípios de: inventariação, planeamento, coordenação, eficiência, inspeção, informação, equidade, responsabilidade e cooperação internacional; e classifica os bens imóveis como monumento, conjunto ou sítio, e os móveis como de interesse nacional, interesse público ou de interesse municipal – interesse nacional: “quando a respectiva proteção

e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação; público: quando a respectiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado; municipal: bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.”

Está, também, expressa a proibição de pintura e de afixação de cartazes em imóveis classificados, sem autorização da entidade responsável pela classificação, bem como de toldos, letreiros, tabuletas e outros semelhantes, em locais afectos a estes imóveis e em centros históricos.

É ainda definida uma zona de proteção de 50 metros, a contar dos limites extremos dos edifícios, com um regime legal próprio.

Na secção de projetos, obras e intervenções está escrito que os projetos de conservação, modificação, reintegração e restauro devem ser executados por técnicos de qualificação legalmente reconhecidos, e acompanhados de um relatório que avalie a importância artística ou histórica da intervenção.

No que respeita concretamente às intervenções, estas só podem ser levadas a cabo após autorização do órgão responsável (administração autónoma, central ou municipal), e não podem alterar a arquitetura da zona, nem perturbar a perspectiva de contemplação do bem.

No caso de Castelo Branco, existe um artigo específico – Artigo 25.o – Disposições gerais sobre acabamentos exteriores – que diz respeito à Zona Histórica e à Devesa. Esta apresenta regras e limitações relacionadas com coberturas, rebocos, cantarias, caixilharias, varandas, bem como com a aplicação de elementos nas fachadas.

No que diz respeito a organismos de gestão do património, o mais importante a nível internacional é o *Comité Intergovernamental para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, fundado na Conferência Geral da UNESCO em 1972. Este Comité tem como função a seleção dos bens naturais e culturais a serem integrados na Lista do Património Mundial, segundo uma avaliação do valor universal excepcional. É formado por vários Estados membros que apresentam candidaturas daquilo que consideram património e que possa vir integrar a lista e que assumem, ao assinar a Convenção, a responsabilidade pela conservação dos seus bens e pela proteção do património cultural e natural do seu território.

A Convenção é formada pelos seguintes órgãos:

- Assembleia Geral, constituída por todos os Estados membros e que reúne de dois em dois anos;
- «Comité», formado por 21 daqueles Estados eleitos em Assembleia Geral e que reúne anualmente;

- «Bureau», constituído por sete Estados eleitos pelo «Comité» para preparar as suas decisões.

A adesão de Portugal aconteceu em 1979, conforme consta do Decreto nº 49/79, de 6 de Junho, que a publica, e em 1999 foi eleito para o “Comité”

Ao «Comité» compete ainda examinar os relatórios emitidos pelos Estados membros sobre o estado de conservação dos bens inscritos, solicitar a estes a tomada de medidas cada vez que estes bens não estejam a ser corretamente geridos e conceder subsídios dos *Fundos do Património Mundial* aos bens que necessitem de intervenções, e a atividades promocionais ou educativas neste âmbito.

A Convenção emitiu um documento denominado *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial* (parte do qual será apresentado em anexo), que são revistas periodicamente para refletir as decisões do Comité do Património Mundial. Estas orientações que visam:

- A inscrição de bens na Lista do Património Mundial e na Lista do Património Mundial em Perigo;
- A proteção e conservação de bens do Património Mundial;
- A atribuição da Assistência Internacional suportada pelo Fundo do Património Mundial;
- A mobilização de apoios aos níveis nacional e internacional a favor da Convenção.

Ainda no âmbito internacional é importante referir:

- O *ICCROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais* – uma organização intergovernamental internacional sediada em Roma e criada pela UNESCO em 1956. As suas funções baseiam-se em programas de investigação, documentação, assistência técnica, formação e sensibilização para melhorar a conservação do património.
- O *ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios* – uma organização não-governamental sediada em Paris, fundada em 1965, cujo trabalho de fomentação da aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas se baseia nos princípios de conservação e restauro da Carta de Veneza. Este organismo é também responsável pela avaliação dos bens propostos a inscrição na Lista do Património Mundial.
- A *UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza* – criada em 1948 e sediada em Gland (Suíça) é formada por ONGs, governos nacionais e cientistas numa parceria a nível mundial.

Para gerir o nosso património nacional existe o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – ao qual compete, por lei, propor a

classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional. Este ato de classificação exige uma tramitação rigorosa, recentemente alterada com a publicação do Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Outubro que entrou em vigor em Janeiro de 2010.

“... uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente, por intervenções diversas destinadas a valorizar as potencialidades socioeconómicas e funcionais para melhorar as condições de habitabilidade do parque construído, mantendo a sua morfologia e valor patrimonial, a valorização da vida económica, cultural e social pelo desenvolvimento das atividades económicas, numa base de potenciação dos recursos endógenos, e pela melhoria dos equipamentos, infraestruturas e espaços públicos, mantendo, no entanto, a identidade e as características da área da cidade em causa e da sua população que permanece no local.”

LOPES, F. A. Reabilitação Urbana em Lisboa

In ZANCHETTI, S. et al. *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*. Recife: UFPE/ MDU, 1995

PARTE II

4. Estágio

Após o conhecimento da área de atividade do gabinete, bem como a visita a algumas das reabilitações levadas a cabo, nasceu o interesse na realização do estágio curricular de mestrado nesta mesma entidade.

Propus-me, deste modo, a um estágio no GRZHDCB | CMCB em conjunto com mais três colegas pertencentes à mesma turma de Mestrado em Design de Interiores: O Fábio Ponteira, Licenciado em Design Industrial pela UBI, a Iolanda Ferreira, e o Sérgio Oliveira, ambos licenciados em Design de Interiores e Equipamento, pela ESART/ IPCB, e a autora, Sara Oliveira, licenciada em Design de Interiores e Equipamento, também pela ESART/ IPCB.

Após entrevista, em Setembro de 2011, os quatro estagiários foram aceites, uma vez as propostas de projeto dos quatro estagiários estavam voltadas para a área da reabilitação, e que existe uma parceria entre a Câmara Municipal e o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Assim, esteve teve início em Novembro de 2011, um início preenchido por pesquisa, leitura e compilação de informação de temas como Património e Reabilitação, e das respectivas normas e legislação vigente no âmbito dos mesmos.

No sentido de um contacto mais próximo com as diretrizes segundo as quais trabalharíamos nos meses seguintes, foram-nos fornecidos livros e documentos com a legislação portuguesa para a proteção do património nacional e local, e com as várias cartas internacionais, como a Carta de Veneza, a Carta de Atenas ou a Carta de Cracóvia.

5. Trabalhos realizados no GRZHDCB | CMCB

5.1. Levantamento de troço de muralha

Foi pedido a três estagiários (Fábio, Sérgio e Sara) que realizassem o levantamento de um troço de muralha para um projeto de reabilitação que foi levado a concurso pelo gabinete.

Este troço de muralha é um miolo central cujo início se situa na propriedade do CIJE (Centro de Infância e Juventude) e se prolonga até à zona da alcáçova, à Rua do Mercado.

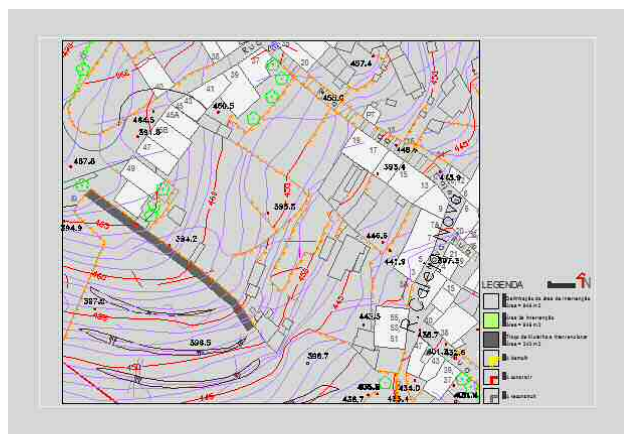


Imagem 13 - Medição da muralha com auxílio de um metro de madeira



Imagem 14 - Medição da altura da muralha com auxílio de um metro de madeira

O levantamento foi feito com recurso a um levantamento fotográfico e a uma escala de madeira, cujo posicionamento nas fotografias nos permitiu, depois, através de regras de proporcionalidade, medir as diferentes alturas do miolo da muralha; as larguras foram medidas no local com uma fita métrica. O trabalho foi dividido entre os três alternadamente, entre posicionamento dos instrumentos de medição, fotografia e registo das medidas.



Após

O levantamento, o desenho de curvas de nível

levantamento,

procedemos ao desenho dos alçados, utilizando, para tal, as fotografias tiradas no local, bem como uma planta disponibilizada pelo gabinete.

O desenho técnico foi feito por partes, de acordo com as medições efectuadas no local, acompanhado de fotografias das respectivas partes para facilitar a compreensão do mesmo.

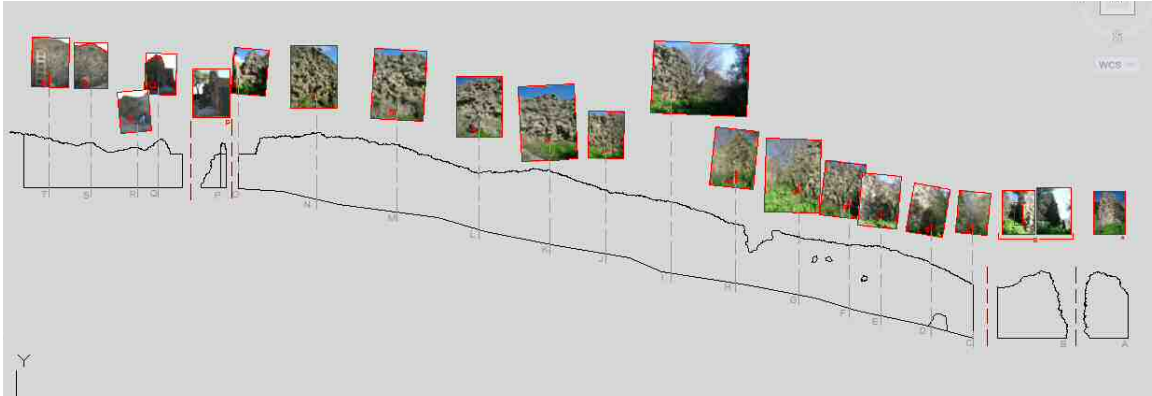


Imagem 16 - Planificação dos alçados da muralha dividida por segmentos. A cada segmento corresponde uma fotografia identificada que ajuda à compreensão do desenho

Posteriormente foi-me solicitado um desenho técnico mais rigoroso dos alçados quer do existente quer da proposta de alteração.

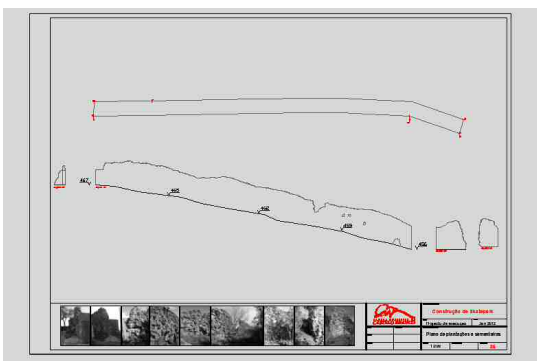


Imagem 17 - Alçado sul do troço de muralha

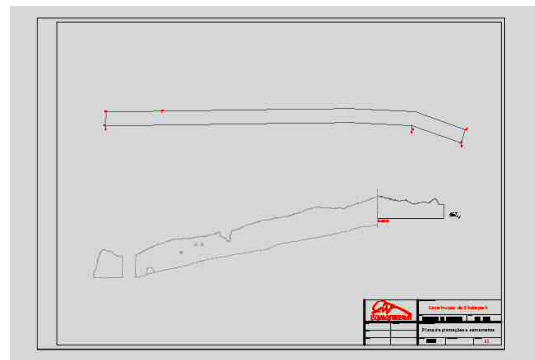


Imagem 18 - Alçado norte do troço de muralha

5.2. Projeto de reabilitação do Passadiço e do Jardim do Paço - Castelo Branco

Este foi um projeto que foi levado a cabo pela equipa projetista do GRSHZH – arquitetos José Leite, Ana Francisca Valente e Raquel Lourenço, arqueólogo Dra. Sílvia Moreira, e sob a responsabilidade do arquiteto José Afonso – que pretendeu requalificar o passadiço entre o Jardim do Paço e o Parque da Cidade de Castelo Branco sito na Rua Bartolomeu da Costa.

Foi, então, pedido à colega Iolanda Ferreira que fizesse o desenho tridimensional do existente bem como, posteriormente, da proposta de intervenção. Deste modo, o meu contributo neste projeto passou pelo levantamento métrico, feito em várias visitas ao local na companhia da arquiteta Raquel Lourenço e dos colegas estagiários, Fábio Ponteira e Iolanda Ferreira. Após o levantamento, auxiliei a colega Iolanda no desenho tridimensional de alguns elementos, tais como portões e gradeamentos.



Imagem 19 - Passadiço entre o Jardim do Paço e o Parque da Cidade (Rua Bartolomeu da Costa)



Imagem 20 - Desenho tridimensional do portão pré-existente de acesso ao Parque da Cidade

5.3. Projeto de mapa quinhentista da cidade

Em conjunto com dois colegas estagiários, o Sérgio e a Iolanda, fomos convocados para uma reunião com os arquitetos José Afonso e José Paulo Leite, durante a qual nos foi apresentada uma proposta de trabalho no âmbito daquilo que é desenvolvido no Gabinete para a Zona Histórica. Foi-nos, então, proposta a elaboração de um mapa quinhentista da cidade, constituído por um guia histórico, um desdobrável que faz a apresentação das casas quinhentistas da cidade bem como dos aspectos de interesse que se encontram nas mesmas, tais como marcas, inscrições e vãos. Após esta proposta, iniciámos uma pesquisa daquilo que é feito pelo país para guias turísticos de cidades históricas, e também das diferentes formas de desdobráveis e mapas existentes. Fizemos ainda uma análise e um tratamento inicial à informação que nos foi fornecida – mapas de localização dos elementos, fotografias, e elementos gráficos úteis à estética do trabalho.



Imagem 21 - Desenho de edifícios relevantes da Cidade, para inserção no mapa. (Torre do Relógio, Sé, Igreja de Santa Maria). Autora: Sara Oliveira

Já na posse dos mapas da cidade quinhentista, onde constam os nomes das diferentes ruas, a localização dos portados quinhentistas simples e duplos – informação fundamental a inserir no mapa –, das inscrições variadas que se pode encontrar nestes, e das diferentes marcas que também podem possuir (cruciformes, «mesuzhás» e «menorás»¹²), começámos a selecionar a informação que deveria constar no mapa final, e juntámos tudo no mesmo. Este foi um trabalho demorado, que desenvolvi com a ajuda de outro colega, o Sérgio. Estudámos também a melhor forma de transmitir a informação, de modo a que a leitura fosse simples e precisa, por isso, desenhámos símbolos para cada elemento e atribuímos, a alguns, uma numeração.

¹² Marcas que judeus e cristãos gravavam na pedra dos portados para comunicarem em código entre si.



Imagem 22 - Pormenor de mapa fornecido, indicador da localização das diferentes marcas



Imagem 23 - Primeiras experiências de diferenciação de elementos no mapa e respectiva legenda

Para além deste mapa, o guia deveria fornecer ainda uma lista das ruas e quais as marcas presentes em cada uma delas, pois, apesar de as marcas mais comuns serem as cruciformes, estas podem variar bastante entre si, e pretende-se que o turista as conheça e reconheça nos locais. A fim de desenvolver este “inventário”, fizemos um levantamento, rua a rua, das marcas através de uma visita ao local na posse de um mapa, de modo a que nos fizessemos passar um pouco por turistas e percebêssemos algumas das dificuldades de leitura que possam surgir e, assim, corrigir alguns aspetos não tidos em conta em fases anteriores.

Após vários testes de impressão, voltaram a alterar-se os símbolos de identificação dos diferentes elementos e o esquema cromático.

Assim, as manchas castanhas identificam os edifícios quinhentistas, e em cada um existe um S ou um D, que significa, respectivamente, “Portado Simples” e “Portado Duplo”.

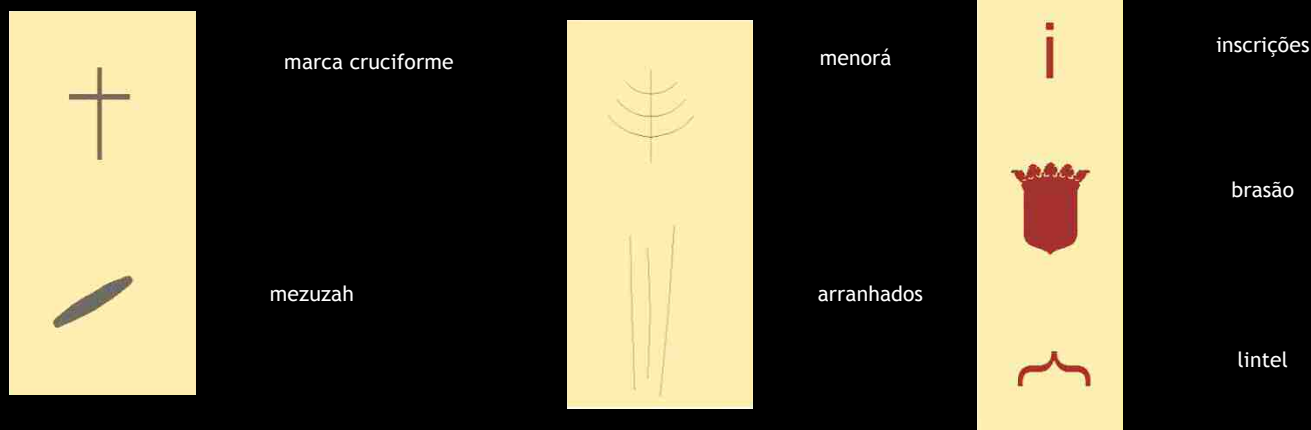


Imagem 24 - Desenho das diferentes marcas no mapa

Os símbolos acima apresentados aparecem consoante o que pode ser encontrado no exterior de cada portado. Explicam-se de seguida, de uma forma sucinta o significado de cada símbolo.

A marca «mezuzah», é um sulco (sob a forma apresentada na imagem 24) cravado na pedra de uma obreira exterior, que se destinava a conter um pequeno pergaminho no qual era escrito, de forma ritual, um texto com as palavras de Dt 6,4-9; 11, 13-21¹³ - o «Shemá Israel»¹⁴. Esta oração, fundamental para o povo judaico, é uma afirmação do culto monoteísta que pretende que este seja sempre lembrado, em todos os momentos da vida, através de, entre outros meios, a inscrição, por parte do crente, na ombreira da sua porta. Mezuzah é, pois, a palavra hebraica para ombreira.

A «menorah», é um dos mais antigos e, juntamente com a estrela de David, o mais importante símbolo do povo judeu. O primeiro candelabro de sete braços terá sido feito, em ouro maciço por Moisés, e simbolizaria a sarça em chamas que este viu, no Monte Sinai. A gravação deste símbolo nas ombreiras das portas relaciona-se, então, à presença judaica, como forma provável de afirmação do culto religioso.

Quanto aos arranhadados, que dizem respeito a marcas na pedra semelhantes a garras, segundo os autores de *Marcas Mágico-Religiosas no Centro Histórico – Guarda*, alguns habitantes de Castelo de Vide (onde também se encontram marcas semelhantes a estas) entendem-nos como resultado da ação dos sapateiros, de afiarem as suas sovelas. Por outro lado, segundo os mesmos autores, os habitantes de Marvão, já os entendem de forma diferente: resultado da ação de soldados, de afiarem as espadas. Não há, por isso, certeza relativa à realização destas marcas. No entanto suspeitam que *por detrás desta prática possa estar um ritual de carácter mágico-religioso continuador da velha prática hebraico/ judaica de marcar nas ombreiras das*

¹³ Ver em anexo

¹⁴ Escuta Israel

portas a adesão a um culto e de, paralelamente, recolher para o interior do espaço construído alguma forma de proteção divina¹⁵.

As marcas cruciformes, por sua vez, estão normalmente associadas ao Cristianismo e, por isso, crê-se que as que se encontram nas ombreiras de pedra da zona histórica de Castelo Branco tenham resultado da necessidade da afirmação de uma crença religiosa por parte de antigos judeus ou de cristãos novos, podendo também ser resultado de um ato de sacralização de um espaço tido como herético. De qualquer modo, a dúvida relativa à verdadeira razão da existência destas marcas mantém-se, porque a cruz é um símbolo anterior ao cristianismo, e mesmo após Constantino se ter apoderado desta como símbolo da crucificação de Cristo, o ato de marcação de uma cruz continuou a conter um carácter mágico, com a intenção de invocar a proteção do mundo sobrenatural.



Imagem 25 - Marca «Mezuzah» num portado da Rua Nova - Castelo Branco



Imagem 26 - Marca «Menorah» num portado da Rua D'Ega - Castelo Branco



Imagem 27 - Marca Cruciforme num portado da Rua de Santa Maria - Castelo Branco

A identificação dos lintéis é importante, na medida em que, é nesta zona que aparecem os brasões e as inscrições, ou podendo até nem conter nenhum dos dois, é uma pedra normalmente ornamentada e cuja ornamentação é indicador de riqueza dos proprietários; os senhores mais abastados apresentavam lintéis, nas suas casas, com belos trabalhos gravados na pedra, em conjunto, como já foi referido com brasões ou inscrições com o seu próprio nome. Este trabalho na pedra fazia ainda referência, muitas vezes, à profissão executada nessa casa. No caso de Castelo Branco, na Rua dos Peleteiros, é ainda bem visível a pedra trabalhada, sob a forma de tesouras, do lintel da casa do mesmo.

Apesar de existirem também marcas interiores, por não serem visíveis ao público, uma vez que a maioria dos edifícios está habitada e pertence a particulares, optou-se por não os identificar em planta.

¹⁵ *Marcas Mágico - Religiosas no Centro Histórico - Guarda*, Agência para a Promoção da Guarda/ C.M.G., 2007.



Imagem 28 - Inscrição com o nome “Lourenço Vaz” num portado da Rua do Arressário (na casa a interencionar) - Castelo Branco



Imagem 29 - Lintel decorado com motivos identificadores da profissão exercida nesta casa da Rua dos Peleteiros - Castelo Branco

De modo a dar mais ênfase à ideia de cidade entre muralhas, fez-se, ainda, um desenho tridimensional da muralha.



Imagem 30 - Pormenor da proposta de alteração da planta

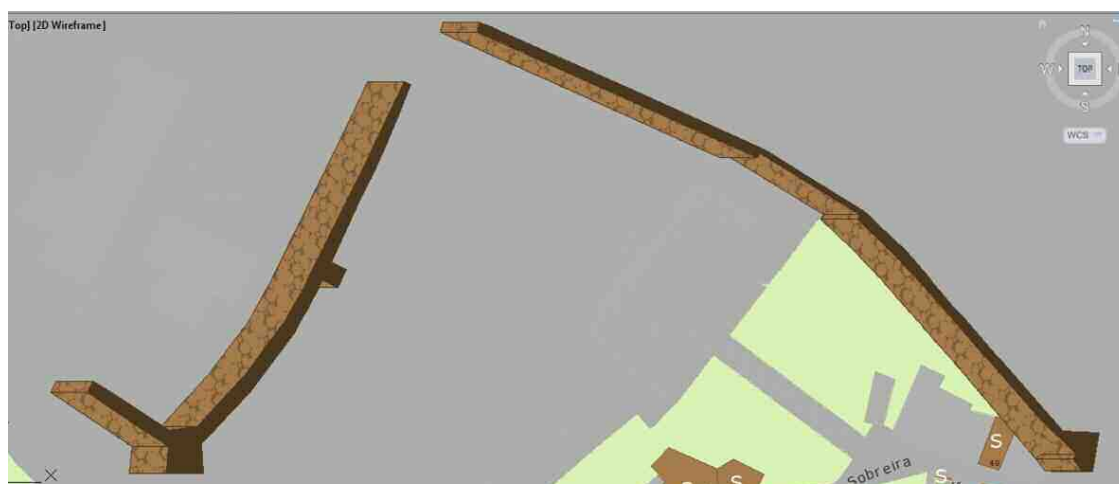


Imagem 31 - Pormenor do desenho tridimensional da muralha

5.4. Alteração de Mapa

O mapa que se segue foi desenhado pelo arquiteto José Afonso e mostra, delineada a amarelo, a cidade intramuros. Para além de situar os monumentos mais importantes da cidade a nível histórico e arquitectónico, este mapa mostra, num espaço temporal entre provavelmente 1361 e 1496, os limites físicos da ocupação da judiaria, bem como uma provável zona de neutralidade e protecção entre a judiaria e os acessos ao castelo e ainda onde se situavam a *Porta da Vila* e a *Porta da Judiaria*.



Imagem 32 - Mapa fornecido como base para alteração

O que foi pedido foi, então, que redesenhasse este mapa por forma a simplificá-lo ao nível dos elementos e a deixá-lo bem explícito bem como à própria legenda. Assim, foi utilizada cor apenas no desenho dos edifícios de relevo, no desenho da muralha (limite da Zona Histórica) e nas zonas que importa destacar e diferenciar. O nome das

ruas manteve-se para uma fácil localização e os monumentos cujo desenho não se encontra no sítio onde este está implementado, estão ligados a este através de uma linha de chamada. Não há certeza relativamente ao ano do início da ocupação dos judeus, daí que 1361 apareça apenas como data provável.

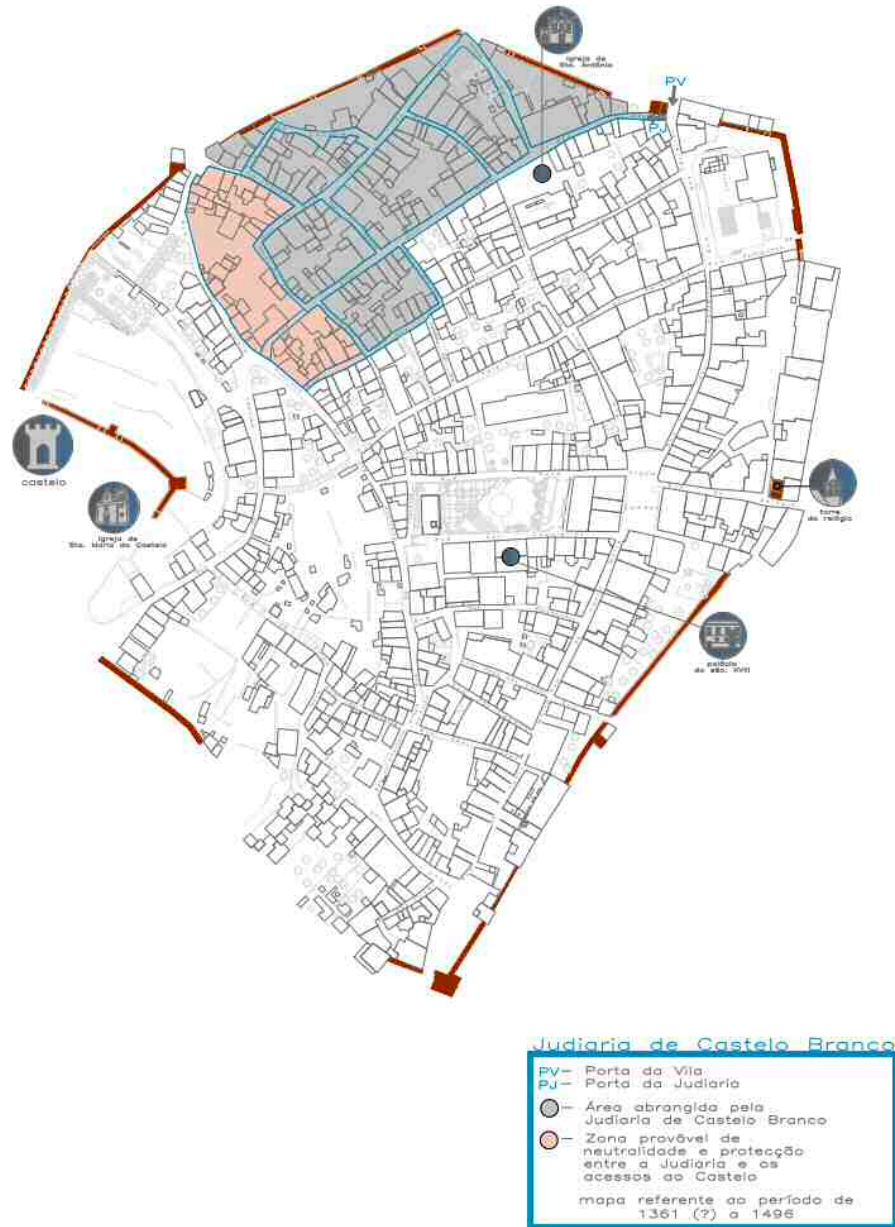


Imagem 33 - Proposta de alteração do mapa

6. Projeto de intervenção em habitação unifamiliar

Intervir no âmbito da reabilitação, num edifício habitacional devoluto que apresenta um elevado grau de degradação: esta foi a primeira proposta de trabalho que foi feita aos quatro estagiários no âmbito do estágio.

O edifício em questão é uma casa unifamiliar, datada do século XVI constituída por rés-do-chão e primeiro andar e uma pequena área exterior, na qual foi construído um anexo recentemente, no âmbito do projeto “Casa Amiga”, levado a cabo pela Câmara Municipal em 2003, que serviu apenas para solucionar problemas funcionais, não se enquadrando, de todo, com a legislação, nem com quaisquer normas de reabilitação.

Ambos os andares têm ligação de acesso pelo interior, mas no exterior o acesso ao piso térreo é feito pela Travessa da Rua Nova e ao piso superior é feito pela Rua do Arressário.



Imagem 34 - Fachada da Travessa da Rua Nova



Imagem 35 - Fachada da Rua do Arressário

Assim, foi feita uma primeira visita ao local com o objetivo de um contacto próximo com a realidade do espaço e da realização de um levantamento fotográfico do mesmo. De volta ao gabinete, através da memória visual da visita e das fotografias, foi desenhada uma possível planta de todo o espaço. Este exercício, de desenho do que ficou retido na nossa memória em conjunto com aquilo que nos era possível ver no levantamento fotográfico, serviu para posteriormente, após o levantamento com instrumentos de medida, comparássemos ambos os resultados.



Imagem 36 - Vista do piso térreo. Fotografia tirada da porta da entrada da Travessa da Rua Nova



Imagem 37 - Piso térreo. Porta de acesso à escadaria que liga ao primeiro piso e vão de acesso à parte de baixo da escadaria



Imagem 38 - Tulha em pedra no piso térreo



Imagem 39 - Piso térreo. Vista de dentro para a porta



Imagem 40 - Piso superior. Quarto interior



Imagem 41 - Piso superior. Porta de acesso à escadaria e vão que faz ligação ao anexo



Imagem 42 - Piso superior. Escadaria



Imagem 43 - Piso superior. Janela com namoradeiras

Numa segunda visita, procedeu-se, então, ao primeiro levantamento das medidas da fachada da Travessa da Rua Nova. Através deste primeiro levantamento foi desenhada, então, a fachada referida, mas com algumas dificuldades. Pelo que, a segunda semana foi preenchida por visitas constantes ao local, para o esclarecimento de dúvidas, para o acerto constante das medidas. Também durante esta semana conseguimos concluir o desenho da fachada da Rua do Arressário, e a fachada oposta completada pelo desenho do anexo.

As principais dificuldades deste exercício prenderam-se com o declive acentuado de ambos os arruamentos que, por sua vez, nos dificultou a medição das diferentes alturas das fachadas e o desenho das mesmas. O facto de as paredes serem também bastante irregulares, fez com que tivéssemos de conferir várias vezes as mesmas medições.

Em suma, a primeira quinzena foi uma introdução ao trabalho da reabilitação, que foi importante para uma consciencialização do nosso papel enquanto designers em projetos desta ordem.



Imagem 44 - Desenho da fachada da Traversa da Rua Nova

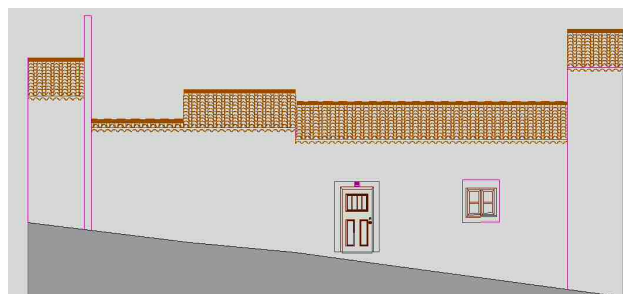


Imagem 45 - Desenho da fachada da Rua do Arressário

As semanas que se seguiram foram preenchidas pelo levantamento interior do edifício e pelo desenho de ambos os pisos.

Este processo começou pela medição do piso térreo, e demorou cerca de uma semana até o desenho definitivo do mesmo, devido à incoerência de algumas medições, que resultaram em sucessivas visitas ao local, para repetição das medições. Este levantamento foi realizado pelos quatro estagiários e acompanhado pelo arquiteto José Leite, que se dirigia sempre ao local durante uma fase inicial, a fim de explicar os métodos de medição utilizados, o funcionamento dos aparelhos e de elucidar para os problemas inerentes ao levantamento de uma construção tão antiga tais como a impossibilidade da obtenção de um rigor exato, uma vez que as paredes já cederam bastante e tendem a continuar. A sua presença foi crucial para que conseguíssemos identificar os <elementos chave> da habitação, ou seja, características muito próprias que podem dizer muito acerca de quem lá viveu e das suas atividades domésticas e comerciais.

As medições foram feitas através de triangulações – técnica que aprendemos com o arquiteto José Leite, numa das visitas ao local – em todas as divisões com um aparelho de medição a laser, e as medições totais e parciais de paredes e respectivos vãos, com uma fita métrica.

O processo de triangulações¹⁶ é fundamental, sobretudo em casos como estes, quando as construções são bastante irregulares, pois só assim conseguimos encontrar, com algum rigor, os ângulos entre as paredes.

¹⁶ Ver em anexo

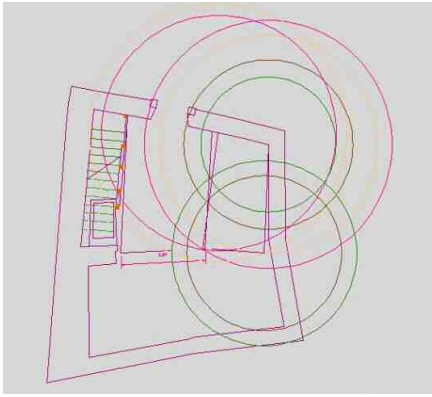


Imagem 46 - Aplicação do processo de triangulações durante o desenho da planta do piso térreo

Este processo passou também por um confronto com o levantamento fotográfico, que foi de uma importância fundamental, visto que o desenho em CAD não pode ser realizado no local.

O processo de levantamento do piso superior foi semelhante ao anterior, facilitado um pouco pela existência de informação relativa às paredes estruturais, que, no entanto, não correspondem exatamente.

Apesar de sermos quatro pessoas a fazer o levantamento, foi a primeira vez que o fizemos, e o facto da irregularidade da construção contribuiu também para a morosidade do trabalho.

Apesar das dificuldades e do tempo dedicado, foi um trabalho muito enriquecedor, que nos proporcionou a noção do trabalho em terreno, e da dificuldade do mesmo e que, por isso mesmo, nos fez adquirir mais competências.



Imagem 47 - Levantamento métrico do piso inferior com os estagiários Fábio Ponteira, Sara Oliveira e Sérgio Oliveira



Imagem 48 - Levantamento métrico do piso inferior com os estagiários Iolanda Ferreira e Sérgio Oliveira

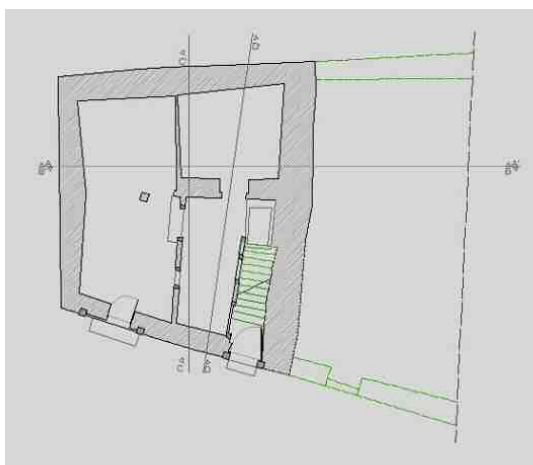


Imagem 49 - Desenho, de acordo com o levantamento, da planta do piso inferior com a indicação da localização dos cortes transversais e longitudinais a realizar

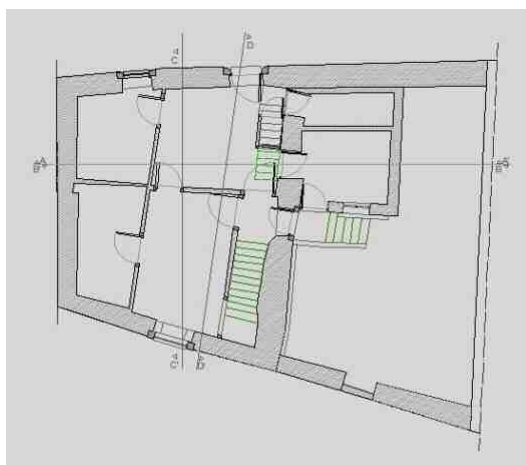


Imagem 50 - Desenho da planta do piso superior

Após a conclusão do desenho das plantas e das fachadas, iniciou-se o desenho dos cortes. Foi feita uma nova visita ao local, a fim de esclarecer algumas medidas relacionadas com as alturas.

Mais uma vez, foi um trabalho que se mostrou algo complexo, também, devido à falta de paralelismo e perpendicularidade das paredes entre si, o que por vezes faz com que, no desenho, não seja possível a visualização dos elementos e m verdadeira grandeza.

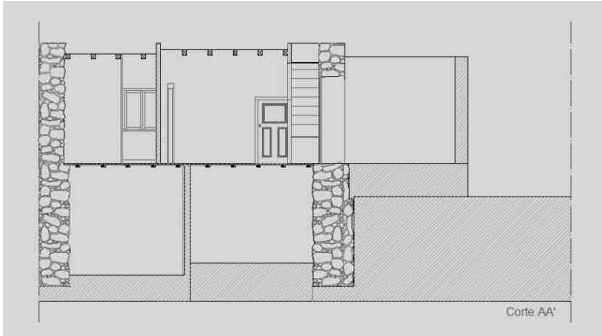


Imagem 51 - Desenho em curso do primeiro corte: Corte AA'

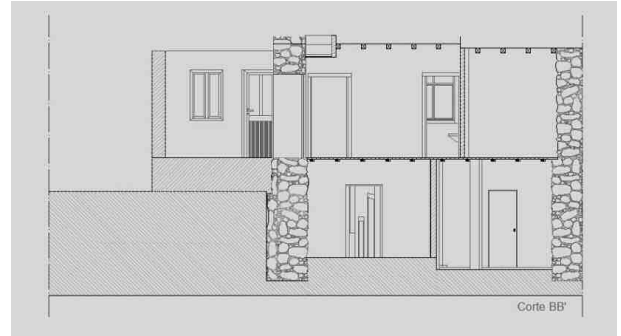


Imagem 52 - Desenho em curso do Corte BB'

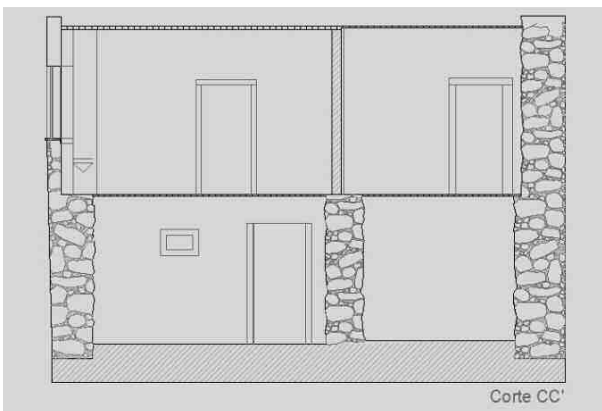


Imagem 53 - Desenho em curso do Corte CC'

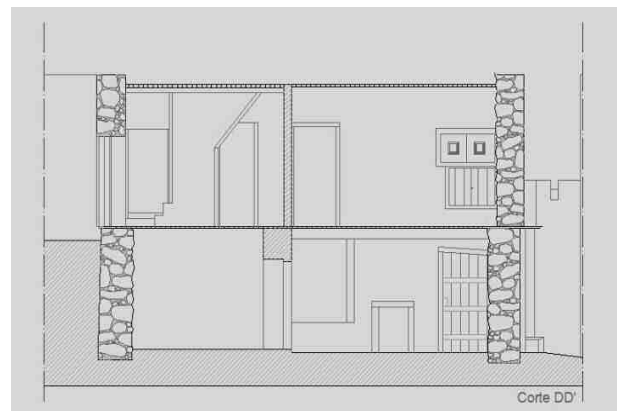


Imagem 54 - Desenho em curso do Corte DD'

Em paralelo com o desenho dos cortes, foi feita uma pesquisa na área da reabilitação (do trabalho realizado em Portugal bem como noutros países), da habitação social (mais uma vez no caso português, mas também acerca de projetos levados a cabo, por exemplo, no Brasil ou em França) e da habitação em geral.

Esta pesquisa realizou-se no âmbito de uma reflexão sobre os temas possíveis a propor bem como as problemáticas e surgiu, então, a ideia de propor, como utilização para a casa da Rua do Arressário/ Travessa da Rua Nova, uma habitação para aluguer a estudantes universitários.

O projeto principal para a realização do estágio e para a conclusão do ciclo de estudos – Mestrado – foi assim definido: propor, através de um projeto de design de interiores/ equipamento, uma utilização para este edifício.

6.1. Solução proposta

A ideia é, pois, dar início a um programa em que a Câmara Municipal – proprietária de diversos imóveis sítos na zona histórica da cidade – os reabilitasse e os alugasse a estudantes universitários, para que estes pudessem ter alternativas às residências de estudantes, e habitassem uma casa na qual tivessem a sua privacidade, mas também a pudessem partilhar, dividindo também as respetivas despesas, ao mesmo tempo que contribuiriam para uma diversidade populacional bem como para o seu rejuvenescer da população ao mesmo tempo que fariam desta uma zona da cidade mais movimentada.

6.2. Estado da arte

Seguiu-se, então, uma vasta pesquisa focada, sobretudo, em soluções propostas para espaços exíguos; mas foram também pesquisadas soluções de interiores relacionadas com a estética que se pretende adoptar no projeto e soluções de equipamento modular e para espaços reduzidos.



Imagem 55 - Módulo de quarto/ escritório (Matroshka Furniture)

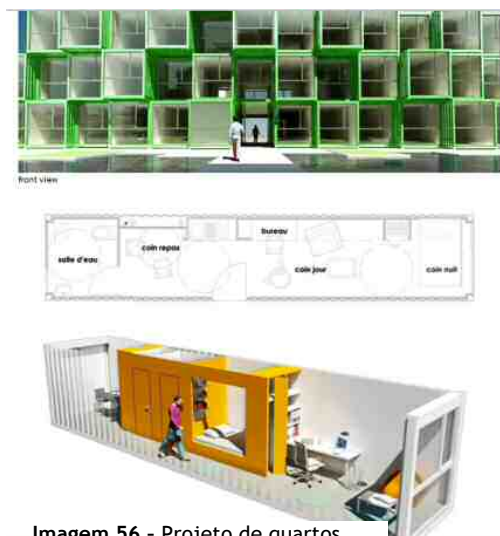


Imagem 56 - Projeto de quartos para estudantes em contentores (Olga Architects)

6.2.1 *Unité d'habitation, Marseilles*

A *Unité d'habitation* na cidade francesa de Marselha é uma obra da autoria do arquiteto francês de origem suíça Charles-Edouard Jeanneret-Gris, bem conhecido como Le Corbusier. Este projeto, conhecido como cidade radiante — “*cit  radiuse*” — tinha como objetivo a compilação da dinâmica da vida urbana num s  edifício; sendo muito mais do que uma construção improvisada nos subúrbios,  , ela própria, uma cidade, uma cidade vertical, aut noma em rela o aos outros elementos urbanos. Para além das células de habita o, foram previstas “ruas aéreas”¹⁷ que conduzem a um centro comercial, a uma creche, a um complexo desportivo, e a um grande terraço onde acontecem festas, onde há jardim, piscina e outros espaços de lazer; e o terceiro e quarto andares são ocupados por um hotel com restaurante, uma livraria e escritórios.

Assente em pilotis¹⁸ construção de betão armado, segue a máxima “a forma cumpre a fun o”, perante as cores e os materiais utilizados, bem como as dimensões dos elementos. As suas fachadas apresentam uma repeti o de lâminas com mais de 100 metros de comprimento por 30 de largura e apresentam um edifício que, a nível est tico   marcadamente moderno: modularizado, rectilíneo e racional e com uma inspira o visivelmente neopl stica, conferida pelas cores utilizadas nas fachadas: vermelho, azul e amarelo.



Imagem 57 - Exterior da *Unité d'Habitation*

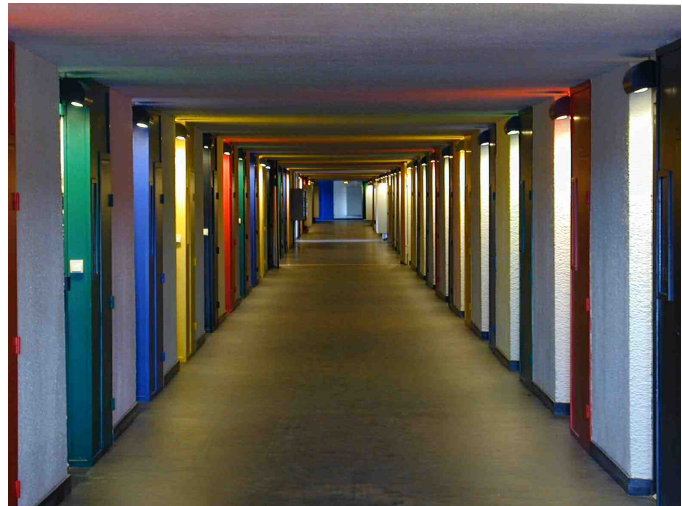


Imagem 58 - Vista de um corredor

Cada cápsula   um apartamento dúplex de fachada dupla, ambas com abertura para o exterior (o estudo da incidência dos raios solares ao longo do dia permitiu a

¹⁷ Grandes corredores dentro do edifício.

¹⁸ Assente em pilares. Ver em anexo

Corbusier projetar dispositivos de controlo térmico e de iluminação) que promove uma constante renovação do ar e a sua adequação à temperatura interna sem a necessidade de equipamentos de condicionamento do ar ou da temperatura.

De acordo com a ideia do arquiteto, segundo a qual a casa é uma máquina de morar, em conjunto com Charlotte Perriand, projetam todos os elementos constituintes das “máquinas” de Marselha. Os móveis e equipamento de cozinha, os móveis da sala, as esquadrias e todos os seus elementos sugerem um ideal de habitação racional, eficiente, desimpedido e livre. Através duma poderosa carga estética, cada pequeno pormenor da vida doméstica foi cuidadosamente desenhado, desde as prateleiras às maçanetas, passando pelas tapeçarias e pelas mesas – é o que Corbusier considerava que devia ser feito em prol da harmonia e, de acordo com o mesmo, a arquitetura não pode ser classificada como social se estas questões não forem tidas em conta. Deste modo, a Unité d’habitation é, literalmente, uma construção social elaborada, mesmo sem cumprir as exigências legais para a habitação social.



Imagem 59 - Interior de uma das habitações

Estas habitações foram pois, pensadas num sentido social, de alojar dignamente uma classe mais baixa. Corbusier define como uma nova cultura, a arquitetura ao serviço da habitação social, e alerta para uma mudança drástica do ambiente em que se vivia, de tal forma que seria impensável ignorar um projeto total, como este em que se pensa muito além da economia, quer num sentido útil, quer num sentido social. As novas exigências da habitação pedem o desenho de novas formas capazes de ilustrar, de uma forma nobre, a importância das mesmas.

O sucesso desta construção deve-se também ao recurso ao modulator¹⁹, que permitiu alojar 1200 pessoas em 348 apartamentos em 18 andares divididos por 56 metros de altura, 137 de largura e 24.4 de profundidade.



Em suma, *A cidade radiante não é um sítio de exílio com vista para um destino infeliz, é um edifício que evoca a mobilidade, as viagens, o horizonte, o luxo dos aviões, dos barcos, e dos grandes hotéis.*²⁰

Imagem 60 - apartamento da cidade radiante recriado no museu de arquitetura de Paris: vista dos dois pisos com cozinha e sala no inferior e quarto no superior



Imagem 61 - espaço de cozinha da mesma recriação



Imagem 62 - sala de estar e de refeições com varanda



Imagem 63 - vista para o corredor



Imagem 64 - vista do quarto situado por cima da cozinha

¹⁹ ver anexo

²⁰ LYON, Dominique; DENIS, Anriet, BOISSIÈRE, Olivier, *Le Corbusier alive*, Vilo International, Paris, 2000. (traduzido)

6.2.2. *Maison du Brésil, Paris*



Imagem 65 - Casa do Brasil, Paris: fachada

A Casa do Brasil é uma obra cujo projeto foi apresentado pelo arquiteto Lucio Costa ao atelier de Le Corbusier, tendo sido desenvolvido em conjunto pelos dois arquitetos em 1959.

Este edifício de cinco andares, 78 quartos e 22 apartamentos, pertence à “Cité Universitaire” de Paris, e acolhe estudantes brasileiros. Faz parte, atualmente, da lista de monumentos históricos do Ministério da Cultura francês.

Encontramos aqui muitas semelhanças com a cidade radiante de Marselha, começando pelo exterior: o betão é deixado à vista, e nos vãos, rasgados na fachada, saltam à vista o vermelho, o amarelo, o azul e o verde.

A semelhança prolonga-se pela organização funcional de todo o edifício, através das suas diversas funções, para além da de habitação. O piso -1 é constituído por uma lavandaria, uma cafetaria com cozinha equipada, uma sala de tv e uma outra sala com um anexo com piano. No piso térreo, por sua vez, localiza-se a administração, salas para atividades culturais, biblioteca, e outras salas com funções diversas ligadas ao lazer.

6.2.3. Nakagin Capsule Tower



Imagem 66 - Nakagin Capsule Tower: fachada

O *Nakagin Capsule Tower* é um sistema de habitação/escritório em cápsulas, projetado pelo arquiteto Kisho Kurokawa, que embora não se destine exclusivamente a estudantes, é uma construção interessante pelo seu conceito de máxima funcionalidade num espaço reduzido.

Este edifício encontra-se na cidade de Tóquio e é um dos expoentes do metabolismo²¹ japonês. É constituído por cápsulas independentes que podem ligar-se entre si formando espaços maiores e que podem ser substituídas pela sua fácil remoção. A cada cápsula corresponde uma pequena habitação/escritório constituída por uma pequena casa de banho, cama, mesa de trabalho, fogão, frigorífico, televisão e rádio. Estes aparelhos distribuem-se por um armário de portas e prateleiras que se prolonga por uma das paredes e que faz um aproveitamento em altura do espaço.



Imagem 67 - Interior de uma cápsula de habitação



Imagem 68 - Interior de uma cápsula de habitação

²¹ O metabolismo nasce no Japão, na década de 60 do século XX e explora técnicas para o desenvolvimento urbano, através de projetos de cidades em constante fluxo: flexíveis e facilmente transformáveis ao sabor necessidades em mudança constante. Desenvolveram-se ideias muito inovadoras e encontrava-se em expansão o conceito da habitação em cápsula.

As cápsulas são paralelepípedos que medem 2,5x4x2,5 metros, com uma janela circular central e unem-se a uma torre central em betão através de quatro parafusos de alta tensão. Cada uma destas torres tem um elevador central rodeado por uma escada e por três plataformas por piso que, por sua vez, conduzem a cápsulas que se encontram a estes três níveis – cada piso contém três níveis de altura de cápsula. O abastecimento de serviços é feito por uma aba metálica que liga a cápsula à estrutura central.

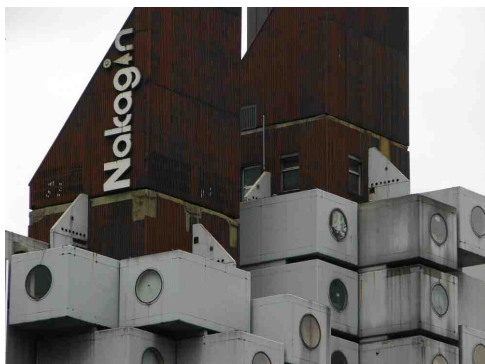


Imagem 69 - Pormenor do exterior que mostra a união das cápsulas às torres centrais

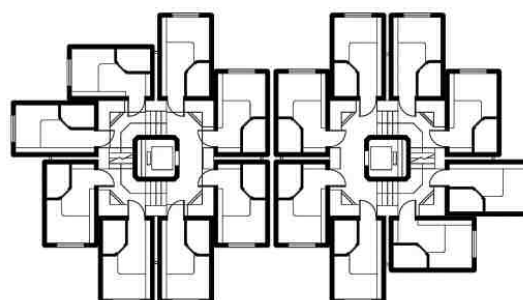


Imagem 70 - Planta de pavimento do edifício

6.2.4. Quinta da Malagueira

Na década de 70 do século XX, como resposta à escassez de espaços habitacionais, na cidade de Évora, o arquiteto Siza Vieira, projetou um complexo

habitacional composto por 1200 casas geminadas, cujo elemento caracterizador, que surge também como ligação simbólica à cidade, é um “aqueduto” em betão armado que assegura a distribuição elétrica e de água, aos distintos bairros, cujo posicionamento em ângulos diferentes cria vários grupos de habitação, entre os quais existem espaços destinados ao comércio, à utilização comunitária, espaços de estacionamento, e à circulação pedestre. O projeto previa, ainda, uma cúpula na qual se situaria um restaurante, um centro comercial, uma casa de chá e um hotel. Existe ainda uma agradável comunhão com a natureza, conferida pela criação de um dique e uma ponte, através da qual é feito o acesso aos espaços verdes adjacentes à área abrangida pela construção. A ideia era a construção de uma comunidade para ser propriedade dos residentes numa organização cooperativa.

As casas caracterizam-se pelo jogo visual de cheios e vazios, proporcionado pelo respeito pela topografia original do espaço. De planta em “L”, com pátio interior, surgem em duas tipologias, uma com pátio na entrada e outra com pátio nos fundos e a telha é substituída por um terraço que limita verticalmente a construção.

Apesar da forte polémica em torno deste projeto, é importante salientar que é um marco na arquitetura moderna portuguesa, premiado internacionalmente, e que é um conceito inovador, tendo em conta a época em que foi projetado.

Analisando o conceito inerente a este projeto, encontramos algumas semelhanças com a cidade radiante, uma vez que o grande objetivo é alojar o maior número possível de pessoas num determinado espaço, com o recurso a materiais económicos, e mesmo assim, a cada moradia corresponde uma habitação unifamiliar, proporcionando-lhes serviços na mesma área de habitação, tais como lojas e restauração.



Imagem 71 - Moradias unifamiliares na Quinta da Malagueira



Imagem 72 - Aqueduto

6.2.5. Funções e Exigências de Áreas de Habitação

Da autoria do arquiteto Nuno Portas, esta publicação do MOP – Laboratório Nacional de Engenharia, datada de 1969, é um estudo das vivências da casa que

pretende mostrar de que forma estas devem influenciar e condicionar a organização e o equipamento do espaço habitacional.

Após uma noção de mínimo de habitabilidade dada pelo autor e de uma descrição da evolução dos mínimos nas políticas habitacionais, salientando a ideia de que é impossível o estabelecimento estático e para um período limitado das áreas, acabamentos e equipamentos das habitações, o autor apresenta duas propostas de atribuição de divisões a uma habitação, que variam entre si consoante as necessidades e vivências na casa por parte dos habitantes:

Categoria A:

- a) *Espaço adicional à cozinha-preparação para a realização de refeições ou de trabalhos caseiros.*
- b) *Área de sala que possa admitir a diferenciação mínima entre local de refeições e local de estar.*
- c) *Área de entrada e distribuição interior garantida de não devassamento e não atravessamento da sala.*
- d) *Subdivisão e desdobramento de instalações sanitárias em função do “tipo” de fogo.*
- e) *Área para arrumos centrais do fogo.*
- f) *Área para prolongamento exterior útil ou equivalente acréscimo no espaço interior, para trabalhos domésticos ou crianças.*

Categoria B:

- a) *Acréscimo ao dimensionamento-base, estrito, dos quartos permitindo a instalação de local de estudo ou estar no quartos de jovens ou espaço livre de mobiliário para recreio de crianças.*
- b) *Espaço adicional na zona de trabalhos domésticos não obrigando a sobreposição no mesmo local ou à alternativa refeições ou tratamento de roupas e possibilitando a instalação de mais equipamentos eletrodomésticos (máquina de lavar roupa, além de frigorífico).*
- c) *Espaço adicional na zona de estar possibilitando, ainda que sem margem, o desdobramento em dois espaços de estar. Conforme o destino possível destes dois espaços (saleta-sala de jantar; sala de trabalhos ou de jogos-sala de jantar e estar; escritório-sala de jantar e estar, etc.), poderão os projetistas utilizar a favor de um ou outro espaço superfícies afins também melhoradas, como a de refeições ou roupas ou o acréscimo aos quartos para fins de recreio e estudo.²²*

Estas duas categorias propostas são, entretanto, seguidas por uma *Tabela de Áreas Úteis*, onde são apresentadas as áreas mínimas para as divisões de uma habitação,

²² In *Funções e Exigências de Áreas de Habitação*.

tendo em conta a categoria A e categoria B, determinadas a partir das exigências de espaço a satisfazer por funções ou atividades elementares.

Numa segunda parte, o autor elabora uma *Lista das funções e atividades da habitação*, da qual parte para o estudo de cada uma delas, dividindo-as em grupos:

- Grupo 1 – Dormir, descanso pessoal
- Grupo 2 – Alimentação: preparação de refeições
- Grupo 3 – Alimentação: refeições correntes
- Grupo 4 – Alimentação: refeições formais
- Grupo 5 – Estar: reunião, tempos livres
- Grupo 6 – Estar: receber
- Grupo 7 – Recreio – crianças
- Grupo 8 – Estudo – jovens
- Grupo 9 – Trabalho – adultos
- Grupo 10 – Tratamento de roupas: passar, costura
- Grupo 11 – Tratamento de roupas: Secagem
- Grupo 12 – Tratamento de roupas: Lavagem
- Grupo 13 – Higiene Pessoal
- Grupo 14 – Permanência em exterior
- Grupo 15 – Separação – Comunicação com o exterior e no interior
- Grupo 16 – Arrumação

Para cada um destes grupos o autor define um programa de âmbito onde descreve a função, ou atividade em questão, e quais os elementos do grupo (que habita o espaço) as desempenham. Este segue-se de um programa de equipamento, no qual é apresentado o equipamento necessário à realização destas atividades e funções, e respetivas dimensões. O subcapítulo seguinte – *Necessidade de espaço resultante do equipamento* – onde são definidas distâncias mínimas para zonas de passagem e espaços entre equipamento. Para cada um destes grupos é ainda apresentado um *Projeto*, com as *Exigências Gerais* tendo em conta aquilo a que o espaço se destina, mostrando o que o projetista deve assegurar para que ele cumpra as suas funções; e com as *Exigências de articulação*, ou seja, com o posicionamento de determinada divisão em relação a outra, tendo em conta as funções de ambas.

Uma obra de referência para qualquer projetista, seja na área do design, da arquitetura ou da engenharia, esta publicação, embora datada do final da década de 60 do século XX, continua a ser um modelo a seguir no que diz respeito a esta área de intervenção, sobretudo quando o problema com o qual o projetista se depara diz respeito à reduzida dimensão do espaço.

6.3. Desenvolvimento do Projeto de Reabilitação de uma casa partilhada para estudantes

Após a pesquisa, foram iniciados os primeiros esboços para resolver o primeiro problema: a organização do espaço.

Uma vez que se definiu que este projeto resultaria numa habitação para estudantes, era importante que os quartos comportassem uma zona de estudo, e que uma divisão partilhada – muito provavelmente a sala – fosse capaz de responder a necessidades de estudo, convívio e que fosse, ao mesmo tempo, o lugar onde se possam fazer as refeições.

O passo seguinte foi definir o número de quartos. Para que não houvesse um quarto sem janelas (tal como acontece no existente) poder-se-ia fazer dois quartos, no entanto, é importante que o espaço seja rentabilizado ao máximo, assim, o anexo de construção posterior à da casa (Projeto “Casa Amiga”) é também aproveitado, desde que possa ser reconstruído com a mesma linguagem quinhentista. Pôde, desta forma, criar-se três quartos.

O piso inferior foi, assim, definido como área comum com uma sala (zona de estar, de convívio e de refeição), uma cozinha e uma casa de banho.



Imagem 73 - Um dos primeiros esboços da organização do espaço no piso térreo

O piso superior é, por sua vez, a área privada da habitação, constituído por três quartos e uma casa de banho com lavandaria. Há ainda um pequeno hall de entrada, uma vez que ambos os pisos têm acesso direto à rua e, através do anexo, uma escadaria para o logradouro.



Imagem 74 - Um dos primeiros esboços da organização do espaço no piso superior

A primeira principal preocupação nesta fase de organização funcional do espaço foi ter em atenção a parte técnica do projeto. Assim, fez-se coincidir as zonas com saída de águas – a casa de banho do piso superior situa-se sobre a cozinha e a do piso inferior foi criada imediatamente a seguir; e no piso superior foi criada uma parede falsa para conter a tubagem para extração de ar da cozinha (no piso inferior).

Outra grande preocupação foi o aproveitamento do espaço: nos quartos houve uma tentativa de organizar o espaço num sentido vertical. Decidiu eliminar-se o sótão por não o achar uma divisão importante (sobretudo por causa da altura) com a intenção de aumentar o pé direito e tornar visível o vigamento do telhado.

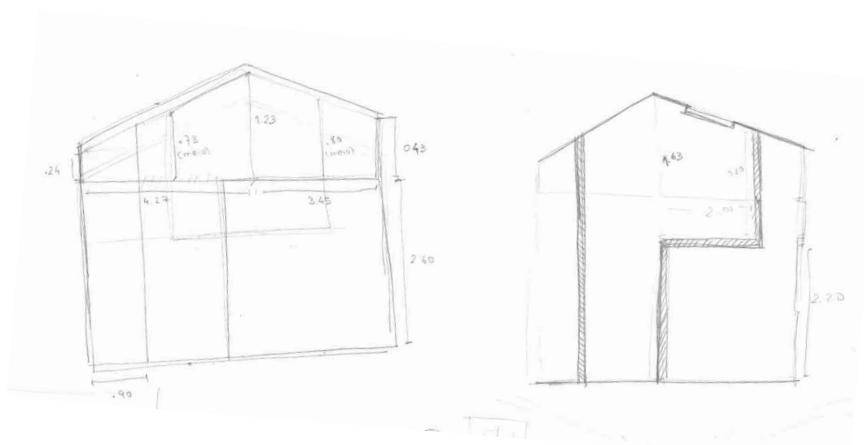


Imagem 75 - Estudo das possibilidades de divisão do espaço numa orientação vertical, com base na medição das alturas feita no local

No entanto, surge aqui outro problema, o problema do isolamento térmico, uma vez que não se propõe a construção de um teto falso. Assim, propõe-se a resolução deste problema através da aplicação, entre vigas, de um aglomerado negro de cortiça, que é normalmente utilizado na construção cicil como isolante térmico, e que apresenta vantagens ecológicas como a reciclabilidade.

Deste modo, tentou separar-se a zona de estudo e de arrumação, sobrepondo-lhe a zona de dormir. Esta hipótese passou pelo desenho de um módulo, em que os degraus tinham dimensões um pouco diferentes do convencional: para que estes ocupassem o menor espaço possível, a primeira metade do acesso é feita por uma escada (como acontece nos beliches) móvel, que se encaixa num módulo para arrumação quando está recolhida, para ser puxada quando for precisa; a segunda parte são, então, degraus em madeira que constituem o topo de módulos deslizantes para arrumação de roupa, que tiveram que se tornar um pouco mais curtos e altos que o que é normalmente exigido para que não se alongassem demasiado pelo espaço; no entanto, pensou-se que isso não constituiria um problema, tendo em conta o uso e o utilizador.



Imagem 76 - Módulo de escada com arrumação

Após a organização das áreas surgiu, então, outra grande preocupação, que acabou por se tornar num dos principais conceitos do projeto: manter a identidade do espaço.

A reabilitação, ao contrário da reconstrução, é uma intervenção que visa, entre outros aspetos, respeitar a linguagem formal original da construção. Por isso surgiu essa mesma preocupação, ao encontrar na casa aspetos curiosos que pensou-se ser

interessante manter. O primeiro é uma tulha em pedra²³ que se encontra no rés-do-chão, cuja função original é indeterminada, mas que, após várias visitas ao local, se tornou, muito provavelmente, o seu elemento mais característico. Decidiu-se, então, que se poderia dar-lhe uma função de lavatório ou outra função semelhante, partindo do princípio que ela pertenceria à cozinha, ou serviria de apoio à zona de refeições.

Outro aspeto bastante curioso é, à medida que vamos conhecendo o espaço, apercebemo-nos das várias pequenas alterações que esta foi sofrendo ao longo do tempo pelos diferentes habitantes. É pois possível observar que as portas e as respetivas ombreiras já foram pintadas várias vezes e, atualmente, algumas são azul de um lado e verde do outro. Deste modo, quis-se preservar a bem visível e marcada passagem do tempo, propondo o restauro das portas (ou a construção de novas semelhantes no caso de o restauro já não ser possível) e repetindo estas cores em apontamentos um pouco por toda a casa, tais como ombreiras, portas, rodapés, entre outros.

No piso superior encontramos um elemento muito curioso, algo que não encontramos nas habitações dos nossos dias: duas portas na parede que abrem um espaço sobre as escadas, aproveitando-o como armário. Apesar de não se manter esse armário, devido à necessidade de alterar o posicionamento da escadaria, propõe-se também o restauro das portas bem como a recriação de armários embutidos – no hall de entrada e na casa de banho do piso superior – com essas mesmas portas.



Imagem 77 - Armário pré-existente sobre a escadaria



Imagem 78 - Pormenor da porta de um dos quartos



Imagem 79 - A outra face da mesma porta

²³ Na verdade, não há uma certeza relativamente ao nome deste elemento. No entanto, foi desta forma que ele foi referido durante todo o projeto, uma vez que a palavra “tulha” está associada a um contentor para alimentos e relacionado com a agricultura (armazenamento de cereais, etc.). A incerteza desta designação está, ainda, relacionada com a incerteza relativamente à função inicial do elemento.

Continuando no piso superior, os quartos foram sofrendo alterações diversas que acabaram por resultar em algo muito diferente das ideias iniciais. Abandonando a ideia inicial de dividir o quarto em dois pisos separando verticalmente a zona de estudo da zona de dormir, desenvolveu-se um módulo que, situado aos pés da cama, é constituído por uma secretária e limitado verticalmente por um armário com portas e prateleiras que se prolonga longitudinalmente pela parede até à cabeceira da cama. O roupeiro, por sua vez, é um módulo independente.

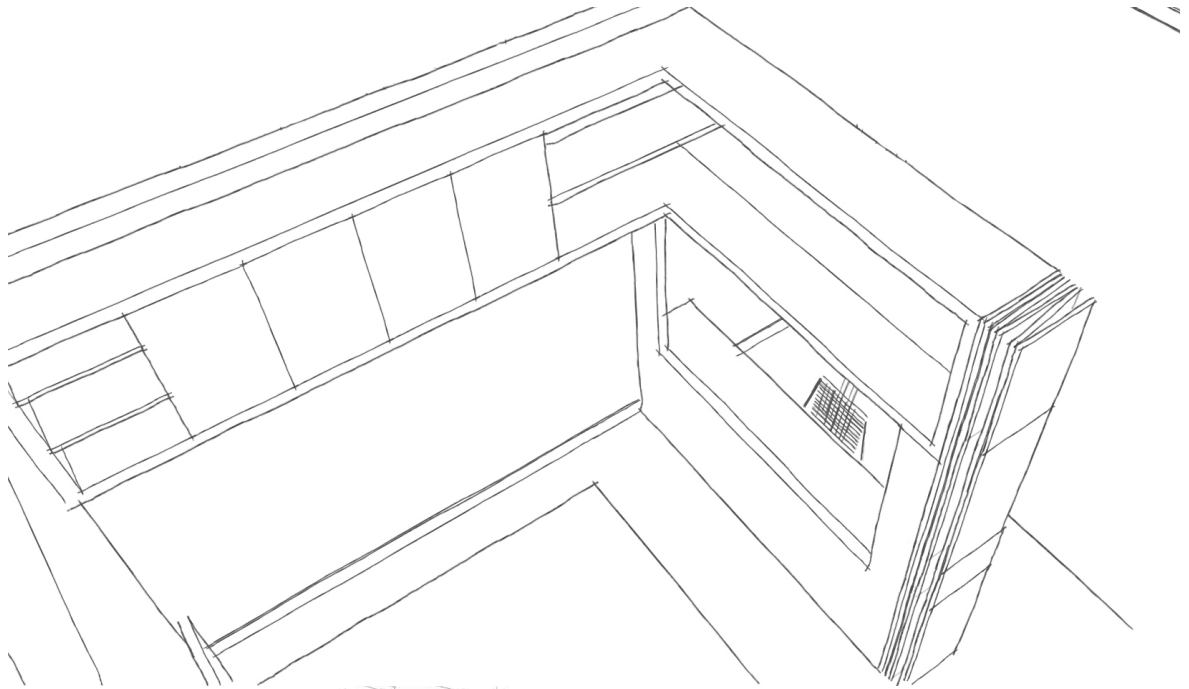


Imagem 80 - Módulo de arrumação e secretária para quarto

No quarto 1 foi criado um vão em vidro na parede perpendicular à da janela para que houvesse um aproveitamento da luz para a escadaria.



Imagem 81 - Vão em vidro no quarto 1 visto do lado de fora do quarto (solução final)



Imagem 82 - Vão em vidro no quarto 1 visto do lado de dentro do quarto (solução final)



Imagem 83 - Corredor que liga a entrada do piso superior aos quartos 1 e 2, à escadaria e ao corredor do anexo (solução final)

O posicionamento dos quartos foi decidido com base no aproveitamento da luz natural. Sendo o quarto um espaço muito pessoal, necessita ser agradável, iluminado e arejado. Assim, e depois da decisão de colocar a área privada no piso superior, os dois quartos (que se situam na construção primitiva) encontram-se junto das duas únicas janelas existentes. A partir daí foi criado um corredor que liga a porta da entrada aos dois quartos e ao acesso ao espaço intervencionado do anexo. Aí, criou-se um pequeno hall de entrada com o já referido armário embutido, que aproveita o facto de se ter fechado um vão que aí existia, e que usa duas das quatro portas restauradas que se encontravam no armário sobre a escadaria. Neste espaço de entrada, na parede falsa já referida, foi

recortado uma forma retângular a aproveitar a sua profundidade, para a função de aparador de entrada. O cabide que se encontra logo de seguida, é um cabide de parede branco restaurado, uma das peças encontradas no espaço original.

Na construção original, existe um vão que liga o quarto virado a este a uma pequena escadaria exterior em pedra, de acesso ao logradouro. Uma vez que, após o desenho da escadaria, que liga os dois pisos, se verificou que esta termina junto a este vão, é por este mesmo que se faz a ligação entre a construção antiga e o anexo. Neste espaço foi criado um corredor que o atravessa transversalmente e que dá acesso às divisões aí criadas — uma casa de banho, uma lavandaria e um terceiro quarto. A esquerda deste corredor é a fachada envidraçada que substitui a fachada original do



Imagem 84 - Planta e pormenor das alterações feitas nos vãos pré-existent

anexo — em cimento. Mesmo quando as condições climatéricas não o permitirem fazer no exterior, pretende-se que os habitantes possam desfrutar sempre da vista que lhes é proporcionada e, ainda, usufruam de uma boa absorção da luz natural.

Inicialmente, não foi considerada a hipótese de manter o anexo, por não ser uma construção original e, por isso, não representar valor histórico tal como o resto da construção. No entanto, acabou por se chegar à conclusão de que, embora construído posteriormente, e embora seja uma construção totalmente diferente da original, faz, de facto, parte da história da casa, não deixa de ser uma intervenção, com uma intenção — de melhorar as suas condições de habitação — e poderia ser útil para um melhor aproveitamento do espaço — desta forma é possível alojar, em vez de apenas duas, três pessoas.

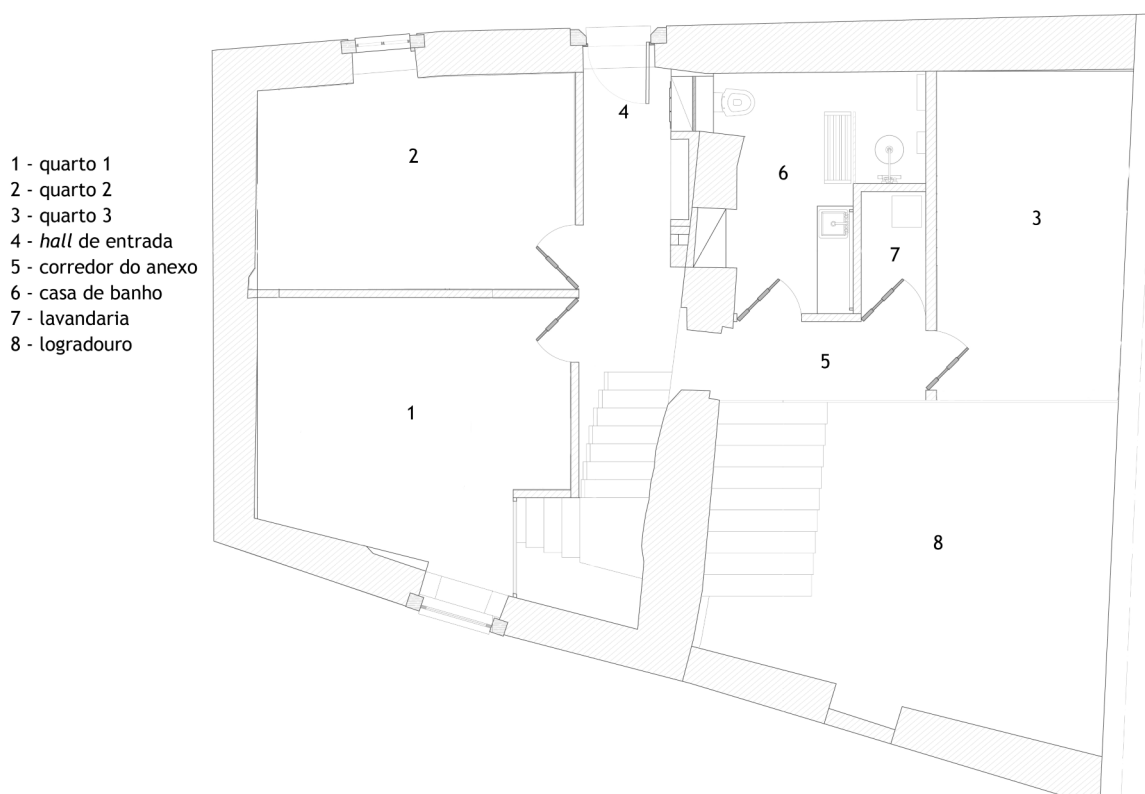


Imagem 85 - Planta de zonamento do piso superior

A casa de banho foi então projetada após uma divisão do espaço do anexo para acolher estas duas divisões – a casa de banho e o quarto. Tendo em conta que é uma divisão para ser usada por três pessoas e que está situada no piso privado, criou-se uma zona ampla de lavatório na parede lateral direita, composta por um lavatório em cerâmica sobre uma base em mdf hidrófago isolado com verniz epóxico sob o qual existe ainda uma chapa de mdf hidrófago lacado a verde que serve de toalheiro, mas também de apoio à arrumação. Na parede esquerda, mais uma vez, aproveitou-se um vão pré-existente. Este vão terá sido rasgado numa das paredes estruturais que atravessa ambos os pisos aquando da construção do anexo, e foi, então, tapado pelo

lado de fora da casa de banho, fazendo com que dentro desta resultasse uma reentrância na parede. Uma vez que essa reentrância tem uma profundidade de cerca de 60 cm, foi aproveitada para arrumação, onde foi criado um armário com as portas restauradas (do armário pré-existente por cima da escadaria original). Na extremidade do “L” formado pela planta desta divisão, há uma zona de duche, no qual o pavimento do restante espaço se prolonga, com uma ligeira inclinação para possibilitar o escoamento da água. Existe um chuveiro, limitado lateralmente por uma divisão em vidro temperado, e caixas que surgem da parede cuja cor corresponde ao verde encontrado nas portas originais (bem como alguns pormenores mais desta divisão), e que se destina ao acondicionamento dos produtos de banho. Do outro lado do vidro há um banco que tem a principal função de cabide. O posicionamento do vaso sanitário, por sua vez, aproveitou também um vão pré-existente: este vão situa-se imediatamente à esquerda (de quem entra) da porta da entrada e dá acesso à casa de banho construída no anexo. Devido à profundidade de cerca de 70cm do vão, foi possível para além de recuar este elemento, criar espaço para a caixa técnica da divisão. Para além da parede original em pedra, propõe-se o revestimento do espaço em grés porcelânico. Imediatamente ao lado desta divisão foi criado um pequeno espaço de lavandaria — o objetivo é simplesmente conter uma máquina de lavar e ter passagem fácil para o exterior para o tratamento das roupas.



Imagem 86 - Vista da casa de banho em planta



Imagem 87 - Vistas da casa de banho do piso superior (solução final)

Descendo, à área social, encontramos uma proposta de organização do espaço que passou, até à fase final, por várias alterações, com o objetivo de guarnecer de uma

zona de estar e de refeições, uma cozinha e uma instalação sanitária de serviço. Este é um piso que fica abaixo da quota de um dos arruamentos que circundam a casa e recebe, por isso, muito pouca luz natural. Uma vez que a fachada pela qual é recebida a luz tem duas portas, a solução passaria por aproveitar apenas uma como porta e a outra como janela. No entanto, legalmente não é possível esta substituição, uma vez que alterará o aspeto da fachada.²⁴ Deste modo, propõe-se a substituição desta porta por outra que tenha vidro o maior que é permitido utilizar no centro histórico. A área social devia ser bem iluminada, mas uma vez que nesta habitação não é possível uma boa iluminação natural em ambos os pisos, optou-se por destinar a área privada ao primeiro piso porque talvez seja preferível haver uma boa iluminação nos quartos, uma vez que, normalmente, os estudantes durante o dia ocupam mais o quarto e convivem na área social maioritariamente ao fim do dia/ noite.

Os primeiros esboços deste espaço apresentavam, então, a cozinha à direita (a norte), e a casa de banho de serviço logo a seguir. O lado direito da planta representa a sala de estar e de trabalho e de refeições. Ao fundo foi colocada a escadaria que atravessaria de um piso ao outro num sentido longitudinal. A esta altura, a principal dificuldade na distribuição do espaço residia na obrigatoriedade de manter as paredes estruturais interiores. Já que esta divisão não se revelava benéfica de forma alguma, tentou então através desta limitar-se a cozinha. Nesta divisão foi criado ainda um vão, tipo uma janela, para que a cozinha não fosse totalmente fechada ao resto do espaço, permitindo, desta forma a comunicação permanente entre ambos os espaços.



Imagem 88 - Primeiro esboço do piso térreo com quadro de ardósia na parede estrutural e com a casa de banho de serviço ao fundo, logo a seguir ao “L” descrito pela cozinha e a despensa

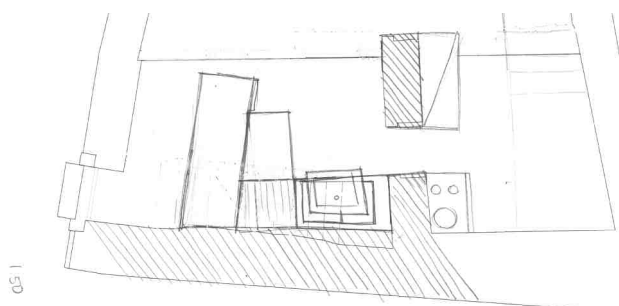


Imagem 89 - Esboço, em planta, da distribuição dos elementos constituintes da cozinha

²⁴ Ver Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco- Artigo 25.o- Disposições gerais sobre acabamentos exteriores. Em anexo

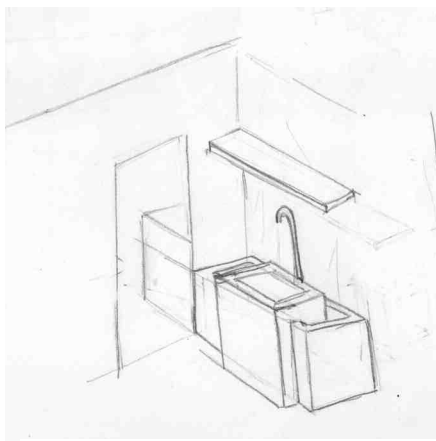


Imagem 90 - Primeira proposta de intervenção na tulha

Enquanto isso, surgiu uma ideia de intervenção na tulha: usá-la como pia. Para isso, foi desenhado um módulo de altura superior à da tulha e de largura inferior que encaixaria na pedra e serviria de lavatório, guarnecendo de uma abertura no fundo que permitiria o escoamento da água. Com base na forma da tulha, a ideia foi desenhá-la de uma forma estilizada e rodá-la verticalmente, para que fossem como o encaixe de duas peças semelhantes, uma em bruto e a outra de arestas bem definidas.

Entretanto foram esboçados diversos módulos que se colocariam entre a cozinha e a porta de entrada, com o objetivo de permitirem a passagem de alguma luz natural e de manter, preferencialmente, algum contacto visual também, mas por forma a que não se sentisse, ao entrar em casa, que se entrava diretamente na cozinha.

Ao mesmo tempo, foi-se fazendo o confronto entre ambos os pisos, até que se chegou à conclusão de que teria de se alterar a posição da escadaria, de outra forma o plano da distribuição dos quartos no piso superior teria que ser alterado. Optou-se por alterar o posicionamento da escadaria e, a partir daqui, começaram a surgir algumas alterações no piso térreo, que, a pouco e pouco, o modificaram completamente

Começaram a esboçar-se soluções rebatíveis para que quando os equipamentos em questão não estivessem em uso pudessem libertar o espaço. Assim, e mantendo a localização da cozinha, à parede estrutural que fica isolada, agregou-se uma mesa que rebate contra a parede e se torna num quadro para recados. As pernas da mesa ainda se dobram em duas partes, de modo a criar uma pequena pala sobre o quadro com iluminação. No entanto essa solução não estava a ser satisfatória porque colocava alguns problemas: a mesa serviria para refeições, mas talvez fosse demasiado pequena para o caso de os estudantes precisarem de estudar e trabalhar em grupo e, por outro lado, a ideia apresentada de seguida, de colocar a casa de banho sob a escadaria também impossibilitou esta opção.

A par disto, foi-se pensando em soluções para o resto deste piso. Ao fundo, a cozinha continua, desenhando um “L” por forma a criar uma zona de despensa. Logo a seguir, o espaço foi ocupado por uma pequena casa de banho de serviço. Para a zona de estar, desenharam-se módulos para arrumação/ prateleiras e projetou-se um espaço com sofá e uma pequena mesa de centro feita através do aproveitamento de paletes de madeira. O desenho destas prateleiras que preenchem uma das paredes do espaço, inspirou-se nas pedras irregulares da muralha, e quis marcar uma união

entre o passado histórico da envolvente com a história da própria casa, ao obterem o azul, presente em tantos elementos.

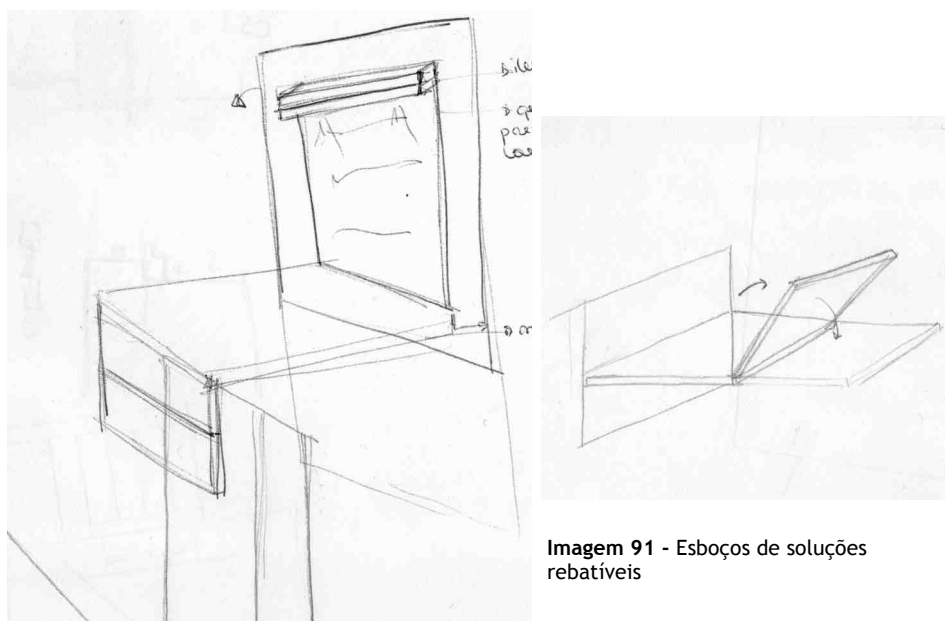
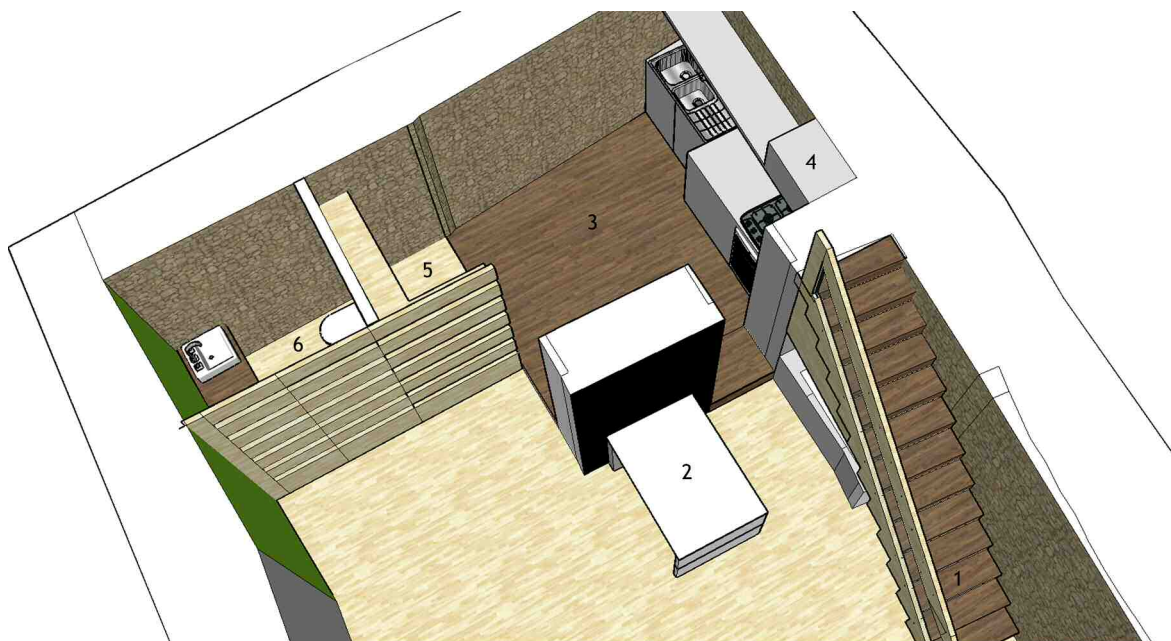


Imagem 91 - Esboços de soluções rebatíveis



- 1 - escadaria de acesso ao piso superior, mantida na sua posição original
- 2 - módulo rebatível de mesa
- 3 - cozinha
- 4 - extracção de ar
- 5 - zona de despensa
- 6 - casa de banho de serviço

Imagem 92 - Proposta de sala para a área social



Imagem 93 - Última proposta para o rés-do-chão, anterior à proposta final

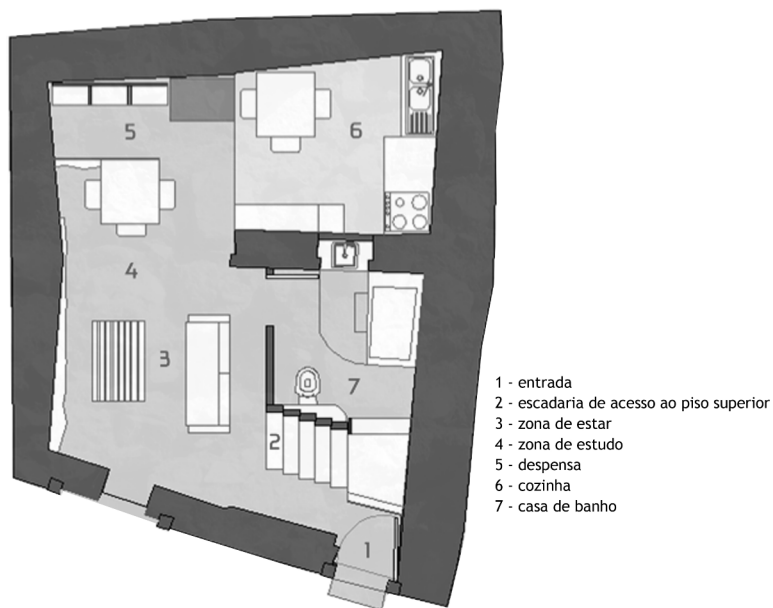


Imagem 94 - Planta de zonamento do piso inferior em desenvolvimento

Posteriormente, mantendo a zona de estar, trocou-se o lugar da casa de banho para junto da entrada da habitação. Sendo assim, o “L” desenhado pela cozinha e despensa encurtou junto da entrada, para dar lugar a uma instalação sanitária, sob a escadaria, um pouco mais completa que a anterior.

Por sua vez, na cozinha foi definida uma zona de refeições com uma mesa quadrada para três pessoas, e de seguida, como é possível observar na imagem 92, surge a despensa, cuja limitação da área é feita por uma barreira, que do lado da zona de estar, recebe a mesa rebatível que define a zona de estudo, precedida pela zona de estar.

Esta alteração deu-se por causa do surgimento da ideia de utilizar a tulha como base para duche. Esta foi a solução mais plausível de se encaixar com o resto do projeto para o piso térreo, e que se manteve como solução final, rodeando-a por degraus de madeira a fim de facilitar o acesso mas também de criar uma “caixa” para a canalização necessária.



Imagem 95- Aproveitamento da tulha de pedra para base de duche (solução final)

Desta forma, chega-se à proposta final de intervenção.

O espaço entre as duas paredes que não podem ser demolidas foi tapado de um dos lados (do lado da cozinha) e do lado da casa de banho, a sua profundidade serviu para a colocação de um lavatório, fazendo com que desta forma, o reduzido espaço destinado a esta divisão ficasse mais amplo. Este lavatório aparece, então, sobre uma chapa de mdf hidrófogo isolado com verniz epóxico para uma maior resistência à humidade. Quanto ao revestimento foi aproveitada a pedra original e, nas paredes novas, propõe-se a utilização de grés porcelânico branco, tal como no pavimento. No intervalo dos degraus que se sobrepõem a esta divisão, ou seja, o espelho dos degraus, é em vidro fosco temperado, para que não seja possível ver com nitidez de um lado para o outro, mas que haja passagem de luz.

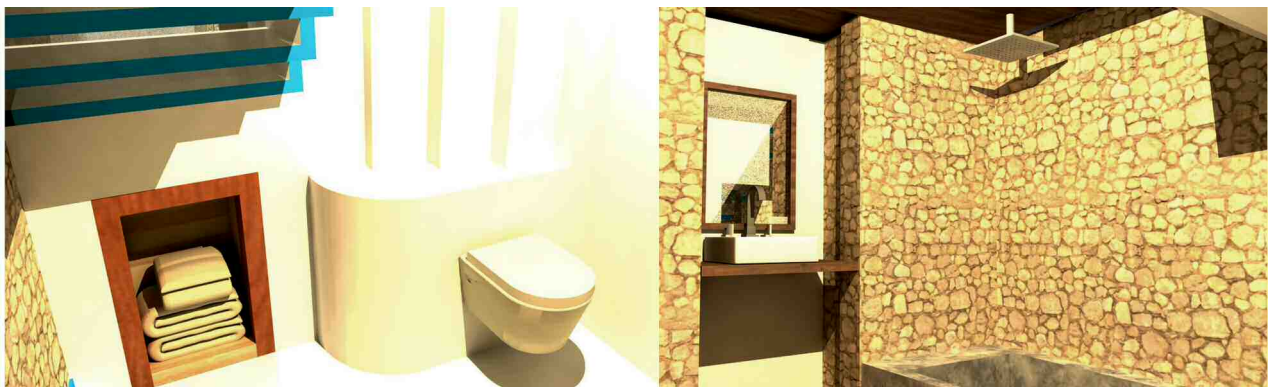


Imagem 96 - Proposta final para a casa de banho do piso inferior

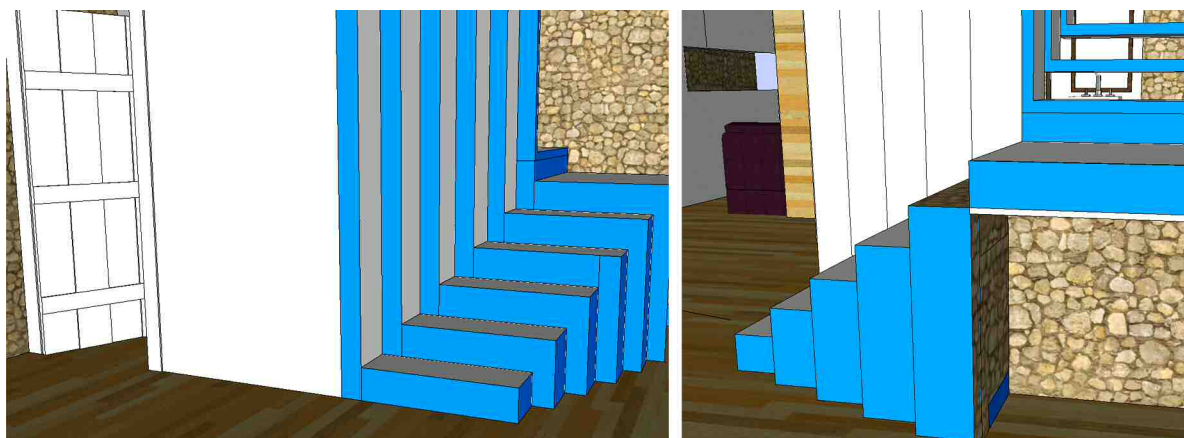


Imagem 97 - Proposta para escadaria anterior à criação de corrimão e de uma barreira visual entre a entrada e o segundo lanço de escadas

Entra-se então, naquela que já foi decidida como porta de acesso à Travessa da Rua Nova. Anteriormente, a escadaria aparecia tal como na imagem 95, no entanto, esta solução revelou-se esteticamente pouco agradável e pouco segura, pelo que se procedeu à colocação de uma barreira em vidro temperado, para atenuar o efeito visual criado à entrada. Tal como na entrada do primeiro piso, foi pensada uma base do tipo “despeja bolsos”, sob a forma de uma prateleira, agregada ao vidro.

Para que esta zona pudesse cumprir as funções às quais se propôs, a área da sala foi ocupada por uma grande mesa para refeições e trabalho. Aqui, há lugar para 4 a 6 pessoas. O espaço continua aberto e fluído quer para uma zona mais recatada de repouso, quer para a área da cozinha, quer para a zona de entrada, onde tem início a escadaria. Neste piso, a única divisão fechada é a casa de banho.

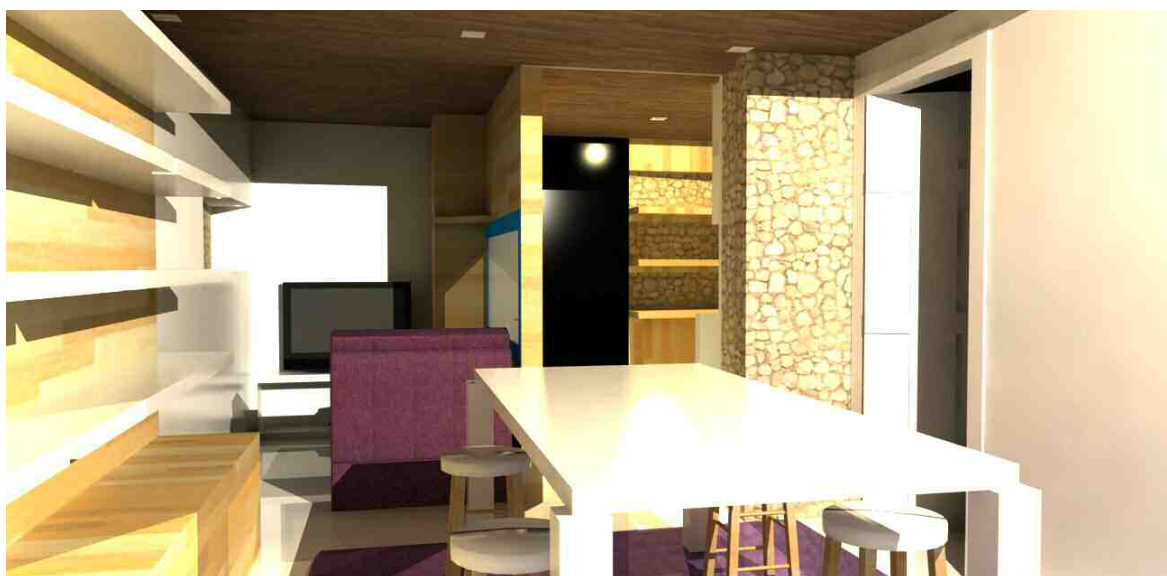


Imagem 98 - Proposta final para o piso inferior: vista para zona de trabalho/ refeições; ao fundo zona de estar e cozinha; e casa de banho à direita

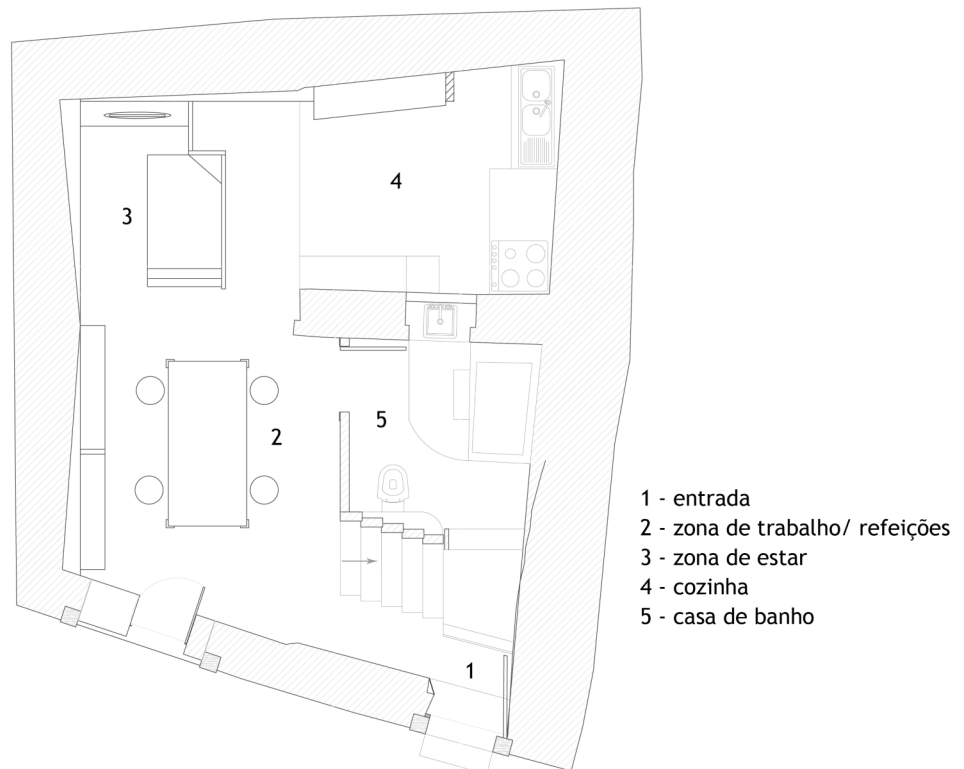


Imagem 99 - Proposta final de planta para o piso inferior

A fim de combater esta contrariedade térmica, agravada pelas paredes em pedra, a solução para a parede à esquerda da entrada passa pelo seu revestimento a cortiça. Após pesquisa, a proposta é um aglomerado compósito resultado de uma mistura de granulado de cortiça e resinas poliméricas, desenvolvido pela empresa nacional líder no sector da indústria corticeira, a corticeira Amorim. De acordo com o fabricante, este revestimento funciona como uma membrana elástica e tem como principal objetivo o isolamento térmico e acústico que previne perdas de energia. É aplicado através de projeção e pode ser usado para revestir qualquer superfície, mesmo que pouco poroso. Uma das razões que justifica esta opção é, ainda, o seu carácter ecológico, por ser, segundo o fabricante, um material reciclável pré e pós-consumo, 100% natural, orgânico e renovável. Deste modo, esta poderá ser uma solução para atenuar as amplitudes térmicas registadas durante o verão, e durante o inverno.

Nesta parede foram colocadas molduras, pintadas nas mesmas cores utilizadas em todo o projeto – azul e verde – sendo apenas molduras sem nenhum conteúdo, para que possam ser preenchidas conforme o gosto dos habitantes. Esta é uma forma de definir em que paredes devem ser afixados diversos elementos, tais como pósteres ou fotografias e de evitar que esta ação ocorra noutras paredes ou superfícies.



Imagem 100 - Parede em cortiça e escadaria com corrimão

No que diz respeito à escadaria, o primeiro lanço de escadas foi desenhado por forma a estabelecer um certo paralelismo com a parede ao lado. Desta forma, o resultado foi uma disposição irregular dos degraus, o que, juntamente com o facto de estarem isolados, ou seja, de não estarem junto a nenhuma parede, pode provocar algum desconforto e até alguma insegurança. Por isso, foi criado um corrimão, desenhado com base,

precisamente nesta irregularidade. Os degraus apresentam, pois, uma estrutura interna metálica revestida por chapas de um derivado de madeira, mais uma vez hidrófobo, lacado a branco e azul. Relativamente ao pavimento deste espaço, propõe-se o seu revestimento em flutuante laminado.

A organização da cozinha foi feita de forma a que a zona de confecção de alimentos se situasse no alinhamento de uma parede falsa que envolvesse a tubagem necessária à extração do ar do piso térreo até ao exterior. A bancada, composta pela zona de confecção e de lavatório situa-se, então, à direita da divisão junto a uma das paredes estruturais.

Noutra parede foi restaurada a pedra original e foi criado um armário em aglomerado de madeira, revestido a folha de carvalho, que joga com a inclinação da parede – o armário é paralelo à parede e tem três aberturas que tornam visível a parede no qual se encosta, nestas aberturas surgem prateleiras mais profundas numa extremidade que na outra, por forma a criar esse mesmo jogo de formas que é possível observar na imagem 98.

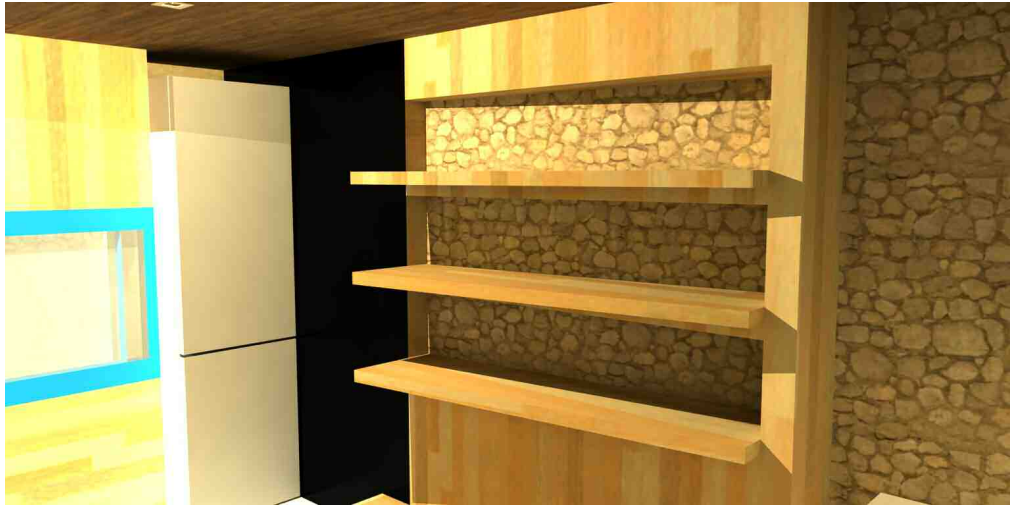


Imagem 101 - Cozinha: vista do armário

De forma a fazer parecer que o armário se dilui na parede, para que a sua presença no espaço não seja demasiado forte nem evidente, o avanço que este cria em relação à parede prolongou-se por uma parede falsa em gesso cartonado até ao limite lateral da divisão. Esta foi pintada com tinta de ardósia, para cumprir a função de quadro para registos diversos, tais como tarefas, listas de compras, recados, etc.

Sacrificando um pouco o espaço da divisão a seguir, foi criado um nicho para a colocação de um frigorífico.

O restante equipamento da cozinha é feito também em aglomerado de madeira, lacado a branco. Em relação ao pavimento, manteve-se o nível original, elevado em relação ao resto do piso, e revestiu-se a cerâmica a imitar pavimento flutuante, para transmitir a ideia de que a cozinha está assente num estrado, com o objetivo de evidenciar este desnível.

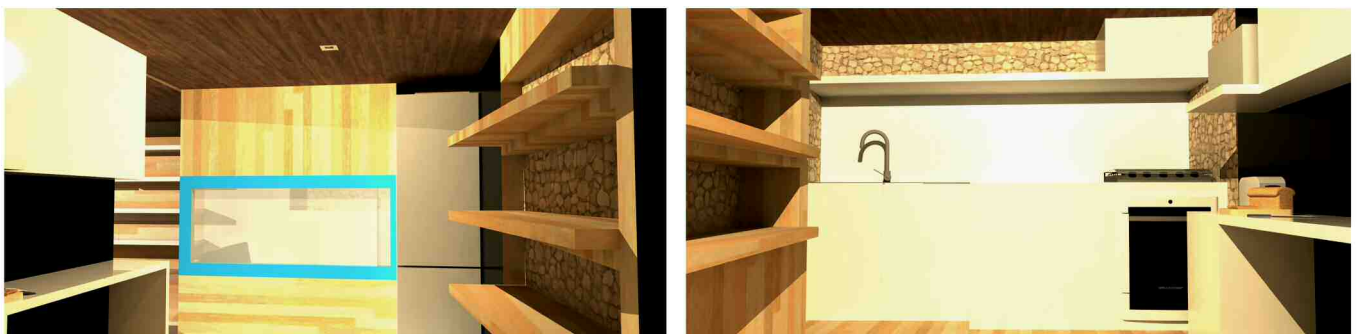


Imagem 102 - Cozinha

Na pequena zona de estar, foi colocada uma chaise-longue de frente para um móvel baixo com uma televisão. Este espaço é lateralmente limitado por uma parede em mdf revestido a folha de faia isolado com verniz epóxico, que o separa da cozinha. Nesta foi aberta uma janela a fim de haver comunicação visual entre ambos os espaços; a zona de estar é um espaço pequeno e, desta forma, pretende-se minimizar

um pouco esta barreira física. Do outro lado da divisão, foi criada uma parede falsa por cima da parede original em pedra. Na primeira foi então aberto um rasgo até à segunda, criando, desta forma, um aparador embutido com iluminação também embutida e mostrando um pouco da parede original.



Imagem 103 - Zona de estar

Nesta fase final do projeto, nos quartos a ideia do módulo de arrumação com secretária foi abandonada. A secretária passou a ser um elemento isolado e colocado de diferentes formas nos três quartos. Deste modo, a cama, que permanece na mesma posição, passa a ter aos seus pés uma parede com uma prateleira para uma televisão, encimada por um módulo de cubos abertos de um lado ao outro para arrumação. Na face oposta, esta parede é um roupeiro em mdf folheado. Esta solução tem como objetivo que o roupeiro “desapareça” do espaço físico do quarto, ao ter a sua frente na entrada, virada para a porta, fazendo com que esta não seja visível pelo lado oposto, parecendo simplesmente uma parede. Uma das portas surge pintada de azul e com a indicação do pantone da cor em questão, o mesmo acontece no castanho da parede da cabeceira da cama. Esta ideia deve-se à importância dada à cor em todo o projeto, ao facto de esta ser um dos conceitos definidos desde o início. Atrás da porta do quarto há, ainda, um espelho com iluminação superior, de modo a completar a *zona de vestir*.

No que diz respeito ainda à secretária esta foi colocada de frente para a janela no quarto 1 e no quarto 3, para que receba luz frontalmente e também para que quem nela esteja possa desfrutar da vista proporcionada pelo privilegiado posicionamento desta construção. No quarto 2 a secretária surge, também, próximo da janela.

As prateleiras, em mdf folheado, que percorrem as paredes da divisão pretendem dar ao estudante vários espaços de arrumação, uma vez que, na situação de partilhar casa com outras pessoas, necessita de acondicionar muitos pertences apenas nesta divisão, que é a única que lhe pertence inteiramente. O seguimento lateral da cabeceira da cama prolonga-se, até à parede oposta num armário de altura igual à da cama, que tem a função de mesa-de-cabeceira e ao mesmo tempo de armário, sendo limitado frontalmente por portas.



Imagem 104 - Quarto 1: cama e cabeceira

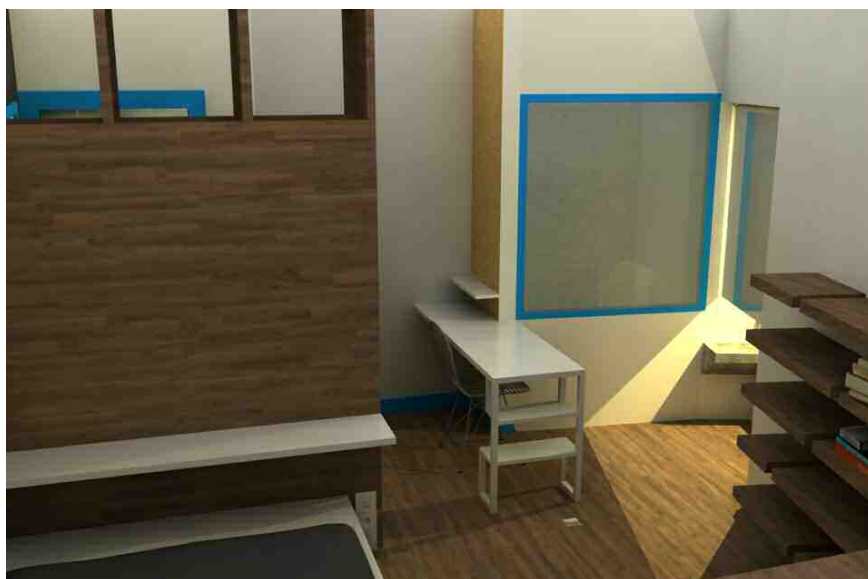


Imagem 105 - Quarto 1: vista para a janela e secretária

O espaço do quarto projetado para o anexo — quarto 3 — foi pensado de forma diferente. Graças à fachada envidraçada proposta na reabilitação do anexo, este é um quarto privilegiado no que diz respeito à iluminação natural e à vista alargada sobre a encosta que lhe é proporcionada; e desprivilegiado em relação aos outros pela carência de elementos históricos e característicos da casa, uma vez que se situa numa construção recente.

Após algumas tentativas de distribuição dos elementos no espaço, utilizando os mesmos equipamentos que inicialmente foram propostos nos quartos 1 e 2, a única coisa que permaneceu inalterada foi a posição da secretária. A cama foi colocada ao fundo do quarto sob a forma de beliche, contendo por baixo o roupeiro limitado frontalmente por portas de correr.



Imagem 106 - Quarto 3: vista para o exterior

Tal como nos outros quartos, foram previstas também para este algumas prateleiras junto da zona de trabalho, porém em menor quantidade. Estas são interrompidas pela criação de uma pequena área de *closet*, na qual foi colocado um banco estofado de frente para o roupeiro, e que conta também com um espelho na parede. No que diz respeito aos materiais, utilizados neste e nos restantes quartos, propõe-se a utilização de pavimento flutuante laminado, o uso de mdf folheado nos roupeiros e nas prateleiras, e de mdf lacado a branco no restante mobiliário.



Imagem 107 - Quarto 3

O Logradouro, por fim, definiu-se como uma zona para desfrute do ar livre. Assim, dividiu-se este espaço em dois, sendo o primeiro um terraço, limitado de um dos lados pela fachada envidraçada projetada par o anexo, e do outro por um muro em cima do qual foram pensadas aberturas para a colocação de floreiras. A seguir, a escadaria em pedra dá acesso a uma zona de jardim, na qual se manteve a oliveira originalmente presente, e onde há espaço para uma pequena horta.

Uma vez que o interesse dos jovens pela agricultura está em constante crescimento, e está até, nos dias de hoje, na moda o cultivo caseiro de legumes e ervas aromáticas, por questões económicas, mas também fruto de uma preocupação com a qualidade daquilo se come, achou-se por bem que nesta casa houvesse um aproveitamento do espaço ao ar livre nesse sentido. Desta forma, foi criado um pavimento sobrelevado em grés porcelânico que conjuga o efeito estético da madeira com a resistência, fácil manutenção e segurança da cerâmica, que circunda o jardim, e uma área livre por baixo do terraço, para arrumos.



Imagem 108 - Logradouro

7. Conclusão

O primeiro objetivo imposto para a realização deste estágio em conjunto com o projeto que foi levado a cabo foi, então, atingido. Foi bastante desenvolvida a sensibilidade em relação à reabilitação; deu-se atenção e valor a pormenores de uma construção que anteriormente seriam, muito provavelmente, indiferentes; entendeu-se o porquê da tentativa, acima de tudo, da preservação de certas características que, muitas vezes, são a alma do espaço, e ainda se aprenderam formas de reinventar essas mesmas características fazendo com que se veja que são elementos originais mas que ao mesmo tempo se adaptam à sua nova realidade e se integram com toda a sua envolvente.

Entendeu-se melhor a importância da pluridisciplinaridade de uma equipa projetual. Embora este conceito tenha sido inculcado num âmbito académico, é muito diferente quando, na realidade, o trabalho é partilhado com outras áreas como a arquitetura, a engenharia, a arqueologia, ou até mesmo a ação social. No nosso caso – dos estagiários – a equipa de trabalho era constituída por arquitetos, com os quais aprendemos bastante, por uma arqueóloga que nos ajudou a entender melhor a importância da preservação e até com uma assistente social, que permitiu que vivêssemos de perto alguns problemas sociais que ignoramos durante a nossa vida quotidiana, mas para os quais é necessário estar elucidado, porque por vezes os projetos de reabilitação levados a cabo em centros históricos destinam-se sobretudo à habitação social.

A pesquisa levada a cabo foi também de uma grande importância no sentido em que ajudou à resolução de inúmeros problemas relativos à organização e ao máximo aproveitamento do espaço, traduzido no aproveitamento dos pés direitos ou em soluções rebatíveis, ou até mesmo numa utilização dupla do mesmo elemento.

Por fim, a grande curiosidade sempre presente ao longo de todo o trabalho académico: como será a realidade do trabalho no terreno? Embora o projeto de reabilitação não tivesse sido levado a cabo até ao final do estágio, houve a oportunidade de passar na primeira pessoa as primeiras fases de trabalho: a visita ao local, conhecê-lo fisicamente, para além do desenho técnico, bem como a sua envolvente; sentiram-se as dificuldades de um levantamento métrico, sobretudo numa construção antiga que se encontra em tão mau estado de conservação; consequentemente percebeu-se o tempo que é necessário apenas nesta fase inicial, as inúmeras visitas à casa no decorrer do desenho do espaço, para o confronto de medidas e esclarecimento de dúvidas. Este trabalho no terreno prolongou-se além do próprio projeto levado a cabo por nós estagiários; o conhecimento deste trabalho foi-nos dado através das pequenas participações que tivemos em projetos do gabinete, como já foi mostrado ao longo do relatório.

Espera-se, por agora, que esta proposta de projeto seja analisada pela Câmara Municipal de Castelo Branco, e que este possa ser levado a cabo, acreditando que

constituiria uma mais-valia para a cidade, sobretudo para a dinamização da zona histórica. Obviamente que a aceitação desta proposta levantaria outras questões que se prendem, principalmente, com os acessos, no entanto, este poderia ser o primeiro passo para o impulsionamento da solução de todas essas questões. Através de um programa de reabilitação de casas na zona histórica para estudantes, poderia criar-se uma rede de transportes que fizesse ligação entre esta zona e as escolas, quiçá, este poderia ser um desafio lançado a alunos de cursos que abranjam questões de transportes e mobilidade.

É, pois, esta a grande ambição desta proposta de projeto; não só a sua própria realização em si, mas a mobilização de outras áreas que, em conjunto, poderiam mudar um pouco a vida na cidade intramuros de Castelo Branco, através da introdução de vida jovem numa zona que, devido às suas construções degradadas e à falta de acessos, consequência de ruas estreitas e íngremes, se encontra cada vez mais desertificada e com uma população envelhecida com, cada vez menos apetências para realizar uma vida quotidiana extramuros. Outros problemas bastante emergentes são também registados na cidade intramuros, como por exemplo, a falta de espaços de convívio para os habitantes, que contribui grandemente, juntamente com a reduzida mobilidade dos mesmos, para que as ruas da zona histórica, sejam longos caminhos vazios e, conseqüentemente, com aspecto inseguro, sobretudo nas horas do dia de menos luz. Logicamente, deve trabalhar-se no sentido oposto, em que a população envelhecida habitasse a cidade extramuros, por forma a um acesso facilitado a serviços diversos, tais como serviços de saúde e lazer/convívio, e em que, por outro lado, a população jovem repovoasse as zonas de mais difícil acesso e as rejuvenescesse, dotando-as de espaços para comércio, turismo, serviços e todos os elementos necessários ao conforto da vida quotidiana.

Bibliografia

Arquitectura Popular em Portugal, Edição da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004. ISBN: 972-97668-7-8;

ALARCÃO, Jorge de, *Introdução ao estudo da História e do Património locais*, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1987. CDU: 719(469), 94 (469);

ALMEIDA, João, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, Lisboa, 1943. CDU: 728.8 (469), 623.1/.3 (469);

ALMEIDA, João, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses – I: Beira: distritos da Guarda, Castelo Branco e Viseu*, Lisboa, 1945. CDU: 725.18 (469.3);

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, 2ª ed., Lisboa, 1997. ISBN: 927-8387-07-05 ;

CARVALHO, Rogério, *Proposta de Classificação do Castelo de Castelo Branco*, 10 de Novembro de 1988;

CONDE, F. Da Costa, *A alcáçova de Castelo Branco*, in *Estudos de Castelo Branco*, Vol 14, 1964;

COSTA, A. A. *Notas sobre Reabilitação para usar quando der jeito*, Junho de 1993
CUITO, Aurora, *Espaços para viver e trabalhar*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2001. ISBN: 84-252-1861-6;

DROSTE, Magdalena, *A Bauhaus*, Taschen, 2006. ISBN: 978-3-8365-0164-4;

GOMES, Rita Costa, *Castelos da Raia Beira*, vol. I. Lisboa: IPPAR, 1996. ISBN: 972-8087-30-6;

GONÇALVES, Luís Jorge Rodrigues, *Os Castelos da Beira Interior na Defesa de Portugal (séc. XII – XVI)*, [dissertação de mestrado], Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995;

LEITE, Ana Cristina, *Castelo Branco*, Editorial Presença, Lisboa, 1991. ISBN: 972-23-1412-2;

LINO, Raul, *Casas Portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, Edições Cotovia, Lisboa, 1992. CDU: 728(469);

LYON, Dominique; DENIS, Anriet, BOISSIÈRE, Olivier, *Le Corbusier alive*, Vilo International, Paris, 2000. ISBN: 2-84576-007-8.

MACHAZ, J. Gonçalves, *Nos tempos que lá vão – Castelo as suas origens*, in *Estudos de Castelo Branco*, vol 17, 1966;

MARTINS, A. Pires da Silva, *Esboço Histórico de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1979. CDU: 94 (469.36);

MATOS, José Vasco Mendes de, *Esquema para uma biografia da cidade de Castelo Branco*. CDU: 908

MOUTINHO, Mário, *A arquitectura popular portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1979. CDU: 728.6;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (Comité Intergovernamental para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural): “Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial”. 2008

PIMENTEL, A. FRAGA; MARTINS, J. GUERRA, *Reabilitação de edifícios tradicionais*, Série Reabilitação. 2005

PORTAS, Nuno, *Funções e Exigências de Áreas de Habitação*, MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1969. CDU: 728.001.1

SANTOS, Manuel Tavares, *Castelo Branco na História e na Arte*, Castelo Branco, 1958. CDU: 908 (469.36), 94 (469.36), 7 (469.36);

SARAIVA, António, *Marcas Mágico- Religiosas no Centro Histórico – Guarda*, Agência para a Promoção da Guarda / CMG, 2007. Depósito Legal: 250454/06

SILVEIRA, António; AZEVEDO, Leonel e D’OLIVEIRA, Pedro Quintela, *O Programa POLIS em Castelo Branco – álbum histórico*, Castelo Branco, 2003. ISBN: 972-9071-23-3;

VEDRENNE, Elisabeth, KLICZKOWSKI, H., *Le Corbusier*, Onlybook, Madrid, 2002. ISBN: 84-89439-46-X;

Webgrafia

<http://cm-castelobranco.pt/index.php?link=ppolis>

<http://cm-castelobranco.pt/pdf/ppormenor/relatorio.pdf>

http://en.wikipedia.org/wiki/Nakagin_Capsule_Tower

http://es.wikiarquitectura.com/index.php/Maison_du_Bresil

<http://homesthetics.net/palacio-da-alvorada-in-brasil-by-oscar-niemeyer/>

<http://maisondubresil.blogspot.pt>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pilotis>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Unité_d%27Habitation

<http://www.archdaily.com.br/36195/classicos-da-arquitectura-nakagin-capsule-tower-kisho-kurokawa>

<http://www.archdaily.com.br/86605/palestra-o-que-foi-o-metabolismo-reflexões-na-vida-de-kiyonomi-kikutake-toyo-ito/>

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.asp?id=2495

<http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza/>

http://www.cm-evora.pt/NR/rdonlyres/04AE5DE1-C9B7-4C85-AB48-34E05305EC89/67498/Mosaico_11_Revnet.pdf

Anexos

1. Glossário	88
2. Explicação da página 39 do documento	90
3. Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco – Artigo 25.º - Disposições gerais sobre acabamentos exteriores	91
4. Pesquisa Inicial	92
5. Álbum Fotográfico	104
6. Desenhos Técnicos	120

1. Glossário

Triangulações — Este processo consiste na medição das diagonais de um espaço para que durante a fase de desenho possamos tomar uma linha de referência (conhecendo o seu comprimento, e desenhando um círculo com centro na extremidade dessa mesma linha, cujo raio seja igual à medida da diagonal que liga ao canto formado pelas paredes opostas; na outra extremidade da linha de referencia desenha-se outra circunferência cuja dimensão corresponde à medida total da parede adjacente a esta; onde os dois círculos se tocam é, então, o ponto ao qual se deve unir a linha de referencia, fazendo não só com que a medida se aproxime melhor da realidade, mas também que se encontre o ângulo entre ambas as linhas.

Pilotis — Sistema construtivo no qual um edifício é sustentado por uma grelha de colunas ou pilares no piso térreo. O Pilotis é parte dos 5 pontos da nova arquitetura propostos por Le Corbusier. Oscar Niemeyer também recorreu ao uso de pilotis em construções como o Palácio da Alvorada em Brasília.



Palácio da Alvorada, Brasília

Modulor – Sistema de proporções elaborado por Le Corbusier que toma como base, em vez de polegadas e pés, medidas modulares baseadas nas proporções do ser humano, partindo do princípio de uma média de altura de 1,75 alterando-a, mais tarde, para 1,83m. Esta média baseou-se numa vasta pesquisa em indivíduos de todo o mundo.

No caso da cidade radiante de Marselha, foram considerados os dois modulos: 1,75m conhecido como versão azul, e o de 1,83m, versão vermelha.

Esta criação revelou-se ser de uma extrema utilidade nos períodos pós-guerra, durante o qual houve uma grande necessidade de abrigar o maior número de pessoas no menor espaço possível.

2. Explicação da página 39 do documento

Dt 6, 4-9 – *Escuta Israel, o Senhor e só ele é o nosso Deus. Ama o Senhor, teu Deus, com todo o coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças. Que os mandamentos que hoje te dou estejam sempre na tua memória. Ensina-os continuamente aos teus filhos e repete-os, tanto ao deitar como ao levantar, quer estejas em casa, quer vás de viagem. Deves trazê-los no teu braço como um distintivo, na tua testa como emblema. Escreve-o nas ombreiras das portas da tua casa e em todos os teus portões.*

Dt 11, 13-21 – *E se cumprirem os mandamentos que hoje, vos dou amando o Senhor, vosso Deus, e servindo-o com todo o coração e com toda a alma, eu darei à vossa terra a chuva no seu devido tempo, a chuva do Outono e a da Primavera, e terás colheitas abundantes de trigo, de vinho e de azeite para recolher. Nos vossos campos farei crescer erva para os animais. E assim, vocês poderão comer até ficarem satisfeitos. Mas tenham cuidado; não se deixem enganar, indo prestar culto e adorar outros deuses e abandonando o Senhor, porque o Senhor ficaria muito irritado convosco e faria com que do céu a chuva deixasse cair. A terra deixaria de dar o seu fruto e vocês desapareceriam bem depressa da terra maravilhosa, que o Senhor vos vai dar. Ponham estas minhas palavras no vosso coração e na vossa alma e tragam-nas como um distintivo no vosso braço, como um emblema na vossa testa. Deves ensiná-las aos teus filhos, recitando-as tanto ao deitar como ao levantar, quer estejas em casa quer vás de viagem. Escreve-as nas ombreiras das portas de tua casa e em todos os teus portões. Assim poderás viver uma longa vida, tu e os teus filhos, na terra que o Senhor jurou dar aos vossos antepassados, a fim de a possuírem por todo o sempre.*²⁵

²⁵ *Bíblia Sagrada - A Boa Nova, Difusora Bíblica, 1999*

3.

Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

Artigo 25.º

Disposições gerais sobre acabamentos exteriores

A reabilitação, conservação e reconstrução dos edifícios existentes, bem como a construção de novos edifícios, deverá sujeitar-se às seguintes regras:

a) Coberturas em imóveis existentes — deverão ser em telha de canal, de cor vermelha, aplicadas directamente sobre estrutura de madeira, *onduline*, laje de esteira, poliestireno extrudido ou outro isolante. Os beirados deverão ser os tradicionais, simples, duplos ou triplos. No caso de uso de laje de esteira na cobertura, esta não poderá avançar para fora do alinhamento das fachadas anterior e posterior;

b) Coberturas em obras novas — poderão ser também em telha ou noutro material ajustado a um centro histórico (chapa de zinco mate, cobre, tijoleira ou terra vegetal);

c) Rebocos exteriores em imóveis existentes—deverão ser realizados com argamassas bastardas, com ajustado traço de cal, devendo ser pintados com leite de cal ou tintas de água. Não se autorizam rebocos areados a cimento, tirolês ou tintas areadas;

d) Rebocos exteriores em obras novas — poderão ser realizados com argamassas sintéticas, afagadas, devendo ser pintados com tintas plásticas ou acrílicas, não sendo de autorizar monomassas areadas ou tintas areadas;

e) Cantarias, soleiras e peitoris — em construções existentes, as cantarias não poderão ser pintadas e, no caso de se proceder a alguma substituição, esta deverá ser realizada segundo os pormenores actuais, não sendo de autorizar a placagem como substituição. As soleiras das portas serão sempre em pedra maciça da região. Os peitoris deverão ser em madeira pintada;

f) As cores a aplicar nos rebocos deverão ser em tons pastel, de preferência usando-se o branco e os ocres;

g) As caixilharias exteriores em imóveis existentes deverão ser em madeira pintada, sendo possível o uso de duplas janelas interiores, por detrás das colocadas no vão (em alumínio lacado ou PVC), para melhor isolamento, mas só nas faces interiores das paredes interiores e contendo apenas um vidro por folha e com caixilho à cor natural da madeira. Estas madeiras deverão ser pintadas com esmaltes com cores adequadas às cores dos rebocos. As portas exteriores, caso sejam substituídas, deverão manter o desenho original e deverão ser construídas em madeira, pintadas ou envernizadas;

h) São proibidos estores exteriores, sendo de aplicar portadas interiores imediatamente atrás dos caixilhos exteriores;

i) Varandas — deverão ser recuperadas as existentes em madeira ou lajes de granito de frisos diversos, o gradeamento em ferro forjado deverá ser pintado a tinta de esmalte mate; se este for em madeira, esta deverá ser envernizada ou pintada a tinta de esmalte. Não serão permitidas as varandas em betão armado, de grande balanço ou gradeamento em alumínio;

j) Os equipamentos técnicos, como, por exemplo, os dispositivos de ar condicionado, não poderão ser colocados nas fachadas, salvo se propuserem soluções francamente ajustadas técnica e arquitectonicamente;

l) A colocação de painéis de aquecimento solar nas coberturas dos edifícios será apreciada caso a caso, dependendo a sua aprovação da apreciação realizada pelos serviços competentes;

m) As obras novas podem introduzir novos materiais e novas técnicas desde que devidamente acauteladas as regras de integração e valorização cultural;

n) Publicidade — esta deverá obedecer às regras definidas por projecto específico;

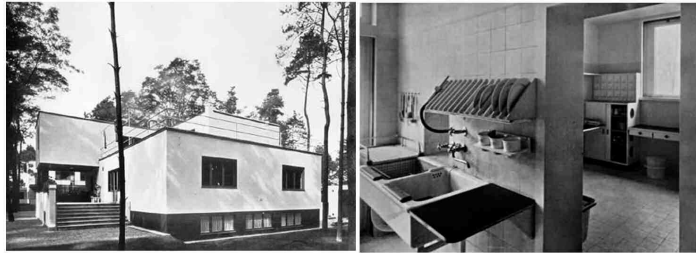
o) As obras de reabilitação, conservação, restauro ou reconstrução ou obras novas deverão cumprir o expresso no Decreto-Lei n.º 426/89, de 6 de Dezembro (diploma que aprova as medidas cautelares de segurança contra riscos de incêndio em centros urbanos antigos).

4. Pesquisa Inicial

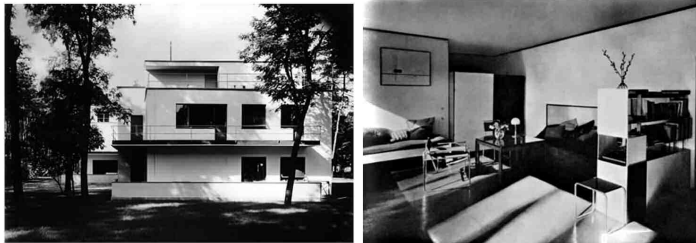


bauhaus |

Achei pertinente incluir na minha pesquisa o que foi feito na escola da Bauhaus, por professores e alunos, uma vez que aquilo que nesta época foi produzido tinha um âmbito bastante básico e funcionalista com o qual pretendo identificar o meu projecto. É interessante, ainda, o facto de a Bauhaus e os seus mestres terem os estudantes como público alvo.



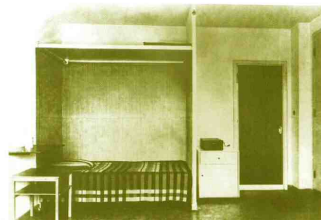
Casa de Walter Gropius (1926)



Casa de Moholy-Nagy (1926)



Casa de Georg Muche



Dormitório (1925-6)



Escritório do director (1925-6)

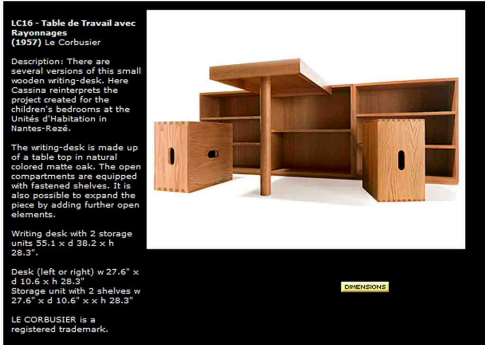
le corbusier |



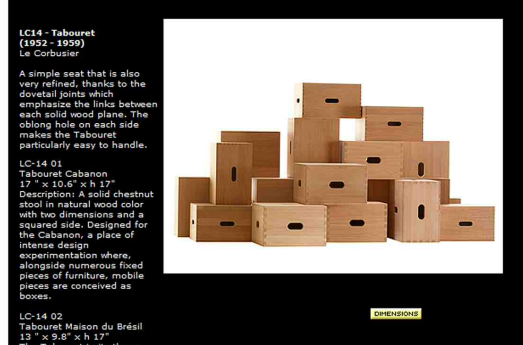
Dormitório |
Le Corbusier e Charlotte Perriand
1952–6



Dormitório |
Pavillion Suisse 1933



Mesa de trabalho |
1957
(<http://cassinausa.com>)



"Tabouret" Caixas/banco |
1952–9
(<http://cassinausa.com>)

residências para estudantes |

World Buildings Directory Online Database

Project in Detail

Bikuben Student Residence

Category: Housing
 Location: copenhagen, Denmark
 Architect: Afti
 WAF Entry: 2008

Category:
 Sub Category:
 Country of Project:
 WAF Year:
 WAF Award:
 Keyword(s):
e.g. Architect, Town







"Bikuben Student Residence" | Copenhaga, Dinamarca | 2008

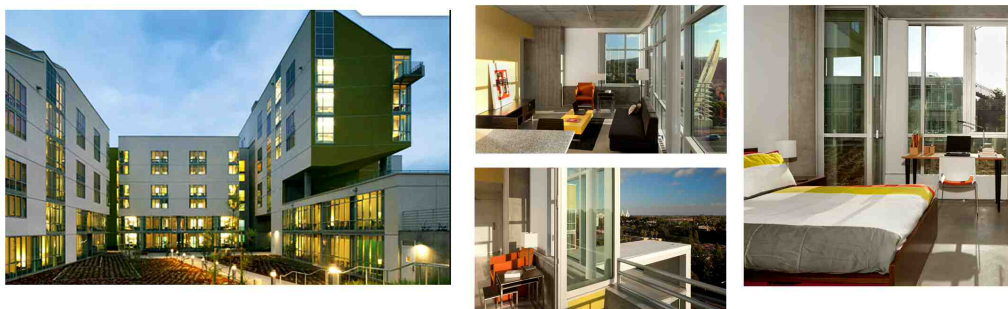









"Crou" Projecto de 100 quartos para estudantes em contentores | Le Havre, França | Olgga Architectes | 2009

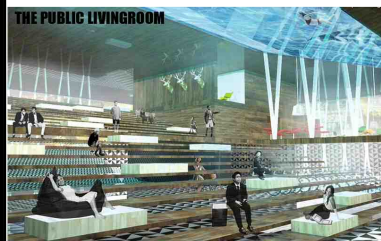


"UCSD Unveils Striking New Student Housing Building" | Califórnia | 2010

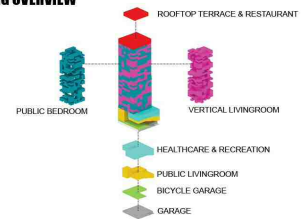


"Have a nice day" dos suecos We are you architects, ganhou o primeiro prêmio no "REZ student housing competition" em Toronto em 2009.

De uma forma sucinta e directa é apresentado e bem compreensível o conceito bem como todo o projecto.



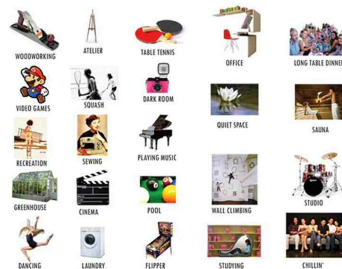
BUILDING OVERVIEW



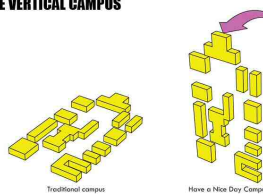
THE PUBLIC LIVINGROOM



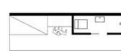
THE STUDENT HOUSE



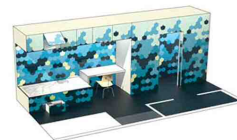
THE VERTICAL CAMPUS



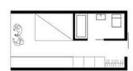
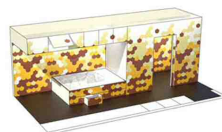
SINGLE ROOM - MY QUIET SPACE



BUDDY ROOM - YOU'VE GOT A FRIEND IN ME



COUPLES ROOM - COSY TOGETHER



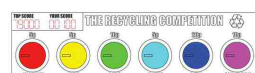
APARTMENT - OUR FAMILY FLAT



LEAVE YOUR SHOES



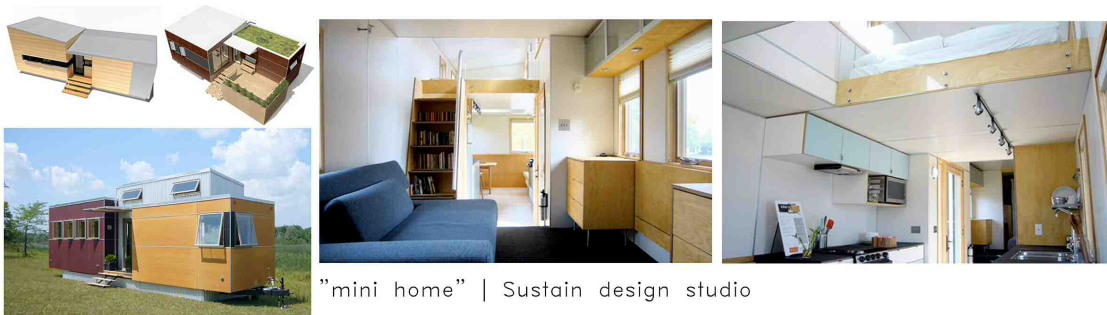
THE RECYCLING ARCADE



projectos de habitação |



"Fresh start house" | Desenhada por Julie Martin de Nova Orleães, que perdeu a casa no Furacão Katrina. A casa tem uma cozinha, uma casa de banho, uma zona para dormir e muitas janelas.



"mini home" | Sustain design studio



"port-a-bach" | atelier work shop



"mobile dwelling unit" | Lot-Ek | Nova Iorque

projectos de habitação |



"Blue sky mod" | Projecto do arquitecto Todd Saunders que usa materiais locais reciclados e artesanato local.



"Eco-shed" | Canadá



"Wee House" | Alchemy architects

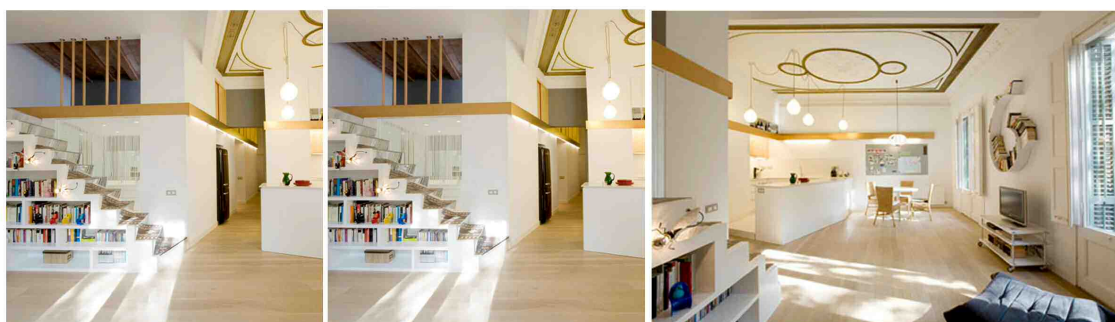


"h house" | Commdesign | Japão

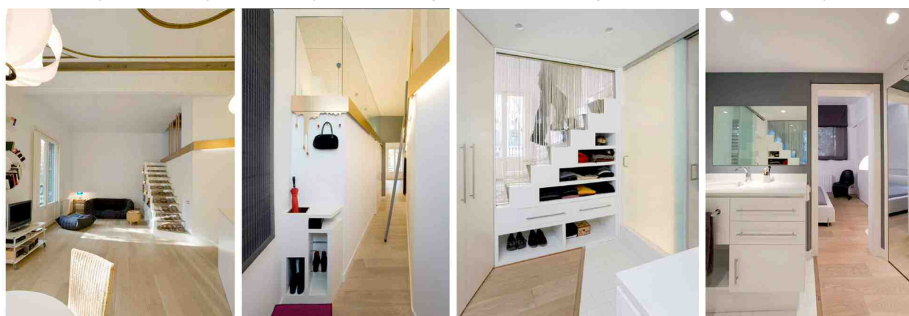
projectos de habitação |



"High-rise residence" | Hiroyuki Tanaka Architects | Tóquio | 2011

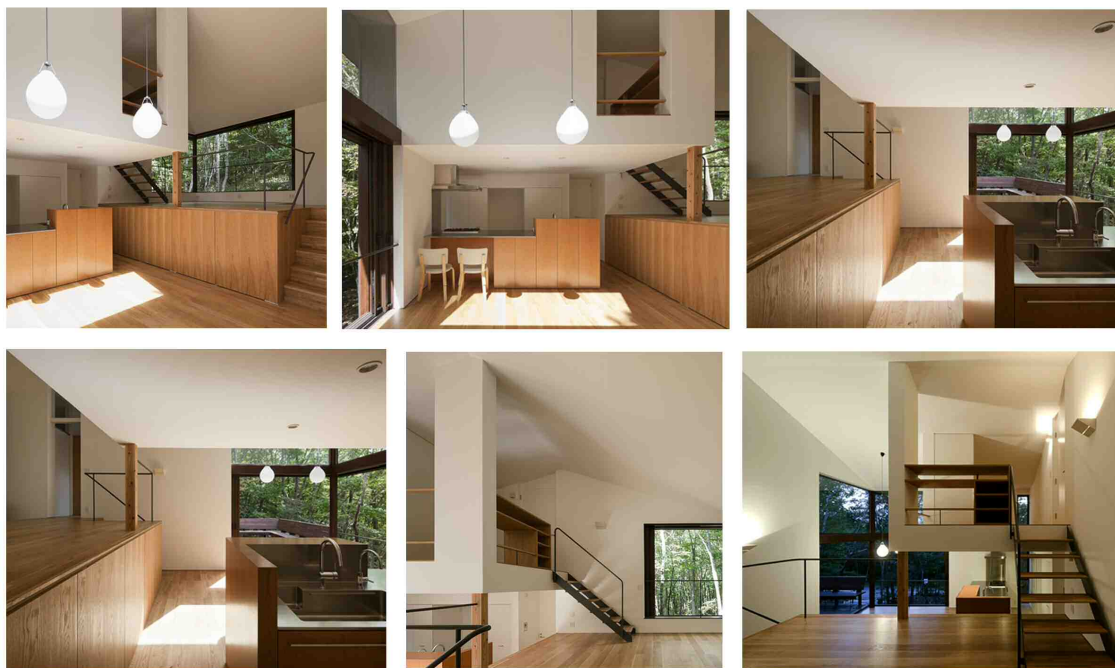


"Santpere47" | Miel Arquitectos | Reabilitação de habitação do século XIX | Barcelona



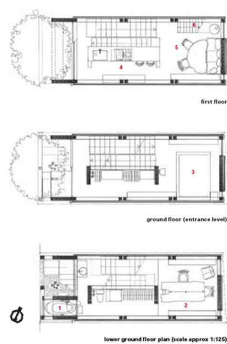
"J-Loft" | Plystudio | Singapura | 2008

projectos de habitação |



"Tiered Lodge" | Naoi Architecture e Design Office | Nasu Kogen, Tóquio

arquitectura japonesa |

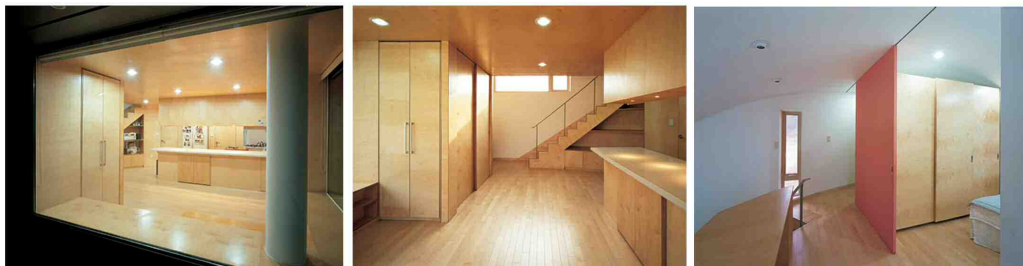


"Kobe Layer House" |
Hiroaki Ohtani |
Japão | 2007

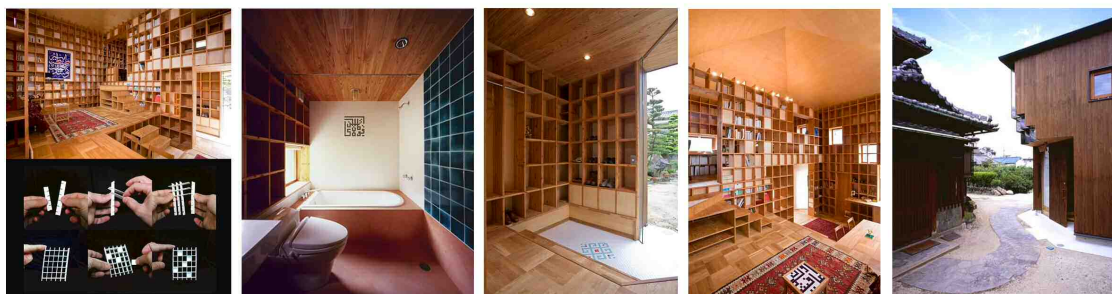
arquitectura japonesa |



"2004 House" | Hideyuki Nakayama | Matsumoto, Japão | 2011

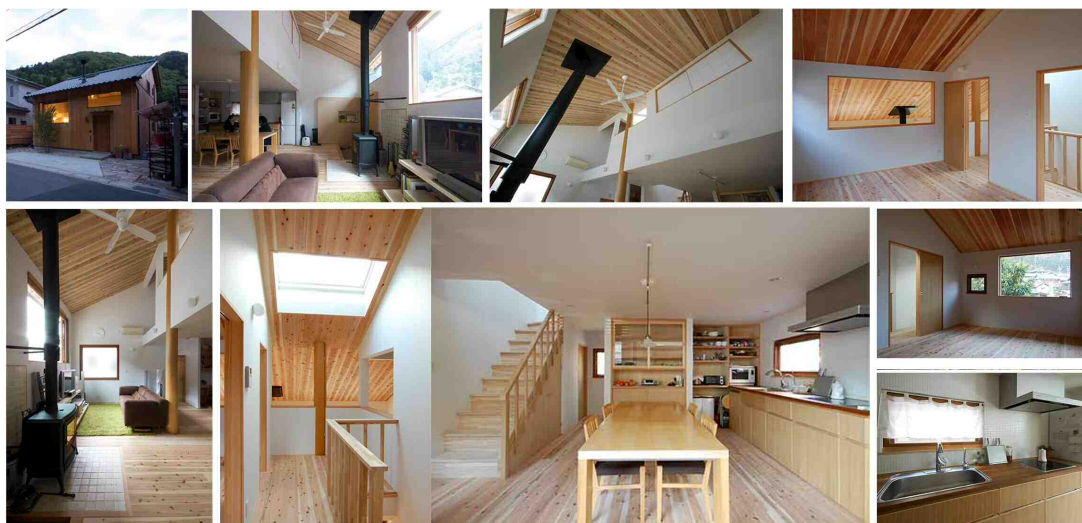


"Pixel House" | Slade Architecture | Heyri, Coreia do Sul



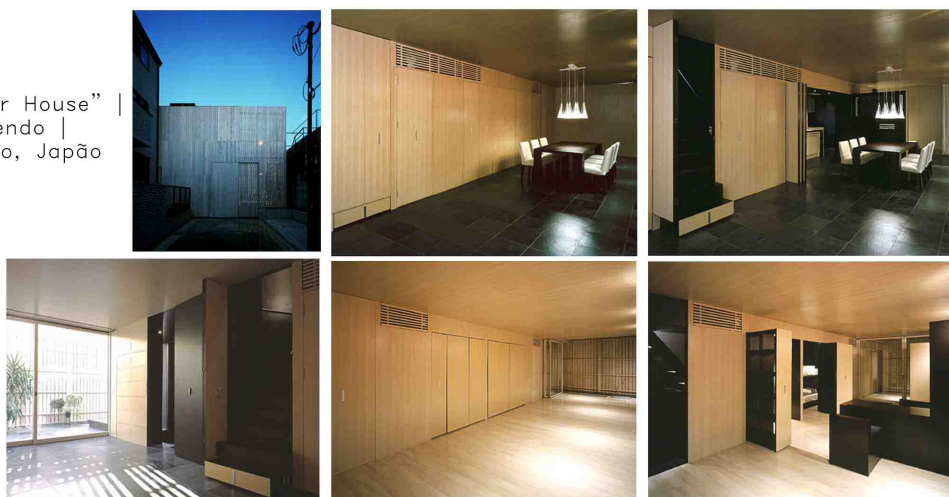
"Shelf Pod" | Kazuya Morita Architecture Studio | Osaka, Japão | 2006/07

arquitectura japonesa |



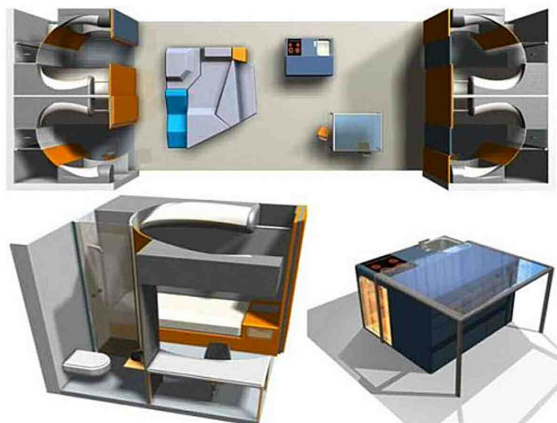
"Small House In Yase" | Kazuya Morita Architecture Studio | Kyoto City, Japão

"Drawer House" |
Nendo |
Tôquio, Japão



"Shaft House" | Atelier Reza Aliabadi | Toronto, Canadá | 2010

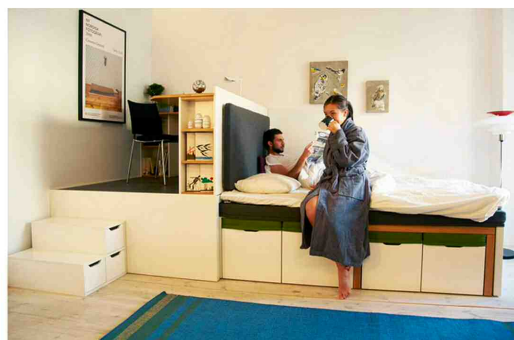
equipamento |



"Dual living student residence" | Projecto académico | 2008



"Objets" oito cadeiras multifuncionais | Seung-Yong Song | Coreia



"LIVING ROOM DINING ROOM BEDROOM & STUDY"
Mobiliário modular | Matroshka Furniture | 2011

5. Álbum Fotográfico



| Piso Zero



Fachada da Travessa da Rua Nova



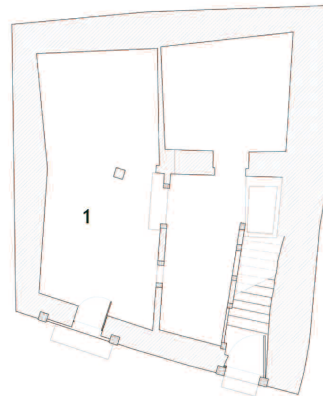
Fachada da Travessa da Rua Nova - vista do muro do logradouro e do anexo



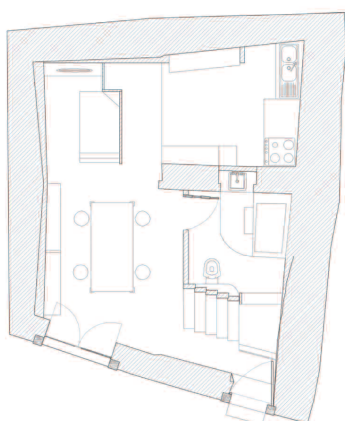
Porta de entrada (adulterada)



Divisão de entrada (1)



Planta do existente



Planta do proposto



Proposta de intervenção para a zona acima apresentada

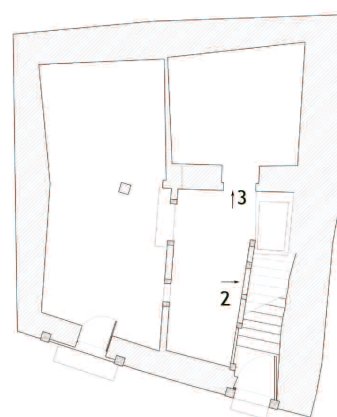
| Piso Zero



Porta de acesso à escadaria e vão por baixo da mesma (2)



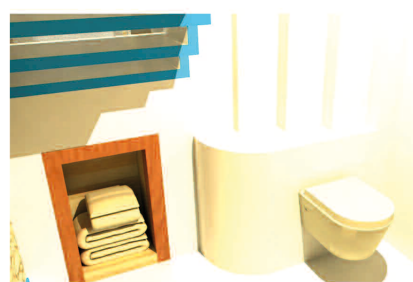
Vão por baixo da escadaria e tulha em pedra (2)



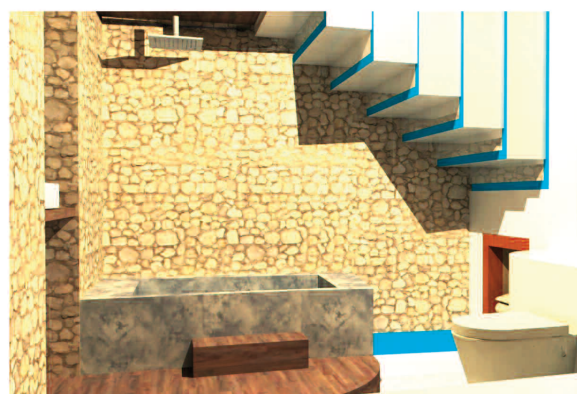
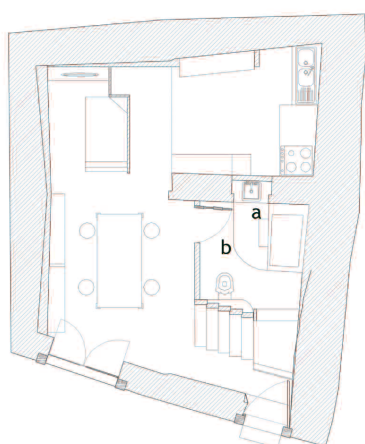
Vão de acesso a uma outra divisão (3)



Aproveitamento do vão (a)



Recriação do vão existente sob a escadaria

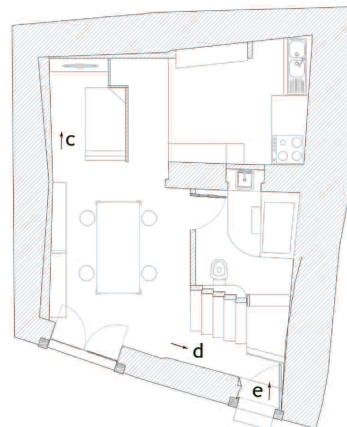


Proposta de intervenção no espaço (b)

| Piso Zero



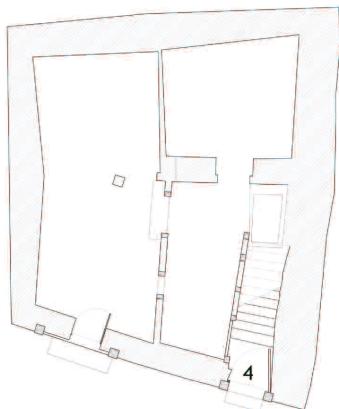
Proposta para a zona de estar (c)



Proposta de intervenção no espaço (d) e primeiro lance de escadas



Entrada (pela porta nº9 (e))
Escadaria de acesso ao piso superior



Porta nº 9, considerada na proposta como porta de entrada para o piso zero (4)

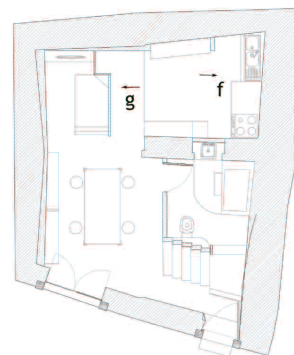


Escadaria original (4)

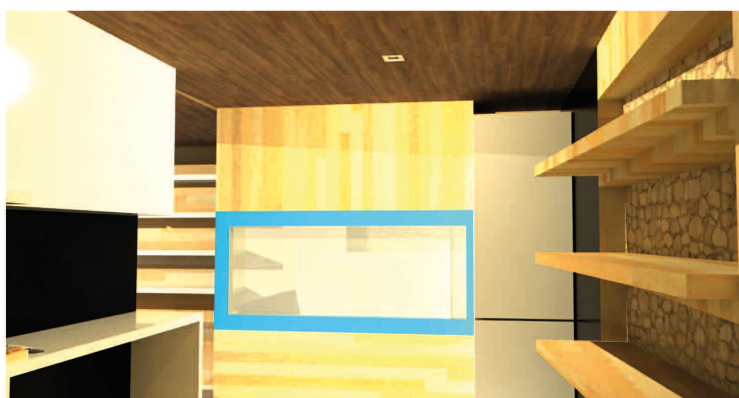
| Piso Zero



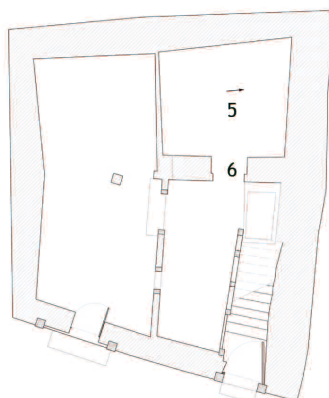
Proposta para a cozinha (f)



Existente (5)



Proposta para a cozinha (g)



Parede estrutural em pedra que se propõe recuperar



Pormenor da espessura de parede estrutural em vão a manter (6)

| Piso Zero



Vista do interior para a entrada(7)



Parede que divide os dois espaços com porta e janela (8)



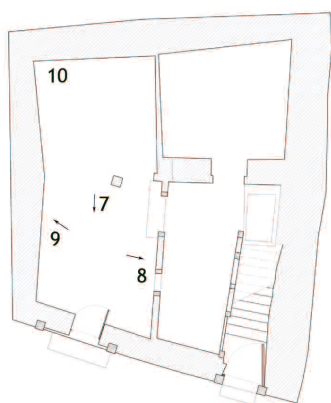
Parede da divisão e desnível do pavimento (9)



Pormenor do teto



Pormenor do mau estado da construção



Única caixa de saneamento existente na construção original (10)



Pormenor do estado do pavimento

| Piso Zero

| Medições



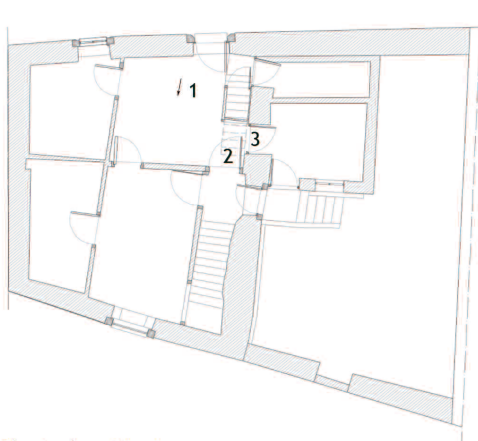
| Piso Um



Fachada da Rua do Arressário



Porta n° 34 com inscrição "Lourenço Vaz" no lintel de pedra e identificação da intervenção do projeto "Porta Aberta"



Planta do existente



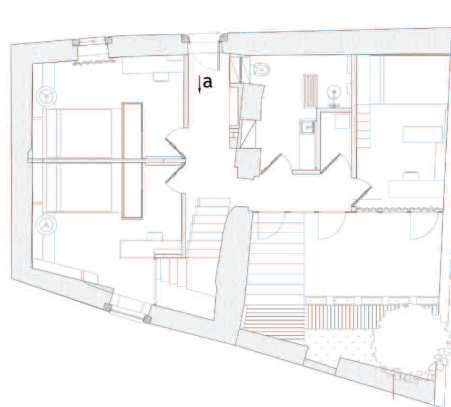
Divisão de entrada (1)



Divisão de entrada: porta de acesso à escadaria (2) e vão que liga ao anexo (3)



Proposta para a entrada do piso superior (a). À direita, armário embutido com portas existentes no espaço, recriadas.



Planta do proposto

| Piso Um



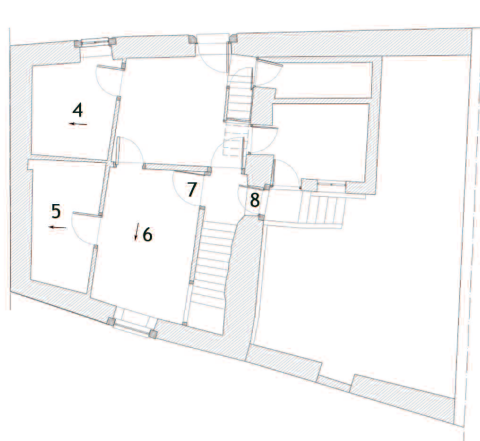
Quarto com janela para a Rua do Arressário (4)



Quarto interior (5)



Quarto com janela para a Travessa da Rua Nova (6)



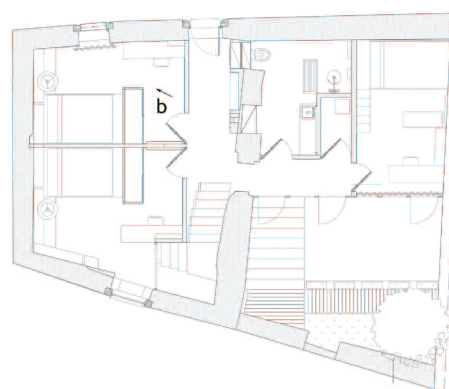
Porta de acesso ao patamar da escadaria (7)



Porta consecutiva à anterior de acesso ao logradouro, através do patamar (8)



Proposta para quarto (b)



| Piso Um



Sucessão de portas (de 5 a 8)



Interior de quarto (6) com porta para o patamar que permite aceder à escadaria e ao logradouro e porta para a divisão de entrada (1)



Janela para a Rua do Arressário (4)



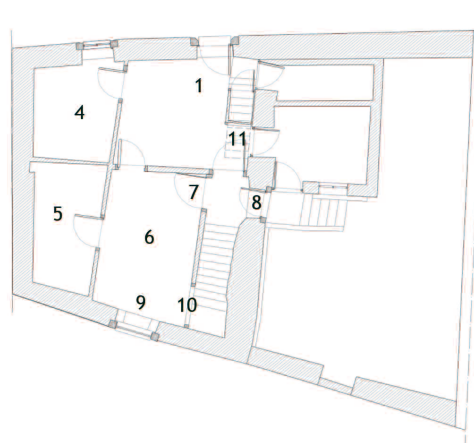
Porta interior que se propõe reabilitar/ recriar



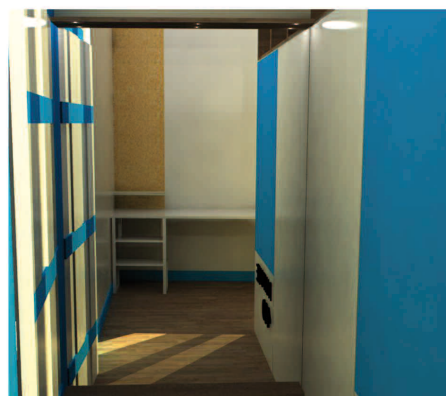
Patamar da escadaria que liga os dois pisos



Prateleira sob a escadaria de acesso ao sótão (11)



| Piso Um

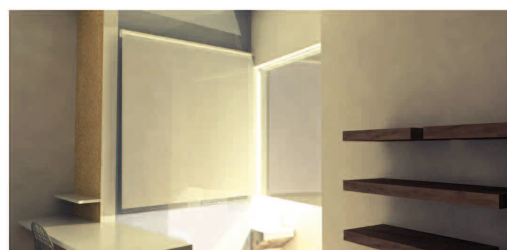


Diferentes ângulos do mesmo quarto (b)

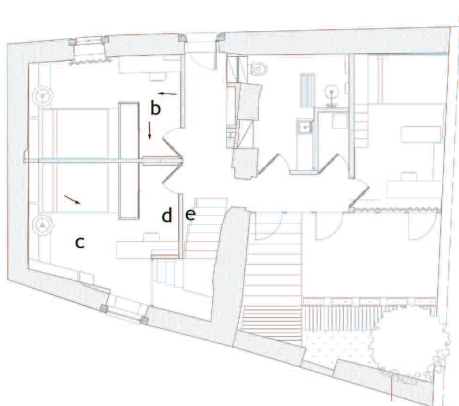
À esquerda vista da entrada para a zona de dormir. À direita vista para o espelho (zona de vestir).



Proposta para quarto (c)



Vão para aproveitamento de luz natural - vista do interior do quarto (d)



Vão para aproveitamento de luz natural - vista do exterior do quarto (e)

| Piso Um



Cabide encontrado num dos quartos, que se propõe recriar



Entrada para o quarto interior (5)



Elemento presente no caixilho apresentado anteriormente



Parede do quarto (5)



Janela com namoradeira (9)



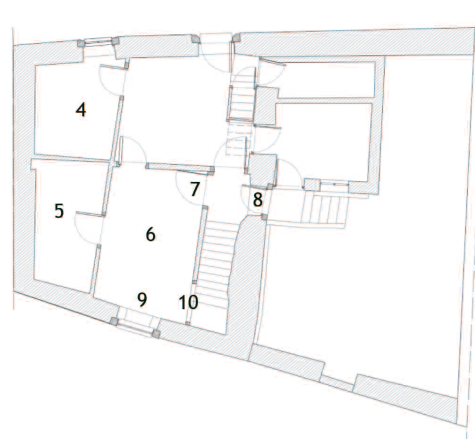
Armário sobre a escadaria (10) cujo restauro das portas é proposto para outros armários



Pormenor do interior do armário (10)



Pormenor da parede do quarto (6)



| Piso Um



Anexo construído no âmbito do projeto “Porta Aberta” em 2003 (12)



Espaço entre o anexo e a casa vizinha (13)



Vão aberto em parede estrutural para ligação à cozinha criada no anexo (14)



Patamar de acesso ao wc construído no anexo (15) e escadas para o sótão (16)



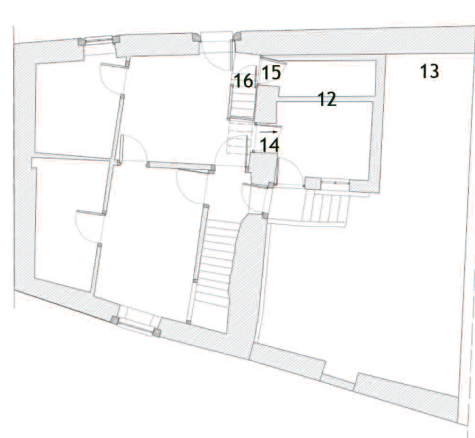
Casa de banho (15)



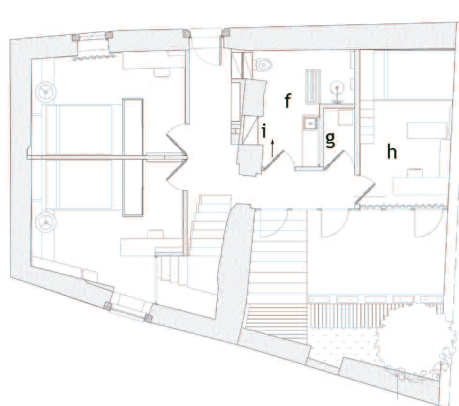
Escadas para o sótão (16)



Sótão



| Piso Um



Proposta para o anexo com o objetivo de albergar três divisões - wc (f), lavandaria (g) e quarto (h)



Proposta para a casa de banho (f)



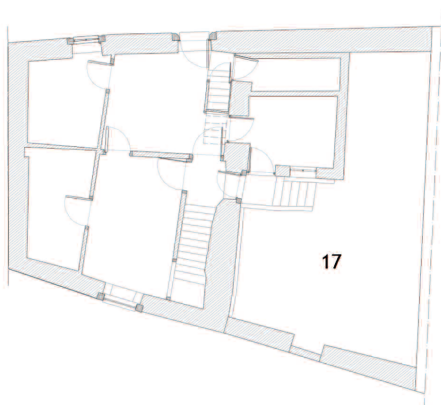
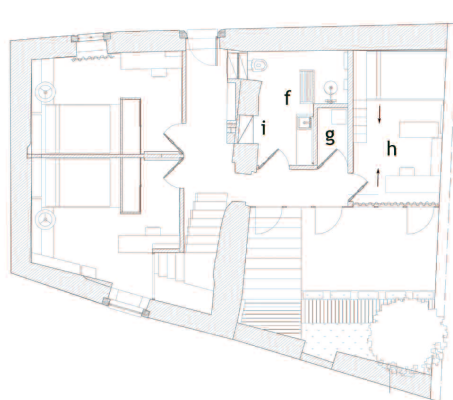
Armário embutido que aproveita o vão existente e recria as portas do armário já existente sobre a escadaria (i)



| Piso Um



Proposta para quarto (h)



Diferente vista do mesmo quarto (h)



Logradouro (17)

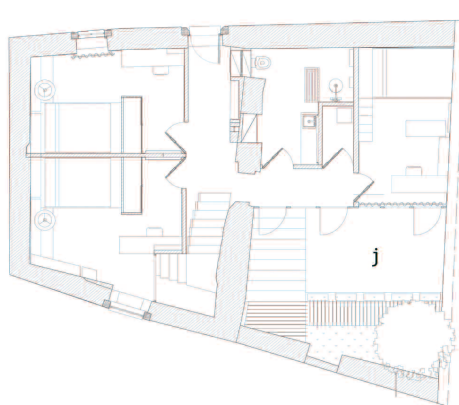


Acesso ao logradouro

| Piso Um



Paisagem sobre a cidade, vista do logradouro



Proposta para o logradouro (j)

6. Desenhos Técnicos

